



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO**  
**CENTRO ACADÊMICO DO AGRESTE**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA**  
**CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

João Vinícius Pereira De Souza

**Identidade negra e (des)igualdade racial nos discursos sobre a política de cotas na UFPE**

**Caruaru**

**2016**

João Vinícius Pereira de Souza

Identidade negra e (des)igualdade racial nos discursos sobre a política de cotas  
na UFPE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Contemporânea da Universidade Federal de Pernambuco como requisito para a defesa do Grau de Mestre em Educação.

Orientador:

Prof. Gustavo Gilson Oliveira

**Caruaru**

**2016**

Catálogo na fonte:  
Bibliotecária – Marcela Porfírio CRB/4 - 1878

S729i

Souza, João Vinícius Pereira de.  
Identidade negra e (des)igualdade racial nos discursos sobre a política de cotas na UFPE. / João Vinícius Pereira de Souza. – 2016.  
100f. il. ; 30 cm.

Orientador: Gustavo Gilson Sousa de Oliveira.  
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, CAA, Programa de Pós-Graduação em Educação Contemporânea, 2016.  
Inclui Referências.

1. Programas de ação afirmativa na educação – Universidade Federal de Pernambuco. 2. Direito à educação. 3. Educação superior. I. Oliveira, Gustavo Gilson Sousa de. (Orientador). II. Título.

370 CDD (23. ed.)

UFPE (CAA 2016-271)



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO ACADÊMICO DO AGRESTE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA  
CURSO DE MESTRADO**

A Comissão Examinadora da Defesa da Dissertação de Mestrado intitulada:

**"IDENTIDADE NEGRA E (DES)IGUALDADE RACIAL NOS  
DISCURSOS SOBRE A POLÍTICA DE COTAS NA UFPE"**

defendida por:

**João Vinícius Pereira de Souza**

Considera o candidato **APROVADO**.

Caruaru, 13 de outubro de 2016

---

**Gustavo Gilson Sousa de Oliveira (UFPE-PPGEduC)**  
(Presidente | Orientador)

---

**Anna Luiza A. R. Martins de Oliveira (UFPE-PPGEduC)**  
(Examinadora Interna)

---

**Ronaldo Sales Júnior (UFPE-PPGCS)**  
(Examinador Externo)

## **RESUMO**

Este trabalho tem por objetivo investigar os discursos de docentes e estudantes universitários sobre a política de cotas na UFPE buscando, assim, reconhecer de que modo esses discursos foram articulados nos processos de resistência e defesa da efetivação de uma política de cotas raciais nessa universidade, até a implantação da Lei 12.711/2012 e, também, analisar de que modo esses discursos se apresentam no contexto atual e atuam na forma como docentes e estudantes lidam com a realidade das cotas dentro da instituição, sendo esse, portanto, o foco dessa pesquisa. Para isso, se empregou uma análise descritiva, enriquecida pela utilização de alguns conceitos da Análise do Discurso Francesa e da Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe posto que as mesmas trabalham com a compreensão de que há uma indissociabilidade entre discurso e realidade social, posto que a discursividade é a forma de constituição da própria realidade. Este trabalho fundamentou-se, assim, na Teoria Política do Discurso de Laclau e Mouffe (2015). Conclui-se que a implantação da política de cotas raciais na UFPE somente foi possível a partir da obrigatoriedade estabelecida a partir da Lei Cotas, devido aos fortes processos de resistência às ações afirmativas e as cotas raciais existentes no interior da própria universidade. Desse modo, o modelo de implantação das cotas na UFPE restringe a política somente à obrigatoriedade da reserva de vagas estabelecida por lei, não contando com qualquer forma de acompanhamento, apoio aos estudantes cotistas ou mesmo avaliação da política. A ausência de debate e de comprometimento institucional da UFPE com as políticas de ação afirmativa favorecem que o debate sobre o tema seja feito de forma desinformada, superficial e estereotipada, assim como dificulta fortemente o reconhecimento e a afirmação positiva da identidade dos sujeitos cotistas.

**Palavras chave:** Ações Afirmativas, Cotas Raciais, Ensino Superior, Discursos Racistas, Teoria do Discurso e Educação.

## **ABSTRACT**

This study aims to investigate the discourse of university professors, administrators and students over the quota policy at university, aiming also to recognize how these discourses were articulated in processes of resistance and defense of the effectiveness of a policy of racial quotas at the university, to the implementation of Law 12,711 / 2012 and also analyze how these discourses are presented in the current context and act in the way managers, teachers and students deal with the reality of quotas within the institution, and that therefore the focus of this research. For this was used a descriptive analysis, which was used certain terms of Laclau Discourse Theory and Mouffe (2015), since it works with the understanding that there is an inseparability between discourse and social reality, since the discourse is the way constitution of reality itself. This work was based on the Political Theory of Speech Laclau and Mouffe (2015). It concludes therefore that undoubtedly affirmative action have contributed and continue to contribute to the rupture of social order, with disruptions in the structures and the ability to access populations generally discriminated because of their economic status, as well as assists in the possibility of greater access to higher education.

**Keywords:** Affirmative Action, Higher Education, Racism, Discourse Theory and Education.

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1:</b> Documentos sobre a política de cotas .....	19
<b>Quadro 2:</b> Docente e gestores que participaram dos debates sobre a política de cota na UFPE .....	20
<b>Quadro 3:</b> Entrevista com estudantes de graduação da UFPE .....	20

## SUMÁRIO

<b>Introdução</b>	<b>08</b>
• A metodologia da pesquisa	14
<b>1. Capítulo 1: As lutas por ações afirmativas e as cotas raciais nas universidades públicas brasileiras</b>	<b>22</b>
• 1.1 Discurso, Hegemonia e Subjetividade	33
• 1.2 A implantação das primeiras experiências de cotas raciais em universidades públicas brasileiras	34
• 1.3 A resistência às cotas raciais nas universidades públicas pernambucanas	39
<b>2. Capítulo 2: As lutas por ações afirmativas e a construção da política de cotas raciais na UFPE</b>	<b>42</b>
• 2.1 Movimentos sociais e acadêmicos de defesa das cotas na UFPE	47
• 2.2 As (re)configurações das políticas e o atual modelo de cotas na UFPE	49
• 2.3 Problemas e limites do atual modelo de política de cotas praticado na UFPE	51
<b>3. Capítulo 3: Discursos sobre cotas raciais, racismo e produção de subjetividades entre estudantes do CAA/UFPE</b>	<b>56</b>
• 3.1 Racismo e negação do racismo nos discursos sobre cotas.	57
• 3.2 As principais características dos discursos contra as cotas raciais na UFPE.	59
• 3.3 As principais características dos discursos favoráveis às cotas raciais na UFPE	63
• 3.4 Os discursos sobre as cotas e as posições de sujeito dos estudantes cotistas.	66
• 3.5 Cenas enunciativas, ethos e processos de subjetivação.	71
<b>4. Considerações Finais</b>	<b>77</b>
<b>Referências</b>	<b>84</b>
<b>Apêndices</b>	<b>88</b>
<b>Anexos</b>	<b>92</b>

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca investigar os discursos sobre a política de cotas que circulam na comunidade acadêmica da UFPE, tendo por objetivo geral: reconhecer de que modo esses discursos foram articulados nos processos de resistência e defesa da efetivação de uma política de cotas raciais nessa universidade até a implantação da Lei 12.711/2012 e, tem-se por objetivos específicos esses que são: analisar de que modo esses discursos se apresentam no contexto atual e atuam-na forma como docentes, estudantes e gestores lidam com a realidade das cotas dentro da instituição sendo esse, portanto, o foco dessa pesquisa e também: investigar os discursos sobre a política de cotas que circulam na comunidade acadêmica da UFPE.

Tal dissertação é resultante também das minhas inquietações em relação ao racismo, bem como para buscar conhecer o modo por que práticas racistas formam a sociedade brasileira. Por isso, se fez imprescindível estudar os discursos racistas e seus efeitos, tanto na formação da realidade social quanto na vida dos sujeitos que são prejudicados por esta chaga que ainda assola o nosso país. Experiências pessoais, vivenciadas por mim, de percepção da discriminação para com as pessoas negras próximas, também sempre me inquietaram. Desde cedo, via presente o preconceito e o racismo para com meus amigos pretos ou “pardos” sendo, portanto, este um fator que me conduziu ao desejo do desenvolvimento deste trabalho.

A Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe (2015) foi utilizada pois trabalha com a compreensão de que há uma indissociabilidade entre discurso e realidade social, posto que a discursividade é a forma de constituição da própria realidade. Sendo a sociedade ou realidade social, portanto, precária, contingente e passível de transformações e mudanças constantes. Por isso, o pesquisador não a decifra, tampouco a compreende em sua totalidade. O pesquisador pode tão somente dialogar com alguns aspectos da realidade social como, por exemplo, as condições que possibilitaram ou não a existência de determinado fenômeno, jamais podendo debruçar-se sobre ele, como se fosse formado de leis universais, mensuráveis, etc.

Esta pesquisa justifica sua importância em virtude de serem realizados poucos trabalhos com este enfoque, sejam em graduação ou em pós-graduação, já que, embora comumente trabalhe-se com as cotas raciais em pesquisas acadêmicas, não se realiza frequentemente trabalhos, que utilizem da análise do discurso e da teoria do discurso para o desenvolvimento e conclusão da produção científica, sendo esse, portanto, um diferencial dessa pesquisa.

A relevância desse trabalho situa-se no fato de poder ser trabalhado na educação formal, uma vez que, temáticas como essa, normalmente ficam alheias das discussões nos âmbitos escolares, empobrecendo desse modo, a compreensão dos educandos e mesmo dos professores, acerca da sociedade e dos diferentes sujeitos, grupos que dela fazem parte e a constituem.

Há também a possibilidade dessa temática ser enfocada nos processos educativos de educação informal, como em movimentos sociais, já que, a política de cotas de ações afirmativas resulta das lutas travadas pelos movimentos sociais e das pressões que esses exerceram junto aos poderes para a efetivação de políticas como essas, visando proporcionar a materialidade de direitos, que histórica e socialmente lhes foram negados.

Ações afirmativas podem ser entendidas, de acordo com essa compreensão, como sendo políticas públicas que visam promover a igualdade de tratamento, de oportunidades de emprego ou de acesso a direitos, como a saúde, educação, moradia, dentre outros. Além da reserva de cotas, as ações afirmativas podem também envolver estratégias como políticas de bônus, metas, fundos de estímulo, bolsas de estudos, empréstimos, preferências em concursos e contratos públicos, implantação de metas de participação nos meios midiáticos, distribuição de terras, habitações etc. (GOMES, 2001; SELL, 2002). As políticas de cotas – que constituem um tipo específico de ação afirmativa – visam promover a igualdade em relação a sujeitos histórica e socialmente discriminados ou excluídos de determinados espaços sociais, seja em virtude do gênero, orientação sexual, cor da pele, classe econômica, origem étnica, nacionalidade, por convicções religiosas, dentre outras razões. As cotas podem ser e são utilizadas, portanto, em situações bastantes diversas, para minimizar problemas de discriminação presentes na sociedade, independentemente da razão que conduz à existência de inferiorização para com as pessoas preteridas. A diferença das ações “afirmativas” em relação a políticas que buscam meramente restringir ou mesmo punir as diferentes formas de discriminação é que as primeiras procuram também, reparar os efeitos advindos de processos discriminatórios e produzir um fortalecimento histórico do grupo social subalternizado. Desse modo, uma ação que vise implantar uma política como essa pode ser considerada uma evolução ou avanço para a sociedade em termos da luta pela igualdade e pela cidadania democrática. Como ressalta o ex-ministro do Supremo Tribunal Federal Joaquim Barbosa Gomes (2001), primeiro negro a ser nomeado ministro do STF:

Diferentemente das políticas governamentais antidiscriminatórias baseadas em leis de conteúdo meramente proibitiva, que se singularizam por

oferecerem às respectivas vítimas tão somente instrumentos jurídicos de caráter reparatório e de intervenção *ex post facto*, as ações afirmativas têm natureza multifacetária, e visam a evitar que a discriminação se verifique nas formas usualmente conhecidas – isto é, formalmente, por meio de normas de aplicação geral ou específica, ou através de mecanismos informais, difusos, estruturais, enraizados nas práticas culturais e no imaginário coletivo. Em síntese, trata-se de políticas e mecanismos de inclusão, concebidas por entidades públicas, privadas e por órgãos dotados de competência jurisdicional, com vistas à concretização de um objetivo constitucional universalmente reconhecido – o da efetiva igualdade de oportunidades a que todos os seres humanos têm direito (GOMES, 2001, p. 40-41).

As primeiras políticas compreendidas como sendo voltadas especificamente para a afirmação de grupos subalternizados, no contexto dos Estados modernos, foram elaboradas na década de 1940, na Índia. Eram políticas que visavam minimizar as desigualdades sociais e históricas vivenciadas pela casta tradicional dos Dalit, chamados “intocáveis”, que representam uma grande parcela da população daquele país. Essas políticas foram implementadas ainda sob o domínio inglês, sendo novamente ratificadas após a independência, no ano de 1947. Consistiam em medidas que asseguravam aos Dalit a reserva de vagas no ensino superior, no Parlamento e no funcionalismo público. É possível afirmar, desse modo, que a Índia é a nação moderna com a mais longa experiência em relação às ações afirmativas.

Apesar dos antecedentes históricos, o conceito de “ação afirmativa” somente foi explicitamente elaborado a partir da década de 1960, durante os governos Kennedy e Johnson nos EUA. As políticas de ação afirmativa foram fundamentais, nesse contexto, para a luta pela igualdade racial entre brancos e negros, como resultado da intensa atuação dos movimentos pelos Direitos Civis. Posteriormente, esse modelo de política passou a ser adotado por outros países da América, tais como Canadá, Cuba e Argentina. Contudo, há de ressaltar-se que as especificidades econômicas, culturais e sociais de cada uma dessas nações provocaram o desenvolvimento de diversas formas e nuances específicas nas políticas de ação afirmativa em cada contexto. Países que também têm se destacado pela implantação de políticas de ação afirmativa e cotas para grupos sociais subalternizados são: Malásia, Austrália, Nigéria, Israel, Peru, Itália, Dinamarca e Noruega, entre vários outros.

No Brasil, a utilização de cotas como forma de ação afirmativa para a promoção da igualdade racial foi oficialmente adotada pela primeira vez no ano de 2001, no Estado do Rio de Janeiro, em parte devido à forte influência exercida pela “III Conferência Mundial contra o Racismo, a Xenofobia e as Intolerâncias Correlatas”, ocorrida em Durban, na África do Sul. No ano de 2002, em virtude de decreto promulgado pelo governo Rio de Janeiro, a

Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e a Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF) começaram a realizar discussões e debates, visando a implantação da política de cotas em seus âmbitos. Tornaram-se as primeiras universidades brasileiras estaduais a adotar oficialmente uma política de reserva de cotas para negros. No ano seguinte, após um amplo e intenso debate no interior da própria instituição, a Universidade de Brasília (UNB) também começou a adotar uma política de cotas para estudantes negros, tornando-se a pioneira no enfrentamento dessa questão no âmbito das universidades federais.

A partir das experiências iniciais da UERJ, UENF e UNB, diversas universidades estaduais e federais passaram discutir e muitas começaram a adotar oficialmente sistemas de cotas – para egressos de escolas públicas, negros, indígenas e outros grupos subalternizados – em suas políticas de ingresso. A adoção e a efetivação de tais medidas, entretanto, tem enfrentado um forte movimento de resistência – sobretudo no que diz respeito à questão racial – ao longo da última década. Tanto no âmbito interno das universidades, por parte principalmente de gestores, docentes e estudantes que consideram que as cotas são injustas e ferem o princípio da “meritocracia”, quanto no contexto político e social e mais amplo, por parte principalmente de organizações midiáticas, partidos políticos e movimentos sociais conservadores que tendem a negar a existência de racismo institucional no Brasil e a acusar as políticas de cotas de institucionalizar e propagar um racismo invertido.

Os agentes sociais e autores que defendem as políticas de cotas raciais, por sua vez, tendem a fundamentar sua argumentação no reconhecimento e denuncia da persistência de uma forte cultura de racismo e discriminação no país, a qual se consolida no acúmulo de uma imensa dívida história do Estado e da sociedade brasileira com sua população negra. De acordo com essa perspectiva, o racismo e a discriminação atentariam contra a dignidade humana e as políticas de cotas surgiriam como mecanismos para defender e garantir essa dignidade. Essa concepção tem levado a uma crescente transição na utilização do conceito de igualdade para o de equidade. Desse modo, torna-se possível, em nome da equidade e justiça social, fomentar políticas públicas voltadas a reduzir e minimizar as desigualdades sociais para com determinados grupos, criando ações direcionadas a diminuir as disparidades existentes em virtude da cor, sexo, gênero, orientação sexual, religião, etc.

Há ainda o debate no âmbito jurídico acerca da legalidade ou não das ações afirmativas. Para alguns juristas, a adoção desse tipo de política seria inconstitucional, pois, significaria tratar desigualmente os sujeitos, privilegiando uns em detrimento de outros. Em contrapartida, existe também a compreensão defendida por grande parte dos juristas de que a

sociedade em que vivemos é marcada por relações sociais desiguais e de que não se podem tratar igualmente aqueles que são discriminados, posto que esses não dispõem das mesmas oportunidades que aqueles que não são alvo de discriminação e exclusão social. Surge assim a necessidade de identificar e tratar diferenciadamente aqueles grupos ou sujeitos para compensar as discriminações e garantir-lhes de fato a concretização ou a materialidade de seus direitos, os quais, apesar de estarem presentes na Constituição, ainda não se aplicam no cotidiano das pessoas discriminadas e segregadas de determinados lugares sociais.

Apesar do sistema de cotas – sociais e raciais – nas universidades brasileiras ter sido oficialmente adotado em nível nacional através da Lei 12.711, no ano de 2012, sendo sua constitucionalidade unanimemente ratificada pelo STF, sua aplicação continua a causar inúmeros protestos e debates, e sua legitimidade continua a ser questionada e contestada por diversos grupos e agentes midiáticos, acadêmicos, políticos e sociais. A questão da persistência e do vigor dos “discursos anti-cotas” no Brasil ganha uma relevância muito grande se observarmos que o reconhecimento legal de direitos, especialmente no contexto brasileiro, nem sempre significa necessariamente a garantia efetiva do acesso a esses direitos. Igualmente, se observarmos que as regulamentações específicas de procedimentos burocráticos e as práticas cotidianas em relação à aplicação desses direitos escapam bastante do alcance da legislação nacional. Nesse sentido, a permanência da hegemonia de um imaginário social hostil ou de rejeição em relação às cotas, em determinados contextos, pode provocar dificuldades significativas para a efetivação e o desenvolvimento prático dessas políticas públicas, tanto em níveis locais quanto mesmo na realidade nacional.

A Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) – juntamente com a Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) – foi uma das últimas universidades brasileiras a adotar um sistema de cotas raciais. Experiências com cotas para egressos de escolas públicas e de escolas do interior do Estado de Pernambuco começaram a ser feitas a partir de meados dos anos 2000, mas, o aspecto racial somente passou a ser reconhecido e adotado como critério para reserva de cotas a partir da aprovação da Lei 12.711. É possível observar, portanto, que os agentes e discursos favoráveis às cotas raciais na UFPE – internos e externos à própria comunidade acadêmica local – não tiveram força suficiente, frente aos discursos de resistência, para alcançar uma hegemonia no âmbito dessa Universidade. As cotas raciais somente foram implantadas, de fato, após tornarem-se obrigatórias, através da aprovação de uma lei nacional.

Nesse sentido, passados quatro anos desde a aprovação da chamada “Lei de Cotas”, tornou-se imprescindível, para compreender o contexto da aplicação e vivência desse sistema na UFPE, investigar como os discursos de defesa e de resistências cotas raciais foram/são articulados nessa universidade, como atuaram nos debates que antecederam à aprovação da lei nacional e como se apresentam e se comportam atualmente, diante do cenário da obrigatoriedade das cotas. Somente através dessa investigação houve a possibilidade de se reconhecer quais as características dos principais discursos sobre as cotas articulados atualmente na UFPE e de começar a perceber, mesmo de forma ainda superficial, como esses discursos atuam na configuração das identidades e práticas – relativas às cotas, aos estudantes cotistas e às próprias relações raciais – vigentes no contexto dessa Universidade. Os principais problemas a serem confrontados neste trabalho, portanto, podem ser definidos nos seguintes tópicos:

- a) Como se constituem e caracterizam e os principais discursos sobre as Cotas Raciais articulados e enunciados pela comunidade acadêmica – especialmente docentes e estudantes – da UFPE a partir do início dos anos 2000?
- b) Como noções como negritude, raça, identidade, (des)igualdade, diferença, justiça, discriminação e racismo são construídas e articuladas nesses discursos?
- c) Até que ponto e como esses discursos atuaram nos debates acadêmicos e/ou político-acadêmicos sobre a questão da implantação de uma política de cotas raciais na UFPE ao longo da última década?
- d) Até que ponto e como, mesmo após a aprovação da Lei de Cotas nacional, esses discursos continuam atuantes nas discussões, nos processos de tomada de decisão e na configuração e funcionamento das práticas – burocráticas, assistenciais, etc. – relacionadas às políticas de cotas raciais na UFPE?
- e) Até que ponto e como esses diferentes discursos sobre as cotas raciais regularmente enunciados na comunidade acadêmica da UFPE operam na constituição da identidade e nos processos de subjetivação dos/as estudantes cotistas e dos/as estudantes negros/as, em geral, na Universidade?

Embora os problemas apresentados anteriormente tenham norteado as investigações e as discussões apresentadas nesta dissertação, é fundamental enfatizar que este trabalho se aproxima das mesmas de forma ainda bastante descritiva e primária. O mesmo não tem – nem poderia ter devido aos limites de uma pesquisa de mestrado – a pretensão de oferecer respostas aprofundadas e definitivas a cada uma delas. O objetivo central deste trabalho,

portanto, é descrever como se caracterizam e como atuam os principais discursos sobre as políticas de cotas raciais presentes na comunidade acadêmica da UFPE. Os principais objetivos específicos são:

- i. Investigar até que ponto e como esses discursos se relacionam com os debates sobre a adoção de uma política de cotas pela UFPE antes da aprovação da Lei 12.711/2012;
- ii. Observar até que ponto e como esses discursos têm influenciado a forma específica que a política de cotas raciais tem assumido na UFPE e as práticas político-acadêmicas e burocráticas relacionadas à efetivação da política de cotas;
- iii. Discutir até que ponto e como esses discursos têm influenciado a configuração da identidade e os processos de subjetivação de estudantes cotistas e de estudantes negras e negros na UFPE.

### **A metodologia da pesquisa**

Este trabalho realizou uma análise descritiva valendo-se de algumas conceituações se da Teoria Política do Discurso de Laclau e Mouffe(2015), a qual assume que a realidade social é constituída discursivamente através de processos hegemônicos de disputa e negociação entre diferentes discursos que entram em conflito, articulam-se e/ou deslocam-se na luta por atribuir sentidos, estabelecer lógicas, naturalizar e institucionalizar práticas sociais. A realidade social constituída discursivamente, portanto, não é uma realidade que corresponda a uma natureza ou essência intrínseca da sociedade, nem é uma realidade estática, harmônica e coerente. É, sempre já, uma realidade precária, instável e contingente, atravessada por conflitos, contradições e disputas de poder que inviabilizam qualquer tentativa de compreensão ou representação plena e definitiva da sociedade, como um todo, ou mesmo de qualquer parte ou aspecto específico da realidade social (OLIVEIRA; OLIVEIRA e MESQUITA, 2013). Uma pesquisa desenvolvida a partir dessa perspectiva, conseqüentemente, não pode ter como objetivo buscar compreender o que a realidade é ou deveria ser em última instância ou, mesmo, quais seriam as leis universais que explicam certo fenômeno. A pesquisa científica passa a ser, desse modo, uma forma específica de produção de um discurso que busca engajar-se criticamente com os discursos que constituem e atuam em um determinado campo discursivo e em um dado contexto, propondo explicações parciais e localizadas sobre os processos de constituição e funcionamento contingente daquela realidade ou fenômeno estudado.

Essa abordagem, certamente, não deve implicar numa ausência de reflexões teóricas ou de rigor e seriedade metodológica, mas, numa elaboração em que a linha condutora do trabalho seja o enfrentamento do problema proposto, em que a teoria e a metodologia providenciem recursos para enriquecer e aprofundar a compreensão do problema e dos processos analisados. Como propõe David Howarth (2005), a própria teoria deve ser observada como um discurso – intrinsecamente contingente – a ser articulado com os discursos sociais, o que também se constitui em um processo discursivo atravessado por relações agonísticas e de poder que devem ser reconhecidas e levadas em conta no trabalho do analista (OLIVEIRA; OLIVEIRA e MESQUITA, 2013, p. 1331).

As noções de discurso e discursividade, nessa perspectiva, não dizem respeito somente ao uso de códigos linguísticos reconhecidos como tais, mas, assumem que a forma básica de constituição de qualquer percepção, compreensão ou prática humana é inevitavelmente simbólica e, portanto, regida pelas mesmas lógicas de estabelecimento de equivalências e diferenças que estruturam os códigos linguísticos (LACLAU, 2011; BURITY, 2014). Os discursos sobre cotas raciais na UFPE, nesse caso, não são presentes e atuantes somente através de textos, orais ou escritos, emitidos por gestores/as, docentes e estudantes da Universidade. São igualmente presentes e atuantes através de estruturas institucionais, normas, lógicas implícitas, padrões estéticos, práticas sociais e outros fatores que configuram simbolicamente a realidade. Buscar compreender quais são, como se caracterizam e como atuam os principais discursos sobre cotas raciais presentes na comunidade universitária da UFPE, portanto, implica investigar como esses discursos atravessam e articulam-se em todas essas dimensões. Isso significa que não é suficiente, para os objetivos deste trabalho, identificar somente os conteúdos ou mesmo as características estruturais dos textos enunciados pelos agentes universitários, é necessário buscar compreender as lógicas discursivas que condicionam a estruturação desses textos e que são atualizadas e mobilizadas pelos mesmos. Como observa Sales Jr. (2006), por exemplo:

Não se pode, portanto, decidir se um enunciado é racista ou não examinando-o isoladamente de seu contexto discursivo, pois é mais uma questão de “discurso” do que de “linguagem”, isto é, diz respeito aos usos efetivos da linguagem entre determinados sujeitos para a produção de efeitos específicos. Dito de outra forma: o acontecimento discursivo racista é resultado mais do ato ilocucionário que do ato locucionário. Por exemplo, nos enunciados “Tem alguém falando na sala de aula” ou “Você está pisando no meu pé”, sua significação é seu conteúdo constativo, isto é, a afirmação de que “Existe alguém que está falando na sala de aula” ou “Você está pisando no meu pé”. Contudo, seu sentido vai depender de quem fala e com que objetivo, desempenhando que papel. (Sales Jr., 2006 b, p. 235-236).

Para empreender o modelo de investigação demandado pela problemática e pela perspectiva teórica adotada, a pesquisa delineada neste trabalho se propôs a desenvolver uma

análise descritiva de entrevistas e documentos e a utilizar, de forma exploratória, algumas estratégias analíticas e recursos conceituais da Análise do Discurso – especialmente da Escola Francesa de Análise do Discurso (MAINGUENEAU, 2013; ORLANDI, 2005; PÊCHEUX, 1997)– devidamente apropriados e revisados a partir da tradição pós-estruturalista e da Teoria Política do Discurso de Laclau e Mouffe. Uma geração mais recente de teóricos da Análise do Discurso herdeiros da tradição francesa – especialmente a partir dos trabalhos de Maingueneau (2013, 2008) – já vem buscando aproximar e articular as concepções desenvolvidas por essa perspectiva com as discussões propostas pela pragmática linguística ao longo das últimas décadas. A partir dessa aproximação, Maingueneau (2008) realiza uma significativa inflexão na tradição analítica francesa ao defender o “primado do interdiscurso” na Análise do Discurso. De acordo com essa perspectiva, “a unidade de análise pertinente não é o discurso, mas um espaço de trocas entre vários discursos” (p. 20). Essa proposta abre espaço para possibilidades de articulação interessantes com a concepção de espaço discursivo hegemônico de Laclau e Mouffe (2015), embora se reconheça que, ao aproximar-se do pragmatismo, Maingueneau também acabe por afastar-se consideravelmente da componente psicanalítica da Análise do Discurso Francesa, o que pode ser considerado uma fragilidade.

Além da noção de primado do interdiscurso, os desenvolvimentos propostos por Maingueneau também têm permitido a apropriação de um conjunto de conceitos e discussões importantes na vertente francesa de Análise do Discurso, como os relativos à “cena enunciativa”, ao “ethos do enunciador” e à “polifonia”. Esses conceitos tornam-se especialmente relevantes quando se considera a problemática da análise de documentos produzidos coletivamente – como manifestos, atas de reunião e formulações normativas – e, do mesmo modo, a análise de entrevistas. Nesses contextos, a interpretação das estruturas e processos discursivos depende fortemente da compreensão da posição e das relações entre os diferentes sujeitos e vozes que compõem a enunciação. Rocha, Daher e Sant’Anna (2004), por exemplo, defendem que, na perspectiva da Análise do Discurso, a entrevista de pesquisa deve ser vista, ao mesmo tempo, como um gênero discursivo e como um “dispositivo” de produção de textos que permite ao pesquisador recuperar padrões de enunciação do grupo pesquisado que não estão (facilmente) acessíveis através de documentos ou outros registros.

Trata-se de uma nova situação de enunciação que reúne entrevistador e entrevistado, situada num certo tempo, num espaço determinado, revestida de um certo ethos, com objetivos e expectativas particulares, etc. Tudo isto que caracteriza a entrevista como situação de enunciação é suficiente para justificar que algo de novo – e de irrepitível, como o pressupõe o próprio conceito de enunciação – se produza aí, por ocasião de sua realização. Diremos, deste modo, que a entrevista não é mera ferramenta de apropriação

de saberes, representando, antes, um dispositivo de produção/captação de textos, isto é, um dispositivo que permite retomar/condensar várias situações de enunciação ocorridas em momentos anteriores (ROCHA, DEHER e SANT'ANNA, 2004, p. 14).

A entrevista de pesquisa, desse modo, é uma produção textual coletiva efetuada pelo entrevistador e entrevistado como coenunciadores de um mesmo texto. Portanto, não há como analisar consistentemente os enunciados produzidos pelo entrevistado sem analisar, concomitantemente, os enunciados produzidos pelo entrevistador. Como afirmam Rocha, Daher e Sant'Anna (2004), “o diálogo travado entre entrevistador e entrevistado é explícito, e o texto resultante se caracteriza como co-construção dos referidos atores” (p. 11).

Para alcançar o objetivo de reconhecer as características e compreender os mecanismos de atuação dos discursos sobre as cotas raciais na UFPE, este trabalho propôs uma estratégia de investigação fundamentada, basicamente, na análise de entrevistas realizadas com docentes e estudantes universitários. Como forma de contextualizar as discussões sobre a política de cotas na UFPE, também foi realizado um levantamento documental sobre a temática das cotas na instituição. Através da realização e análise das entrevistas com sujeitos dos diferentes seguimentos da comunidade acadêmica, sobretudo com os estudantes, buscou-se investigar quais os principais discursos sobre o tema que estão/permanecem em atuação no contexto vigente, como esses discursos incidem (ou não) na configuração prática das ações relacionadas à política de cotas, e como os mesmos interagem na constituição das identidades e nos processos de subjetivação de estudantes cotistas e de estudantes negros e negras, em geral, na UFPE. A pesquisa empírica proposta por este trabalho foi, desse modo, realizada em três etapas, conforme descritas a seguir:

**Primeira etapa:** Realização de um **levantamento documental** referente aos debates, resoluções e regulamentos sobre as cotas raciais na Universidade.

Neste primeiro momento de levantamento de dados, foram efetivadas algumas buscas por dados referentes a documentações, modelos estruturantes das políticas de cotas nessa instituição, havendo ainda, a procura de sujeitos participantes das discussões, debates ocorridos antes do processo de efetivação das ações afirmativas. Nas entrevistas realizadas com docentes, alguns deles, relataram um pouco dos embates travados na própria universidade, demonstrando em suas falas, o quanto a instituição se apresentou como sendo dura, rígida, resistente para com a política de cotas, mostrando que esse espaço de ensino superior esteve sempre contrário à materialização dessa política. Contudo, embora tenha sido possível a obtenção de informações que tangenciam as discussões, debates, que se afiguraram

na UFPE, ainda assim, determinados documentos não foram possíveis de serem acessados, em virtude da sua alegada inexistência, ou mesmo em virtude da relutância por parte de pessoas relacionadas a Gestão em agendar entrevistas, dificultando, portanto, a presença do pesquisador para acessar essas documentações de suma relevância para a pesquisa. Entretanto, há de se ressaltar que o pessoal, o qual deveria ser responsável pela manutenção desses dados, alegou veementemente que a universidade não dispunha desses materiais, sendo que os próprios docentes que já pesquisam esse tema, também não encontraram atas, pareceres, necessários a realização de seus trabalhos. Apesar desses empecilhos, determinadas informações foram obtidas mediante o acesso à página da universidade na Internet, na qual se apresentam os requisitos imprescindíveis para a inclusão de estudantes na condição de cotista, confirmando para isso, os dados por eles fornecidos, tais quais: renda per capita, e a que grupo social se autodeclaram, dividindo-se em negros, pardos e indígenas, bem como se são oriundos de escolas públicas.

No que concerne às atas, pareceres de reunião, a UFPE não apresenta disponibilidades desses, alegando para tanto, que não há esses documentos na instituição, ou mesmo afirmam que somente as pessoas participantes do Conselho Universitário possuem acesso a essas documentações havendo, destarte, a impossibilidade de acessar a essas informações de vital relevância para a realização desta pesquisa. Já que, se houéssemos conseguido dispor desses documentos, tornar-se-ia mais enriquecido este trabalho, de modo a esmiuçar todo o processo pelo qual a Universidade Federal de Pernambuco vivenciou anteriormente a concretização da política de cotas em seu âmbito.

No que diz respeito a textos normativos e portarias oficiais, essas foram acessíveis em razão de sua disponibilidade através das Resoluções e de seus respectivos números, como por exemplo, as portarias normativas, Nº 18 e a de Nº 21, ambas do ano 2012. As quais, forneceram inúmeros informes pertinentes ao que se ansiava encontrar nesta página, enriquecendo, dessa forma, a dissertação com dados relevantes para se compreender questões relacionadas ao modo por que um educando pode se incluir enquanto cotista, bem como trata também das estruturas indispensáveis que a universidade deve ter para atender adequadamente esses estudantes. Os principais documentos obtidos através desse levantamento estão enumerados no Quadro 1.

**Segunda etapa:** Formação de um **corpus de entrevistas** através da realização de entrevistas semiestruturadas – a partir de um roteiro preliminar de tópicos abertos – com docentes e estudantes da UFPE no campus de Recife e de Caruaru. As entrevistas foram

realizadas com: a) **Dois docentes** (algumas entrevistas programadas não foram possíveis em virtude do período eleitoral para Reitor da universidade, o qual, modificou também a rotina e disponibilidade dos professores).b)**Seis estudantes cotistas**, matriculados/as regularmente na UFPE, nos cursos de Pedagogia, Engenharia e Medicina, no Centro Acadêmico do Agreste (CAA); c) **um estudante não-cotista** matriculado regularmente na UFPE, no curso de Engenharia, no Centro Acadêmico do Agreste (CAA). Entretanto, em virtude da indisponibilidade e receio dos universitários em participar da pesquisa, houve somente a realização de uma entrevista com um graduando não beneficiário das cotas. Apesar de incluir as entrevistas com docentes no corpus, o foco principal da análise realizada, como observado anteriormente, foram as entrevistas com os/as estudantes de graduação do CAA/UFPE.

#### Quadro 1: Documentos sobre a política de cotas

Documento	Título do Documento	Tipo	Responsável
Doc01	Lei 127111/2012	Lei	MEC
Doc02	Portaria Normativa 18/2012	Portaria	MEC
Doc03	Portaria Normativa 21/2012	Portaria	MEC
Doc04	Site da instituição: <a href="http://www.ufpe.br">www.ufpe.br</a>	Hipertexto	UFPE

É de suma importância esclarecer que a maioria dos gestores e gestoras, quando procurados, normalmente resistiam a serem entrevistados, apontando que a UFPE não dispunha de materiais que abordassem essa temática, suas discussões, debates, reuniões, assim como preconizavam também não disporem de tempo para a realização da entrevista, e mesmo que as pessoas responsáveis por esse tema se encontravam de férias, ou que não estavam naquele horário na universidade, tendo esse fato, sucedido em diversas ocasiões. Por esta razão, novamente, outro empecilho sucedeu na pesquisa, impossibilitando deste modo a efetivação das entrevistas com quatro gestores, como havia sido pretendido a princípio. Portanto, somente dois gestores, os quais trabalhavam especificamente com a política de cotas, se propuseram a ser entrevistados informalmente e esses, apesar de demonstrarem não ter ciência do processo de implantação das ações afirmativas, posto que alegavam enfaticamente que somente foram obrigados a cumprir o estabelecido legalmente pela Lei 12711-12, e que foi imposta de “cima para baixo”, ainda assim, forneceram inúmeras informações bastante relevantes para este trabalho. Embora, também criticaram a maneira pela qual as cotas foram instituídas, porque somente os professores participaram dessas discussões, sendo que graduandos, gestores, técnicos administrativos, estiveram ausentes desses debates e das reuniões.

Concernente a pesquisa com os discentes, também houve dificuldades em decorrência dos estudantes estarem no final do período e não se mostrarem muito disponíveis para a participação nas entrevistas. Por esse motivo, dos sete universitários entrevistados, seis eram cotistas e somente um não era beneficiário dessa política. Para a realização das entrevistas, diversas modalidades de interação foram empregadas, tais quais: presencialmente, por e-mail, via rede social e mesmo somente por escrito. Houve ainda a dificuldade em se obter entrevistas com docentes, os quais não puderam, ou preferiram manter-se alheios a abordagem desse tema. Visto que muitos entrevistados alegavam sentirem-se receosos de serem pesquisados de modo presencial, ou mesmo que não dispunha de tempo para conceder entrevistas em um determinado local, por isso, respondiam por e-mail ou rede social os questionamentos que lhes foram formulados. As com docentes e gestores, por sua vez, foram realizadas presencialmente, na própria universidade, havendo desse modo, uma maior interação entre pesquisador e pesquisado. Todavia, algumas informações foram obtidas através de telefonemas, por pareceres indicados pelos gestores e pelo site da UFPE. Ainda assim, é relevante ponderar que os gestores também realizaram entrevistas presenciais informais com o pesquisador, de modo a possibilitar a obtenção de dados indispensáveis ao desenvolvimento e conclusão deste trabalho.

Além das entrevistas formais, houve também contatos e conversas exploratórias com dois professores e dois gestores, de modo a aproximar-se melhoradas discussões e debates sucedidos na UFPE. Esses contatos e as informações fornecidas se mostraram como sendo de significativa importância para a concretização desta pesquisa. As entrevistas formais que formam o corpus dessa pesquisa foram realizadas de acordo com os quadros a seguir:

**Quadro 2: Docente e gestores que participaram dos debates sobre a política de cota na UFPE**

Entrevista	Nome Fictício	Unidade
Docente01	Prof. Resistência	Centro de Educação
Docente02	Profa. Guerreira	Centro de Educação
Gestores	Academia	Gestão
Gestores	Conhecimento	Gestão

**Quadro 3: Entrevista com estudantes de graduação da UFPE**

Entrevista	Curso	Período	Cotista	Interação
Estudante01	Pedagogia	5º	SIM	Presencial
Estudante02	Engenharia	4º	NÃO	Presencial
Estudante03	Pedagogia	4º	SIM	Rede social
Estudante04	Pedagogia	5º	SIM	Presencial

<b>Entrevista</b>	<b>Curso</b>	<b>Período</b>	<b>Cotista</b>	<b>Interação</b>
Estudante05	Medicina	5°	SIM	Rede social
Estudante06	Engenharia	5°	SIM	E-mail
Estudante07	Engenharia	4°	SIM	E-mail

**Terceira etapa:** A análise do corpus de entrevistas foi feita de forma predominantemente descritiva, apesar da tentativa de utilização, em alguns momentos, de estratégias analíticas desenvolvidas por Maingueneau (2013, 2005) e pela escola francesa de Análise do Discurso rearticuladas a partir da perspectiva pós-estruturalista da Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe (2015). A análise buscou identificar, de forma descritiva e exploratória, os principais discursos sobre as cotas raciais atuantes no contexto da comunidade acadêmica da UFPE, as principais lógicas de estruturação e funcionamento de cada um desses discursos, os movimentos de disputa e/ou articulação entre esses discursos nos processos decisórios e na configuração da política de cotas na UFPE, assim como os movimentos de disputa e/ou articulação entre esses discursos nos processos de configuração das identidades e nas dinâmicas de subjetivação de estudantes cotistas e negros/as na UFPE.

O texto desta dissertação está organizado, assim, em três capítulos. No primeiro capítulo, intitulado “As lutas por ações afirmativas e as cotas raciais nas universidades públicas brasileiras”, é apresentada uma breve revisão das discussões sobre ações e afirmativas e cotas raciais na literatura acadêmica recente, sobretudo na área de educação, com atenção especial aos textos que relatam e discutem experiências de implantação de políticas de cotas em universidades federais e estaduais no país. O segundo capítulo, “As lutas por ações afirmativas e a construção da política de cotas raciais na UFPE”, apresenta uma discussão sobre o processo de implantação e o funcionamento do atual modelo de cotas raciais adotado na Universidade Federal de Pernambuco a partir das informações colhidas e da análise de entrevistas realizadas com docentes e estudantes da universidade. No terceiro capítulo, “Discursos sobre cotas raciais, racismo e produção de subjetividades entre estudantes do CAA/UFPE”, desenvolve-se uma discussão sobre as principais características e a atuação dos discursos contrários e favoráveis às cotas raciais na UFPE e, em especial, no Centro Acadêmico do Agreste. A partir da análise descritiva das entrevistas com estudantes do CAA/UFPE são problematizadas as relações entre os discursos contrários as cotas e o racismo, na universidade, assim como as implicações dessa disputa hegemônica em torno das cotas para a constituição das subjetividades dos estudantes cotistas. Por fim, nas “Considerações finais”, são resumidas e sistematizadas as principais conclusões obtidas através da pesquisa realizada.

## **CAPÍTULO 1**

### **AS LUTAS POR AÇÕES AFIRMATIVAS E AS COTAS RACIAIS NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS**

Os movimentos negros desde há muito tempo vêm lutando contra o racismo e as suas implicações, tais quais: a violência física, a inferiorização da população negra, a discriminação e a exclusão social. Embora no século XIX a luta dos afrodescendentes e dos abolicionistas se direcionasse para o fim do processo escravista, essa época pode considerar-se como o início de um movimento em prol dos interesses dos afro-brasileiros.

Com a entrada do evolucionismo e do darwinismo social no final do século XIX, sobretudo pelas portas da chamada Escola de Recife e da Faculdade de Medicina da Bahia, tem início a construção antropológica do negro no Brasil. Na feliz expressão de Mariza Corrêa, os cientistas da época tomaram para si a missão de "transformar o escravo em negro" (CORRÊA, 2001, p. 50). Nesse período, a escravidão anunciava seu esgotamento e, sem demora, os negros saíam da condição de res para entrar na condição de homem, adquirindo ainda o status de cidadão na sociedade dos iguais. A imagem de uma nação predominante negra ou mestiça assombrava as elites da época e mobilizou a pena dos intelectuais.

Mediante o apontado anteriormente, a ciência utilizou-se de argumentos falsos, inverídicos e pseudocientíficos a fim de propor e sustentar teorias, as quais visavam sempre diminuir pessoas que não fossem brancas, como ocorreu para com os indígenas, asiáticos e sobretudo, mais fortemente para com a população negra, que foi desde sua chegada forçada ao Brasil, tratada enquanto objeto, "coisificada", não sendo, portanto, sequer considerada humana. O que forçou os intelectuais e a elite brasileira, tanto nos séculos XIX, quanto no início e meados do XX, a pensar e a defender a imigração europeia, com o objetivo de através da miscigenação de eliminar ou diminuir ao menor número possível a quantidade de negros e desse modo, fazer com que o Brasil se tornasse uma nação de pessoas brancas, projeto esse, que conforme sabemos, acabou por ser malgrado, ou seja, não foi bem-sucedida essa empreitada exercitada pelo estado brasileiro.

Na década de 1930 houve um grande avanço na organização do movimento negro através da fundação, em 1931, em São Paulo, da Frente Negra Brasileira (FNB). Essa figura como sendo uma das primeiras organizações negras com reivindicações mais detalhadas e com uma política deliberativa maior (DOMINGUES, 2007). Além da Frente Negra Brasileira, houve outras instituições criadas nesse período visando a integração efetiva e

igualitária da população negra à sociedade, dentre elas, merecem destaque o Clube Negro de Cultura Social (1932) e a Frente Negra Socialista (1932) em São Paulo, a Sociedade Flor do Abacate no Rio de Janeiro, a Legião Negra (1934) em Uberlândia/MG e a Sociedade Henrique Dias (1937) em Salvador (DOMINGUES, 2007). Em decorrência também, do Governo Vargas, em cujo nasceu o mito da “Democracia Racial”, tendo essa ideologia sido fortalecida e legitimada mesmo com argumentações científicas, se valendo de diversos acadêmicos, dentre os quais, destaca-se a figura do sociólogo pernambucano, Gilberto Freyre. Em cujo contexto social e histórico adquire a emergência da relevância da “miscigenação” brasileira, ressaltando o branco, o negro e o índio como formadores do Brasil e que através dessa “mistura” construímos um grande país, nos mais variados aspectos, sociais, econômicos, políticos, esportivos, etc. As próprias universidades passaram a adotar essa comunidade discursiva, de modo a torna-la legítima e de certa forma, inquestionável e quase que absoluta naquele período.

Ainda nos anos 30, O Brasil regulou a espécie o Decreto nº 19.482, de 12 de dezembro de 1930, diminuindo também a entrada, no nosso país, de estrangeiros de terceira classe. No artigo 3º aparecia a exigência de “2/3, pelo menos, de brasileiros natos” entre os empregados das empresas. Houve ainda nesse mesmo ano, a promulgação do Decreto nº 20.291, de 12 de agosto de 1931 — desde logo apelidado de Lei dos 2/3 —, regulamentar o disposto no artigo 3º, criando, inclusive, no artigo 5º, cuja legislação versava sobre a igualdade de remuneração entre os nacionais e os estrangeiros, quando esses exercessem as mesmas as funções. O ministro Lindolfo Collor, assim postulava: “As leis brasileiras não visam o desemprego forçado de numerosos estrangeiros que se radicaram no país. O que elas têm em mira é não permitir que, daqui para diante, os desocupados das indústrias e do comércio de outros países venham, dentro das nossas fronteiras, desalojar das suas ocupações os trabalhadores nacionais.”

Na Constituição de 1934 (art. 135), adotou-se o que fora requisitado no parágrafo anterior. Em verdade, muito se discutiu na Constituinte o problema imigratório e da mão-de-obra estrangeira. Todas as demais constituições repetiram o mandamento (1937, 1946 e 1967). Atualmente, vem a matéria regulada pelos artigos 165, XII e 173, parágrafo 1º. Antes, porém, de se chegar à legislação ordinária vigente, foi o primitivo decreto de 1931 revogado pelo Decreto-Lei nº 1.643, de 7 de dezembro de 1939, que o ampliou e o tornou mais favorável ao trabalhador nacional.

No Brasil, logo após a Primeira Guerra Mundial, foram crescendo os ideais de higienização e eugenia. Em um país onde o crescimento urbano convivia com surtos de doenças tropicais, passou a haver discussões e debates frequentes no sentido de se adotarem medidas visando a “modernização” e o “desenvolvimento” brasileiro. Na compreensão de diversos intelectuais e cientistas da época, isso somente ocorreria caso houvesse um “embranquecimento” da população brasileira. Deveria se criar, desse modo, condições favoráveis à higienização, que deveria ser estendida até a zona rural. Na cultura brasileira criou-se, nesse mesmo contexto, a ideologia da Democracia Racial, que alcançou seu ápice nos anos de 1930 e propagou a falsa concepção de que não havia racismo no Brasil, posto que as “três raças” formadoras da nossa nação conviviam pacífica e harmonicamente, não havendo, portanto, conflito, entre essas. Ironicamente, para alcançar o branqueamento da população brasileira, foi defendida e estimulada a imigração maciça de europeus para o país, visto que se acreditava que a cor negra seria diluída através da miscigenação e que se chegaria à prevalência de uma etnia branca.

Nos anos de 1940, surge em Porto Alegre, através de João Cabral Alves, a União dos Homens de Cor (1943). Durante a segunda metade dessa década, essa organização possuía filiações em 10 Estados da Federação: Minas Gerais, Santa Catarina, Bahia, Maranhão, Ceará, Rio Grande do Sul, São Paulo, Espírito Santo, Piauí e Paraná.

O Teatro Experimental do Negro (TEN), fundado em 1944 no Rio de Janeiro sob a liderança de Abdias do Nascimento, também figurou como um dos grandes movimentos sociais negros do Brasil. A proposta original era formar um grupo teatral constituído apenas por atores negros, mas, progressivamente, o TEN adquiriu um caráter mais amplo. Publicou o jornal Quilombo, passou a oferecer cursos de alfabetização e de corte e costura, fundou ainda o Instituto Nacional do Negro e o Museu do Negro. Destacou-se, sobretudo, por organizar o I Congresso do Negro Brasileiro. Durante o período militar o TEN foi desarticulado, tendo sido quase extinto em 1968 quando Abdias do Nascimento foi exilado nos EUA. Ainda durante o regime ditatorial brasileiro, na década de 1970, os Movimentos Negros, de que se destaca a presença e significativa atuação do Movimento Negro Unificado, e que esses recomeçam a articular-se em favor da luta contra o racismo, a segregação e o processo inferiorizante decorrentes das práticas racistas existentes na sociedade brasileira. Em 1972, na cidade de São Paulo, através da iniciativa de estudantes, origina-se o Centro de Cultura e Arte Negra (CECAN).

A atuação dos movimentos sociais negros em Pernambuco torna-se bastante difícil de relatar-se, visto que não há registros históricos conhecidos de militantes afrodescendentes e, tampouco, há uma narração estabelecida acerca dos momentos históricos vivenciados por esses movimentos no contexto pernambucano. É praticamente inexistente, também, o registro de notícias sobre essa temática na imprensa local nos anos de 1970, 1980 e 1990 (LIMA, 2009). Apesar da escassez de dados, é importante considerar a contribuição de militantes como Vicente Lima e a Frente Negra Pernambucana nos anos de 1970. Merecem também destaque as contribuições realizadas em terreiros por pessoas como Paulo Viana e Edvaldo Ramos (LIMA, 2009).

Os debates acerca das ações afirmativas no território brasileiro não são novos posto que, desde bem antes da Lei 12.711/2012, esse modelo de política vem produzindo inúmeros conflitos, gerando posicionamentos favoráveis e contrários à sua efetivação. Ressalta-se que tantos os argumentos positivos quanto os negativos no que tange a política de cotas são dos mais variados possíveis, utilizando-se para isso de incontáveis justificativas em favor das posições adotadas por quem as discute e trabalha com essa temática. Apesar de somente terem ganhado visibilidade no cenário nacional no ano de 2003, as políticas de cotas não são práticas tão recentes assim no contexto brasileiro, já que, o Brasil adotou uma política semelhante já em 1968 constituindo, desse modo, o primeiro cenário de discussões e as primeiras ações afirmativas implantadas no país. Nessa época, técnicos do Ministério do Trabalho e do Tribunal Superior do Trabalho manifestaram uma postura favorável no tocante a uma lei que obrigava as empresas a empregar uma quantidade mínima (20%, 15% ou 10%) para pessoas negras, variando de acordo com o tipo de trabalho e a necessidade da empresa, visando enfrentar a discriminação racial no mercado de trabalho (SANTOS, 1999).

Nos anos de 1980 o então Deputado Federal Abdias do Nascimento<sup>1</sup> propôs uma política de ação compensatória, através do projeto de Lei 1232/1983. Dentre as ações pensadas e defendidas por ele, destaca-se a preconização de 20% de vagas para mulheres negras e 20% de reservas para homens negros em bolsas de estudos e seleção para serviços públicos, defendendo a adoção de uma perspectiva positiva em relação às famílias negras brasileiras, bem como, desde já, o ensino de história da África e do continente africano nas escolas. Esse projeto de Lei não foi aprovado, contudo, segue em andamento, de modo a tramitar fora da Casa Legislativa. Continuando na década de 1980, Edvaldo Ramos esteve à frente de duas

---

<sup>1</sup>Abdias do Nascimento foi um importante intelectual e líder político negro e um dos pioneiros da luta contra o racismo no Brasil. Em 1978, após retornar do exílio durante a ditadura militar, ingressa na carreira política, sendo deputado de 1983 a 1987 e senador nos anos de 1997 a 1999.

colunas de jornal voltadas para contestar os estigmas estabelecidos em relação às religiões de matriz africana, sua coluna na Folha de Pernambuco denominava-se Orixás (FARIA e GRILLO, 2009). A década de 1980 caracterizou-se por ser um momento de grande articulação e de maior visibilidade e conquistas para os movimentos sociais negros no Brasil. Em 1984 a Serra da Barriga, local do antigo Quilombo dos Palmares, foi reconhecida pelo governo do país como sendo patrimônio histórico do Brasil. Posteriormente, em 1988, é criada a Fundação Cultural Palmares, vinculada ao Ministério da Cultura, objetivando melhorar a qualidade de vida e promover a ascensão social da população negra (MOEHLECKE, 2002). Outra data relevante para os movimentos negros foi a de 20 de novembro de 1995 quando, por decreto, o Presidente da República Fernando Henrique Cardoso determinou a implantação do Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) direcionado para a elaboração de um conjunto de políticas visando a melhoria de vida e a valorização da população afro-brasileira. Apesar de o Brasil ter se comprometido a oferecer igualmente oportunidades de emprego, independentemente da cor da pele, a fim de romper-se com o racismo nas instituições, isso não se efetivou. O Estado brasileiro descumpriu o que havia proposto a realizar na Organização Internacional do Trabalho (OIT), tendo sido, portanto, questionado por esse organismo, o qual foi notificado devido a um relatório realizado pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) conjuntamente com a CEERT no ano de 1992. No final do século XX, em 1990 foi marcada por uma grande mudança, pois, o Brasil implantou oficialmente uma política de cotas para a reserva de vagas para mulheres em candidaturas para cargos públicos eletivos, podendo as mulheres candidatar-se por qualquer partido político, para tanto, o percentual estabelecido foi de 30% no ano de 1995, tendo sido formalmente efetivada em todo território nacional embora, na prática, esse percentual raramente seja preenchido pelos partidos e coligações.

A partir do início dos anos de 2000, o Estado brasileiro adotou uma postura significativamente favorável às ações afirmativas em virtude, em grande medida, das posições oficialmente assumidas nas Conferências contra o Racismo realizadas pela Organização das Nações Unidas (ONU). A Conferência de Durban pregava a necessidade de ações efetivas no combate ao racismo, xenofobia e discriminações correlatas. O Brasil passou a assumir o que havia preconizado naquele encontro, tendo sido a nação com posições mais enfáticas em favor da criação e efetivação de políticas públicas destinadas a cumprir os objetivos acima citados como, no caso, as políticas de cotas. Munanga (2001) traz uma contribuição extremamente importante na argumentação em favor das cotas ao propor que:

As experiências feitas pelos países que convivem com o racismo poderiam servir de inspiração ao Brasil, respeitando as peculiaridades culturais e históricas do racismo à moda nacional. Podemos, sem copiar, aproveitar as experiências positivas e negativas vivenciadas pelos outros para inventar nossas próprias soluções, já que estamos sem receitas prontas para enfrentar nossas realidades raciais (MUNANGA, 2001, p.32).

Em dezembro de 2001, o Ministério da Justiça determinou a contratação de 20% de negros, 20% de mulheres e 5% de portadores de deficiências físicas para os cargos de acessória do Ministério, sendo que isso deveria ser realizado até o final do ano de 2002 (MOEHLECKE, 2002). Finalmente, no ano de 2003, começaram a ser empregadas as políticas de ação afirmativa referentes à reserva de vagas para estudantes de escolas públicas, pretos, pardos e indígenas no ensino superior em universidades públicas estaduais e federais, figurando a UNB, como a universidade federal pioneira a implantar essa política de cotas (CARVALHO, 2006). O objetivo deste capítulo é revisar o processo histórico de constituição dos debates sobre as ações afirmativas, tanto as voltadas para garantir percentuais de vagas no mercado de trabalho a negros, como a reserva de um vagão somente para mulheres, como ocorreu no Rio de Janeiro. Visa também, apresentar uma contextualização mais ampla do cenário a partir do qual começaram a ser debatidas e implantadas as primeiras políticas de cotas raciais em universidades públicas nos contextos nacional e nordestino. Em decorrência de todo esse processo de luta empreendido por diversas organizações e movimentos, surge novamente uma resposta positiva. Criado em 13 de maio de 1996, através da Secretaria Nacional de Direitos Humanos, o Programa Nacional dos Direitos Humanos (PNDH) tinha como objetivos, dentre muitos outros, “desenvolver ações afirmativas para o acesso dos negros aos cursos profissionalizantes, à universidade e às áreas de tecnologia de ponta, formular políticas compensatórias que promovam social e economicamente a comunidade negra” e “apoiar as ações da iniciativa privada que realizem discriminação positiva” (Brasil, 1996, p.30).

A Conferência de Durban foi um encontro no qual se fez presente uma quantidade gigantesca de representantes de praticamente todas as nações do mundo. A Conferência iniciou-se no dia 31 de agosto de 2001 e encerrou-se na data de 08 de setembro daquele ano. Sendo sediada na África do Sul, lugar de significativa importância, em virtude do regime segregador, que foi o *Apartheid*, ocorrido naquela nação. A perspectiva desse encontro se pautava em tematizar e discutir questões como o racismo, a xenofobia e a homofobia (ALVES, 2002).

No primeiro ano na presidência, o ex-presidente Luiz *Inácio* Lula da Silva instituiu o Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial, (PNPIR), cuja criação sucedeu mediante o Decreto 4.886, de 20 de novembro de 2003, objetivando reduzir as desigualdades raciais para com a população negra no Brasil. Preconizando ações a curto, médio e longo prazo.

Após essa Conferência ocorrida em solo sul-africano foi marcado outro evento de grande importância para a discussão do tema que foi a Conferência Regional das Américas sobre Avanços e Desafios do Plano de Ações Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, realizada em 2006, cinco anos depois de Durban, com a participação de 21 países (CALDAS, SANTOS e SANTOS, 2011). Depois desse encontro, o Brasil, o qual tinha assumido papel central, tendo sido o país escolhido para presidir a Conferência, passou a discutir a efetivação de políticas de ações afirmativas em seu território, tendo, portanto, em 2002 surgido discussões e debates no Rio de Janeiro visando adotar as cotas, como forma de ingresso de pessoas pretas, pardas e indígenas nas universidades daquele estado.

Por fim, em 2010 foi aprovada a Lei 12.288/2010, a qual institui Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SINAPIR), cujo objetivo, volta-se para a formulação de políticas e serviço direcionados a superação da desigualdade racial na sociedade brasileira.

Depois de todas as conquistas obtidas pelos movimentos negros, ocorre um significativo fato, o qual se remete a promulgação das políticas de cotas na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), cuja efetivação fez com que essa instituição de ensino superior se tornasse a primeira universidade estadual a efetivar as cotas, em 2003, quando recebeu os primeiros estudantes através do sistema de cotas. Sendo que a UNB (Universidade de Brasília), havia adotado essa política no mesmo ano, após um longo processo de discussão, debates, travados dentro da própria instituição por parte do Conselho Universitários, professores e gestores. No mesmo ano, a Universidade Estadual da Bahia (UNEB) adotou uma política de cotas voltada para promover o acesso ao ensino superior para pessoas negras, pardas e indígenas, através de uma resolução aprovada no Conselho da Instituição. O Conselho Universitário (CONSU) determinou que 40% das vagas seriam reservadas para estudantes da população negra, os quais deveriam ter estudado em escolas da rede pública de ensino. Por ser uma das primeiras instituições públicas de ensino superior a adotar o sistema de cotas, a decisão da UNEB ocasionou inúmeras discussões e debates, não somente restritos ao meio acadêmico, uma vez que, até o Congresso Nacional passou a discutir e a problematizar essa temática. Como avalia Silva (2010):

A notável repercussão social, após a implantação das cotas na UNEB, pôs em evidência uma questão chave envolvida nessa discussão: o que justifica a adoção do sistema de cotas no ensino superior? Para os defensores das políticas afirmativas, existem obstáculos raciais objetivos e subjetivos construídos historicamente na sociedade brasileira que impedem ou dificultam que negros e brancos concorram em igualdade de condições às oportunidades de acesso ao sistema de ensino universitário, especialmente nas prestigiadas universidades públicas. O racismo no Brasil — originado da escravização de negros e índios pelos colonizadores portugueses — se reproduziu no período posterior à abolição, através de mecanismos sociais que influenciaram decisivamente no processo de inferiorização e marginalização de negros e índios na sociedade nacional. Processo que resultou em gritantes assimetrias entre os grupos étnicos formadores da sociedade brasileira, nos planos econômicos, políticos, sociais, culturais e estéticos. De acordo com os defensores das políticas afirmativas, tais distorções justificariam a adoção das Ações Afirmativas como políticas de Estado (SILVA, 2010, p. 50-51).

É nesse mesmo contexto histórico, de avanços dos movimentos sociais negros e de suas consequentes vitórias, que a Lei 12.711/12 – que ficou conhecida como Lei de Cotas – foi aprovada pelo Senado brasileiro no dia 7 de agosto de 2012, tendo sido imediatamente assinada pela Presidente Dilma Rousseff. Para a sua aprovação, houve apenas um voto contrário, o que caracteriza quase uma unanimidade seu processo de aprovação. Mesmo assim, a promulgação dessa lei dividiu as opiniões na sociedade civil e nos movimentos sociais já que, se por um lado, houve um avanço no sentido de reconhecer uma população histórica e socialmente discriminada, por outro lado, isto fez com que existisse uma equiparação entre as cotas sociais e as cotas raciais, pois, ambas visam corrigir desigualdades sociais e raciais na sociedade brasileira (LOPES, 2012). A Lei estabelece, conforme especificado no seu art. 4º, que:

As instituições federais de ensino técnico de nível médio reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso em cada curso, por turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que cursaram integralmente o ensino fundamental em escolas públicas (BRASIL, 2012).

Segundo o que foi mencionado acima, garantir o acesso aos estudantes de escolas públicas é um dos objetivos da Lei de Cotas, mas, a Lei também trata diretamente das questões étnica e racial, como pode ser observado no art. 5º, transcrito a seguir:

Em cada instituição federal de ensino técnico de nível médio, as vagas de que trata o art. 4º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas, em proporção no mínimo igual à de pretos, pardos e indígenas na população da unidade da Federação onde

está instalada a instituição, segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (BRASIL, 2012).

No tocante aos discursos e movimentos contrários as políticas de cotas, ressalta-se que há incontáveis posicionamentos e que esses são representados dos mais variados modos. Merece destaque o Movimento Contra as Cotas, ocorrido em 2006, que se fundamentava na argumentação recorrente de que todos são iguais perante a lei. Outro argumento frequentemente empregado pelos opositores das ações afirmativas é o de que essa política levaria a uma racialização da sociedade brasileira, fazendo com que o nosso país se tornasse dividido entre brancos e negros como, por exemplo, ocorre nos EUA e em outras nações do mundo. Essa racialização poderia gerar, segundo o argumento, um ódio entre as populações negra e branca. Essa perspectiva não considera que houve aqui um processo histórico diferente do que ocorreu na nação norte-americana e, portanto, houve e ainda há relações sociais e raciais distintas das que existem nos Estados Unidos.

A mídia sempre adotou posturas contraditórias no que tange as ações afirmativas, sejam elas de apoio ou de desaprovação para com o sistema de cotas e, dessa forma, os meios midiáticos influenciaram e também foram influenciados pela sociedade, pelos discursos políticos, pelas universidades, etc. Nesse sentido, interessante relatar as perspectivas defendidas pelo Jornal O Globo e a Revista Veja, como na coluna “Nossa Opinião”, de 05 de abril de 2010, ao apontar que:

A instituição de cotas raciais no ensino superior do país mascara uma injustiça (contra os brancos pobres) e uma implícita confissão de inapetência do poder público com suas obrigações relativas à Educação. A enorme faixa da população brasileira formada pelas classes de menor poder aquisitivo é vítima do tratamento diferenciado propugnado pelos apóstolos do racismo como critério para o acesso dos negros a universidades públicas (REVISTA VEJA, 2010).

Dentre tantos discursos opositores das ações afirmativas, alguns se destacam sobre os demais, como é o caso do colunista Diogo Mainardi, o qual se posicionou ativa e veementemente contrário às cotas, afirmando que essas haviam sido malsucedidas nos EUA e que o Brasil reproduzia aquele modelo já fracassado (LOPES, 2012). Em 2008, os manifestantes anti-cotas novamente uniram-se em desfavor as ações afirmativas, quando a ação promovida por eles, contou com a participação de 113 intelectuais de vários segmentos, como sindicalistas, ativistas de movimentos negros, empresários, sociedade civil, etc. Por fim, entregaram um manifesto contra as cotas ao ministro Gilmar Mendes, reconhecido por sua atuação conservadora no STF (FOLHA DE SÃO PAULO, 2008).

Embora não tenha desenvolvido uma postura tão rígida contra a política de ações afirmativas, assim como as apresentadas anteriormente, o ANDES-SN (Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior) também adotou um discurso de oposição a essa política no seu 26º congresso, ocorrido na cidade paraibana de Campina Grande, em março de 2007 (LOPES, 2012). Em algumas universidades, a pressão anti-cotas provocou, como no caso do Rio de Janeiro, o cancelamento dessa política, posto que alguns vestibulandos entraram com mandados de segurança na Justiça, sendo que a própria Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Confenen) tentou alegar a inconstitucionalidade das ações afirmativas (CARVALHO, 2007).

Embora tenha havido movimentos contrários à adoção do sistema de cotas, conforme apontado acima, houve também movimentos e manifestações favoráveis a essa política. No ano de 2008, os manifestantes pró-cotas agiram visando a efetivação e a legalidade das ações afirmativas. Sendo que a legalidade desse modelo de política foi reconhecida pelo parecer do ministro Ayres Britto no STF (RECONDO, 2008). No mesmo ano, em compasso com a campanha presidencial de Barack Obama – candidato negro e ativamente favorável às cotas raciais – nos EUA, houve também um fortalecimento da posição pró-cotas no Brasil. A colunista Miriam Leitão, do Jornal O Globo, passou a elogiar as ações afirmativas, afirmando que isso criou uma classe média formada pela população negra nos EUA e que ela se tornou muito forte, a tal ponto de definir as eleições daquele país.

Outro acontecimento sucedido nesse mesmo ano, o qual também influenciou o debate sobre as cotas, foi a formatura da primeira turma da UniPalmares – universidade fortemente voltada para a demandas da população e dos movimentos negros, – essa solenidade conta com a presença de sete ministros do Governo Lula (PT) (Macedo, 2008). O ex-governador do Estado de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), resumiu da seguinte forma a importância desse momento: “uma universidade consolidada, ajudando a resgatar uma das maiores dívidas sociais que o Brasil sempre teve. (...) É uma universidade que é a síntese do amor e da justiça”. A paraninfa Benedita da Silva (PT), então Secretária de Estado do Rio de Janeiro, na pasta de Ação Social, afirmou que o pequeno número de concluintes do ensino superior negro, demonstra que o Brasil “vive ‘outro tipo de escravidão’” (MACEDO, 2008).

O colunista Elio Gaspari, do Jornal o Globo, assumiu um posicionamento contrário ao seu jornal, uma vez que ele rebateu a cada um dos argumentos os quais eram comumente evocados contra as cotas como, por exemplo: que “exacerbariam a questão racial”, a “mandinga do não vai-pegar”, a de que o estudantes seriam “sem preparo e sem recursos para

se manter, os negros entrariam nas universidades, não conseguiriam acompanhar as aulas, desorganizariam os cursos e acabariam deixando as escolas” e a ideia de que os cotistas seriam discriminados, a qual ele considera “de todas as mandingas lançadas contra as cotas, a mais cruel”(O GLOBO, 2009).

Segundo o que foi exposto, pode-se compreender que as ações afirmativas podem ser bem-sucedidas – e na maioria das vezes já tem sido – se a sua efetivação se atentar para as especificidades culturais, econômicas, étnicas, religiosas, sociais, dentre outras, de cada realidade. Caso contrário, tenderiam a ser uma mera repetição ou reprodução descontextualizada do que foi experimentado em outros países. A questão é que as ações afirmativas têm demonstrado ser um dos tipos de política mais efetiva – e com resultados mais duradouros – para enfrentar o racismo e suas consequências catastróficas nas instituições escolares e na educação. Racismo que prejudica a escolarização da população negra e faz com que esses sujeitos sejam os que possuem os menores índices de alfabetização e, conseqüentemente, sejam os que recebem menores salários e que ocupam funções de menor prestígio social (SEGATO, 2006). Como observa Carvalho (2006), em relação à (falta de) presença de negros e negras nas universidades e nos cursos de ciências sociais:

Estamos no limiar de uma crise de representação nas ciências sociais e o esforço que temos feito na Universidade de Brasília desde 1988, a partir da crise racial acima mencionada e da luta pela implementação das cotas para negros e índios, é justamente no sentido de discutir essa crise como consequência do confinamento racial em que vivemos (CARVALHO, 2006, p. 101).

O autor apresenta argumentos bastante enfáticos para ressaltar a necessidade das ações afirmativas, a fim de corrigir a desigualdade social e histórica para com as populações negras e indígenas, que são refletidas no acesso e permanência no ensino superior, bem como no menor número de docentes negros e indígenas nas universidades públicas brasileiras, quer sejam estaduais ou federais. A primeira instituição pública federal a adotar cotas raciais foi a Universidade de Brasília (UnB), em 2004. No ano de 2005, após ser implementado o sistema de cotas, houve uma mudança significativa na quantidade de negros e pardos matriculados na Universidade. O número de estudantes identificados como pardos subiu para 2,69% e a de pretos deixou de ser nula, alcançando um patamar de 2,63%. Mais do que alterações nos percentuais, o professor José Jorge de Carvalho indica o que representou essas alterações na UNB: “Antes você entrava numa sala de aula e só via alunos brancos. Quando via estudantes negros, quase sempre eram africanos em intercâmbio. Hoje você vê três, quatro estudantes negros e todos são brasileiros” (MIELKI et al., 2008, p. 9). Os dados da Universidade

apontam que, do total de 20.000 estudantes no ano de 2002, somente 400 pertenciam à população negra, o que era equivalente a apenas 2%. Esse número foi elevando-se gradativamente até atingir o patamar de 2800 alunos negros em um total de 20.000, o que equivale a 14%, no 1º Semestre de 2005, chegando a somar 4000 educandos da população negra no ano de 2006 equivalendo, destarte, a 20% de uma totalidade de 20.000 discentes.

### **1.1 Discurso, Hegemonia e Subjetividade**

No que se relaciona a produção dos discursos, observa-se que as disputas hegemônicas afetam as subjetividades dos cotistas na UFPE. De modo que os a comunidade discursiva mais presente e dominante nessa instituição, se afigura como sendo de natureza hegemônica, elitista e racista, contrária a política de cotas, fazendo com que a subjetivação dos estudantes fique prejudicada, no sentido de que normalmente não se assumem enquanto beneficiário das cotas, preferindo manter-se no anonimato, a fim de não reconhecidos e discriminados, haja vista que se assumissem, sofreriam processos discriminatórios dentro desse espaço de ensino superior. Portanto, constata-se que a Universidade Federal de Pernambuco é uns lócus de cunho predominante racista, elitista e segregador para com os estudantes cotistas, uma vez que as comunidades discursivas atravessadas e constituintes da realidade social dessa academia são em sua grande maioria, anti-cotas e racistas. E as comunidades discursivas com predominância e de maior atuação se referem a discursos hegemônicos, de grupos dominantes e opositores a políticas de ações afirmativas em todas as suas formas.

Se faz necessário pontuar que após a Conferência de Durban, realizada na África do Sul, o Brasil passou a adotar mais frequentemente uma série de ações afirmativas, dentre elas destacam-se as primeiras discussões para a implementação das cotas nas universidades estaduais do Rio de Janeiro, ocorridas em 2002 e efetivando o funcionamento dessa política em 2003, conforme já vastamente citado anteriormente. E a própria UNB, a qual já empregava debates para a efetivação das cotas desde 1999, passou a tornar esses debates ainda mais comuns e com maior visibilidade e força, em virtude do comprometimento que o nosso país assumiu no evento realizado na nação africana, a Universidade de Brasília tomou a iniciativa e por si mesma, organizou os moldes para efetivar essa política no ano de 2003, sendo que com toda resistência e oposição, essa instituição demonstrou ser em sua maioria, favorável a adoção das cotas, sendo portanto, como já referido em outros trechos deste trabalho, a primeira instituição de ensino superior pública federal, a empregar as cotas, quer sociais, digamos assim, quer as de natureza raciais.

## **1. 2 A implantação das primeiras experiências de cotas raciais em universidades públicas brasileiras**

Conforme observado, a partir dos anos 2000 iniciaram-se as primeiras discussões pela implantação das Ações Afirmativas no Ensino Superior, mais especificamente as Cotas Raciais para pessoas negras, pardas e indígenas. Sendo que a partir do ano de 2002, a Universidade de Brasília, passou a se estruturar para a realização da efetividade das Cotas Raciais, objetivando implementá-la no ano seguinte 2003. Isso caracterizada esse espaço acadêmico, como o pioneiro a efetivar a política de cotas, no âmbito federal, haja vista que após ela, outras universidades passaram a adotar as cotas raciais, tais quais: UERJ, UENF e UNEB.

Apesar dos intensos debates sociais, midiáticos e das acirradas disputas jurídicas que se seguiram à aprovação e/ou implantação das políticas de cotas na UERJ, UENF, UNB e UNEB, diversas outras universidades ao longo de todo país passaram igualmente a debater, através de suas comunidades acadêmicas e conselhos – valendo-se principalmente da prerrogativa da autonomia universitária – a possibilidade de também desenvolverem suas próprias políticas de cotas. Desse modo, diversas novas experiências com políticas de cotas e ação afirmativa foram ensaiadas pelas universidades públicas brasileiras entre o ano de 2003 e a aprovação final da Lei de Cotas no Senado, em 2012. O objetivo desse capítulo é fazer um exame inicial do contexto acadêmico, dos debates realizados e das principais características de algumas dessas experiências, buscando reconhecer possíveis elementos de comparação que permitam analisar, posteriormente, o processo de discussão sobre as cotas raciais na UFPE.

O processo pioneiro de implantação da política de cotas na Universidade de Brasília (UNB) se desencadeou a partir do apoio e participação de inúmeros intelectuais, dentre eles destacam-se: Timothy Mulholand, Matilde Ribeiro, Petronilha Silva, José Jorge de Carvalho, Dóris dos Santos Faria e Dione Moura. A indicação de Dione Moura para presidente e relatora da “Comissão de Implantação do Plano de Metas de Integração Social, Étnica e Racial da UNB”, nomeada pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) da Universidade, foi realizada por Dóris Faria. Embora o plano tenha sido finalmente implantado em 2003, os debates acerca das ações afirmativas na UNB já vinham de uma longa data. Em 1999, houve uma primeira proposta de cotas para negros na universidade, estando na liderança desse debate o Prof. José Jorge de Carvalho e a Profa. Rita Segato. A proposta começou a ser delineada a partir da mobilização gerada por um caso de conflito racial

sucedido no departamento de Antropologia da UNB. O próprio Carvalho (2005) narra as circunstâncias do episódio que ficou conhecido como “o caso Ari”:

Diz respeito a Arivaldo Lima Alves, o primeiro aluno negro a entrar no nosso doutorado após 20 anos de existência do programa. Logo no primeiro semestre do curso foi reprovado em uma matéria obrigatória em circunstâncias inaceitáveis e a reprovação colocou-o na iminência de perder imediatamente o curso de doutorado. Arivaldo Alves lutou mais de dois anos por uma revisão justa de sua nota. E após um processo de extremo desgaste (dele e também nosso: Rita Segato era coordenadora da Pós-Graduação e foi demitida sumariamente do cargo ao posicionar-se do lado de Arivaldo Alves; eu era seu orientador e sofri hostilidade por defendê-lo diante da maioria esmagadora dos colegas) conseguiu levar o seu caso até o CEPE da UnB, que reconheceu a injustiça cometida e forçou o Departamento de Antropologia a mudar a sua nota e aprová-lo na disciplina, o que lhe permitiu permanecer no programa e terminar o doutorado (CARVALHO, 2005).

Houve também outro acontecimento bastante emblemático, que foi a discriminação ocorrida para com um grupo de universitários negros na segunda metade do ano 2001, em uma festa, na qual sofreram hostilização por parte de seguranças e outros estudantes de Antropologia. Passados esses fatos, os discentes discriminados reuniram-se exigindo uma reparação em virtude das atitudes racistas de que foram vítimas, organizando, portanto, um Fórum, a fim de tratar do racismo nessa instituição. Os estudantes discriminados, foram à luta e organizaram um grupo, visando a reparação da humilhação e discriminação por que tinha sofrido, exigindo isso na própria administração da universidade. Lamentavelmente esse ocorrido sucedeu também no departamento de Antropologia, tal qual já havia ocorrido o caso Ari, referido acima. O EnegreSer, movimento criado por esses universitários, passou a ser bastante atuante dentro dessa instituição, pautando suas lutas no protagonismo dos pretos dentro e fora da academia, demonstrando a importância e o engajamentos dessa população, para a obtenção de suas metas.

O início do processo de implantação das ações afirmativas na Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), por sua vez, ocorreu a partir do ano de 2006, quando se deu a aprovação da decisão pelo Conselho Universitário dessa instituição. As cotas foram aprovadas para serem direcionadas a estudantes negros, indígenas, pardos e advindo das escolas públicas. A decisão foi oficializada através da portaria 695/07, datada de 06 de junho de 2007. Houve debates e manifestações de parte das coordenações dos cursos, dos departamentos acadêmicos e de outras instâncias e agentes, tanto em contrário quanto em defesa da adoção de cotas. O programa de ações afirmativas foi, por fim, efetivado no ano de 2008, tendo sido distribuída a reserva de vagas para os discentes do seguinte modo: 35% destinados a

estudantes que se identificavam enquanto negros e pardos e 20% se encontrava reservado para educandos advindo da escola pública. Pretendia-se que esse percentual alcançasse o total de 50% das vagas para estudantes que tenham cursado o ensino médio em escola pública, no entanto, o quantitativo de 35% para a população negra permaneceria inalterado. Apesar da política de cotas ter ampliado a possibilidade de ingresso de estudantes negros na universidade, estudos com estudantes cotistas na UFSCAR demonstram que os mesmos relatam que não sentem o apoio que almejavam receber da instituição. Os estudantes declaram acreditar no Programa de Ações Afirmativas enquanto facilitador de acesso ao ensino superior, entretanto, não como modo de articulação dos estudantes da população negra não havendo, por isso, uma aproximação entre os educandos negros (OLIVEIRA, 2013).

No caso da UNEB, diferentemente da UFSCAR, a Comissão Permanente do Vestibular (COPEVE) responsabiliza-se pelo acompanhamento aos estudantes cotistas. Em 2006 essa Comissão divulgou dados relevantes sobre o desempenho dos universitários que ingressaram através das ações afirmativas, revelando que não existe um padrão de inferioridade de desempenho dos cotistas em comparação aos não cotistas, como se apregoava. Por vezes, de fato, ocorre o processo inverso, os “beneficiados” pelas ações afirmativas apresentam números superiores aos outros educandos. Logo no primeiro ano de efetivação da política, ou seja, em 2003, essa instituição apoiou os estudantes cotistas através do acompanhamento de suas notas e da observação da assiduidade dos universitários que entraram pelo sistema de cotas. Embora haja o Programa de Apoios aos educandos, há de ressaltar-se que os cotistas relatam que não há uma atenção tão eficaz no que tange à permanência desses estudantes e que, portanto, muitos deles são obrigados a abandonar a universidade.

A universidade Federal da Bahia (UFBA) dispõe de uma Superintendência de Avaliação e Desenvolvimento (SUPAD) a qual, entre outras atividades, se dedica a acompanhar as relações entre os estudantes cotistas e não-cotistas, o que serve também para conhecer o modo pelo qual os estudantes vivenciam e percebem essas relações. Conforme se evidencia através de outras pesquisas acerca dessa instituição, há um grupo de representações sociais que apoiam os discentes contemplados pelas ações afirmativas. Contudo, assim como o que foi relatado acima pelos universitários da UNEB, os educandos da UFBA também sentem a necessidade de um apoio mais amplo, no sentido de garantir de modo efetivo sua permanência na instituição de ensino superior. Posto que, por vezes, notam que o enfoque maior do acompanhamento se volta para os resultados e não para a vivência cotidiana dos

discentes. Ou seja, para o modo pelo qual esses se percebem enquanto cotistas, se são ou não deveras inseridos na academia.

A Universidade Federal da Bahia (UFBA) começou a aprovar seu Programa de Ações Afirmativas na data de 17 de maio de 2004. O Programa, nesse caso, foi vinculado à Comissão Social para Políticas de Inclusão Social e ao plenário do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (SILVA, 2010). O processo de implantação das ações afirmativas nessa universidade foi bastante árduo, polêmico e repleto de debates. Houve inúmeros movimentos, tantos favoráveis quanto contrários às cotas. Na votação do Conselho Universitário (CONSU) aprovou-se a reserva de cotas para a população negra com uma vantagem massiva, quase alcançando a unanimidade o que, contudo, não representou o teor de todas as discussões dos membros do conselho antes da votação e durante todo esse processo.

Foi relatado que parte dos opositores ao sistema de cotas tentaram desqualificar a discussão relativa à efetivação dessa política para, desse modo, protelar a implementação da mesma (SILVA, 2010). O Prof. Valdélino Santos Silva (2010) resume o que ocorreu ao longo do processo:

Dizia-se, por exemplo, que o assunto era desconhecido da comunidade universitária, precisava ser amadurecido ou que não havia sido discutido previamente. Essas tentativas de impedir a votação da matéria, entretanto, não surtiram efeito. Restou, então, aos opositores do sistema de cotas, embora na reunião do CONSU eles não se arrogassem como tais – é sintomático no Brasil um comportamento evasivo ao se discutir as relações raciais – justificar que a pretensão deles não era ser contra as cotas e sim problematizar e levantar questões para uma melhor reflexão. Como vemos, uma forma astuciosa e dissimulada para impedir a aprovação da resolução no Conselho (SILVA, p. 53).

O programa enfim aprovado estava estruturado em quatro eixos, os quais consistiam em: preparação, ingresso, permanência e graduação (pós-permanência). O primeiro eixo buscava criar medidas que intervissem no ensino público do Estado da Bahia. O segundo visava reduzir a taxa de inscrição no vestibular, enfocando também em questões como ampliação da isenção, aumento no número de vagas dos cursos de graduação e adoção do sistema de cotas para alunos pobres, negros e descendentes de indígenas, objetivando corrigir uma desigualdade histórica e social sofrida por esses grupos. O terceiro eixo se pautou na promoção de medidas direcionadas a revisão da grade de horários da UFBA, visando que os educandos que necessitassem pudessem trabalhar a fim de manter-se na universidade. Houve ainda, a implantação de programas de tutoria social, reforço escolar e acompanhamento acadêmico. O quarto eixo consistia na criação de um programa de preparação para a vida após

a universidade, com assessoria para a obtenção de estágios, vagas de emprego e para a abertura e administração de pequenas empresas (ALMEIDA FILHO et al, 2005).

Na UERJ, o critério mais decisivo para o ingresso dos cotistas, se volta para a renda, uma vez que, conforme se evidencia, os estudantes negros, pardos e indígenas, possuem renda que lhe confere a aprovação das cotas. Nessa universidade, a partir dos anos 2000, coloca com o critério socioeconômico, a seleção incluindo o aspecto da identidade dos sujeitos, os quais podem se identificar enquanto: negros, pardos e indígenas.

Em 2005 a Universidade Federal de Sergipe (UFS) começou a realizar discussões formais em relação à implantação das ações afirmativas. Foi elaborado um grupo de estudos gerando, assim, debates dentro e fora da comunidade universitária. Após o início desses debates chegaram a ocorrer manifestações públicas contrárias às ações afirmativas, realizadas por estudantes de cursos pré-vestibulares na cidade de Aracaju, tomando as ruas da capital do Estado. Apesar de toda pressão em contrário, a primeira geração de estudantes cotistas ingressou na UFS em 2010 (LIMA; NEVES; SILVA, 2014). O programa, efetivado na seleção do vestibular de 2009/2010, incluía o acesso aos cursos de maior prestígio social e buscava contemplar estudantes da rede pública de ensino, pretos, pardos e indígenas (MASCARENHAS; SANTOS; SCHMITZ, 2011). O sistema de cotas na UFS estabeleceu que a reserva de vagas seria estabelecida por um período decenal, sendo dividida da seguinte forma: metade das vagas disponíveis pelas ações afirmativas, iriam para discentes de escolas públicas, os quais cursaram integralmente o ensino médio na rede pública de ensino. Havendo, também, a divisão de 70% para estudantes das minorias raciais, dividindo-se entre negros, pardos e índios.

Um ponto interessante a ser observado no caso da UFS remete-se à questão dos discursos concernentes às ações afirmativas. Antes de as cotas estarem implantadas, o principal argumento utilizado em contrário à sua aprovação era de que essa política acirraría o conflito e a discriminação para com a população negra. Após implantadas as cotas, no ano de 2010, a maior preocupação declarada voltava-se para a natureza discriminatória das ações afirmativas contra os que não se identificavam enquanto negros. Esses argumentos novamente rementem as noções de mérito individual e de igualdade formal. Como se todos fossem, deveras, iguais perante a lei em direitos, o que se sabe não ser a realidade. Aponta, realmente, para a defesa da manutenção de privilégios de um grupo ou classe social sobre outros, como frequentemente ocorre.

A universidade Federal da Bahia (UFBA) dispõe de uma Superintendência de Avaliação e Desenvolvimento (SUPAD) a qual, entre outras atividades, se dedica a acompanhar as relações entre os estudantes cotistas e não-cotistas, o que serve também para conhecer o modo pelo qual os estudantes vivenciam e percebem essas relações. Conforme se evidencia através de outras pesquisas acerca dessa instituição, há um grupo de representações sociais que apoiam os discentes contemplados pelas ações afirmativas. Contudo, assim como o que foi relatado acima pelos universitários da UNEB, os educandos da UFBA também sentem a necessidade de um apoio mais amplo, no sentido de garantir de modo efetivo sua permanência na instituição de ensino superior. Posto que, por vezes, notam que o enfoque maior do acompanhamento se volta para os resultados e não para a vivência cotidiana dos discentes. Ou seja, para o modo pelo qual esses se percebem enquanto cotistas, se são ou não deveras inseridos na academia.

Na UERJ, o critério mais decisivo para o ingresso dos cotistas, se volta para a renda, uma vez que, conforme se evidencia, os estudantes negros, pardos e indígenas, possuem renda que lhe confere a aprovação das cotas. Nessa universidade, a partir dos anos 2000, coloca com o critério socioeconômico, a seleção incluindo o aspecto da identidade dos sujeitos, os quais podem se identificar enquanto: negros, pardos e indígenas.

Ao realizar o processo seletivo da UERJ, o candidato pode afirmar sua identidade, em duas ocasiões, que são: no preenchimento do questionário socioeconômico, em cujo momento, os candidatos podem escolher, mediante cinco critérios, ou cinco cores, conforme constantes no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – negro, branco, pardo, indígena ou amarelo – e também podem ainda optarem pelas cotas. Na época do vestibular do ano 2003, podia-se selecionar as opções de ser “negro” ou “pardo”, e em contrapartida, no ano posterior, no vestibular de 2004 o vestibulando, somente podia identificar-se como negro. No ano anterior, 2003, a UERJ seguiu fielmente, a Lei Estadual, 3708/2001, utilizando-se dos termos “negro e pardo”, gerando desse modo, polêmica, haja vista que a identificação “parda”, havia sido retirada. Argumentava-se que a maior parte de nós brasileiros, é pertencente ao grupo “pardo”.

### **1.3 A resistência às cotas raciais nas universidades públicas pernambucanas**

A universidade Estadual de Pernambuco (UPE) adotou a política de cotas no ano de 2004. A política centrava-se na reserva de 20% de vagas a estudantes oriundos da escola pública que tivessem estudado integralmente o ensino médio nessas instituições. Durante o

processo de efetivação, debateu-se no Conselho a problemática racial. Foram comuns a percepção de que a qualidade deficitária do nosso ensino contribui para as injustiças do nosso país, assim como, que a segregação étnica para com determinados grupos sociais é proveniente do quadro injusto configurado na sociedade brasileira. Por fim, destacaram que 80% dos discentes da rede pública são pertencentes à população negra ou de famílias de baixa renda econômica. A partir desses debates no Conselho, estabeleceu que a seleção do vestibular ocorreria igualmente para todos os (as) candidatos (as), exceto para os que comprovadamente, ao matricular-se, tivessem se declarado como estudantes de escola pública, de acordo com as condições estabelecidas (ANDRADE, 2007). Conforme relato de um dos docentes envolvidos na votação para a efetivação das cotas, a adoção das ações afirmativas para estudantes da escola pública foi uma “jogada”, considerada pertinente e produtiva, porque se acreditava que, posteriormente, outros componentes seriam inseridos na política de cotas (ANDRADE, 2007).

No ano de 2004, o Conselho Universitário da UPE (CONSUN) aprovou uma reserva de 20% das vagas dos cursos de graduação para os alunos que tivessem cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas municipais/ou estaduais no estado de Pernambuco. Segundo argumentação presente na ata de deliberação do CONSUN, de 27 de julho de 2004, essa política de cotas seria suficiente para incluir a população “afro-descendente”, uma vez que, de acordo com a instituição, esta comporia a grande maioria dos estudantes das escolas públicas. (...) a política afirmativa, nos moldes adotados pela UPE, surgiu também em consequência de um movimento nacional em outras universidades brasileiras (UERJ, UnB, UNEB, etc.), porém, teve seu debate profundamente afetado por um Projeto de Lei Estadual, o qual previa uma reserva de 30% das vagas de graduação para estudantes que se autodeclarassem afro-descendentes e tivessem renda familiar máxima de 5 salários mínimos. Segundo entrevistas realizadas pelo autor com professores, Pró-Reitores e o autor do Projeto de Lei envolvido no processo de implantação da política afirmativa da UPE, a instituição articulou para que ela própria elaborasse seu sistema de cotas, assegurando, dessa forma, a autonomia universitária. Todavia, o que se constatou nesse movimento foi o afastamento da questão racial, outrora centro do debate, para a criação de uma reserva de 20% de estudantes que tivessem cursado integralmente todo o ensino médio em escolas públicas municipais ou estaduais em Pernambuco (ANDRADE, 2010, p. 76).

Segundo Andrade (2007), a implantação da política de ações afirmativas ocorreu de modo pouco articulado, interna e externamente, bem como não contou com a participação de movimentos sociais, o que ocasionou um enfraquecimento dos defensores do sistema de cotas frente a outras pautas que estavam em emergência, como a possível privatização dessa instituição. Portanto, a aprovação de cotas para discentes oriundos de âmbitos escolares públicos se configurou como uma vitória para os para o-cotas, mesmo que tenha representado

uma pequena conquista, se comparada à que almejavam. Atualmente, a UPE dispõe de programas de apoio a estudantes universitários, cotistas ou não, que não possuam estrutura para permanecerem na universidade. Isso se realiza através de bolsas de estudos, obviamente, almejando também que os discentes elevem seu rendimento escolar, mediante a melhoria de suas notas. Embora haja esse apoio institucional da UPE, os estudantes relatam que as bolsas se tornam insuficientes para atender a todos os educandos, posto que, possuem despesas, como: xerox, transportes, alimentação, etc.

A Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), juntamente com a Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), a Universidade de São Paulo (USP) e a Universidade de Campinas (UNICAMP), esteve entre as últimas universidades brasileiras a adotar políticas de ação afirmativa no ingresso de estudantes e, especialmente, a adotar critérios raciais para essas políticas. Em 2009, a UFPE passou a adicionar um bônus de 10% no processo vestibular às notas de candidatos oriundos de escolas públicas. Mesmo após a aprovação e efetivação da Lei de Cotas pelo governo federal, a UFPE foi a única universidade pública de Pernambuco que optou por uma implantação gradual das cotas até chegar aos 50% das vagas em 2016, o prazo limite estabelecido pela Lei. Na Universidade de São Paulo, docentes de diversos segmentos chegaram a expor publicamente suas posições contrárias ao projeto de cotas para alunos de escolas públicas, desenhado pelos reitores das universidades e pelo governo do Estado. Dentre os educadores desfavoráveis as cotas encontram-se docentes renomados da área de Ciências Humanas bem como a associação de professores (FOLHA DE SÃO PAULO, 2003).

## **CAPÍTULO 2**

### **AS LUTAS POR AÇÕES AFIRMATIVAS E A CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA DE COTAS RACIAIS NA UFPE**

Apesar da UFPE haver iniciado algumas discussões sobre o tema das ações afirmativas partir dos anos 2000, mais especificamente de 2003 em diante, quando a UNB implantou a política de cotas, essa temática continuou a ser superficialmente discutida nesse espaço acadêmico. Segundo indicado nas entrevistas e contatos com docentes e técnicos da universidade, dentre os poucos professores que se pronunciavam sobre a questão nesse período, a maioria se mostrava contrária e bastante resistente a implantação das ações afirmativas. Julgava-se desnecessário e irrelevante os debates acerca desse tema para a UFPE, posto que se defendia geralmente que a Universidade possuía outras temáticas importantes e que seria uma perda de tempo tematizar tal questão face a outras de maior importância. Nos anos de 2004 e 2005 o interesse e as discussões na UFPE no tocante a esse tema começam a aumentar, contudo, de um modo bastante superficial, uma vez que a comunidade universitária dispunha de poucas condições para se discutir essa temática, devido ao fato de que o número de docentes que tratavam sistematicamente dessa problemática era muito reduzido. Como observa uma docente da universidade em relação esse período:

Eu não quero ser leviana, as discussões vêm há muito tempo, bem antes de eu chegar aqui, eu não sei te dizer exatamente, mas a partir de 2005, 2006, quando começaram as discussões sobre cotas sociais, essa discussão foi pautada aqui, mas sempre com muita resistência (Guerreira).

Posteriormente, em 2006, a universidade inseriu a política de bônus para estudantes oriundos do interior do estado de Pernambuco, para permitir um maior acesso dessa população ao espaço universitário, uma vez que ainda não havia uma política ampla de interiorização das universidades públicas. A partir de 2011 em diante, a UFPE começa a dar maior visibilidade ao tema, percebendo-se o surgimento de um maior número de debates e discussões sobre as políticas de cotas, ainda que não da forma pelo qual deveria suceder, mesmo desse jeito, a UFPE realiza mais frequentemente debates, discussões acerca dessa temática em suas pautas de reuniões entre os professores. Porque agora esse modelo de política passa a adquirir uma força mais significativa a nível nacional, em decorrência da quantidade de universidades públicas brasileiras que já haviam aderido as ações afirmativas. Começa a haver, portanto, uma maior pressão sobre essa instituição de ensino, o que não a conduziu para uma inflexão imediata na sua posição, ou mesmo, para o desenvolvimento de

uma reflexão mais sistemática sobre essa proposta de política federal. A Universidade Federal de Pernambuco, em suas ações institucionais, continuou sendo resistente e opositiva às políticas de cotas raciais, haja vista que a implantação desse modelo só ocorreu por determinação da Lei 12711/12, em que a seleção do vestibular com a inserção das cotas raciais, tornaram-se obrigatórias.

Obviamente como era de se esperar, houve posicionamentos contrários e favoráveis as cotas durante esse período, havendo, inclusive, movimentos de resistência e de defesa as ações afirmativas tanto na própria comunidade acadêmica quanto em outros setores da sociedade pernambucana. No próprio site da UFPE estão reproduzidas diversas matérias e artigos publicados na mídia local – a título de *Clipping* – sobre a questão das cotas sociais e raciais, apresentando posições favoráveis e contrárias, todavia, não há o registro de qualquer debate acadêmico ou político-acadêmico de grande porte convocado e/ou conduzido pela gestão da UFPE para tratar da questão das cotas na universidade. Em uma das matérias reproduzidas no site<sup>2</sup> da UFPE, publicada no Diário de Pernambuco em 20 de novembro de 2012, são apresentadas as seguintes informações e posições:

Cotas. A polêmica palavra voltou à roda de debates ontem, quando a Comissão de Vestibular (Covest) divulgou o quadro de vagas e datas de inscrição do Vestibular 2013 da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). O processo seletivo está totalmente adequado à lei federal 12.711/2012, conhecida como Lei de Cotas. Das 6.556 vagas oferecidas pela UFPE neste ano, 1.083 são para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. Outras 55 vagas, em dois cursos, serão oferecidas pelo Sistema de Seleção Unificada (Sisu). Alunos de escolas particulares ensaiaram fazer um protesto contra o número de vagas reservadas, mas desistiram minutos antes. (...) **A porcentagem de vagas reservadas para os cotistas, 16,65%, está acima do mínimo exigido pela lei federal no primeiro ano de aplicação, que é de 12,5%. “Precisamos arredondar para que os números ficassem exatos. Por isso, em alguns cursos, o número reservado para as cotas chega a 30%”, esclareceu o presidente da Covest, Armando Cavalcanti.** Ele usou o exemplo da segunda entrada no turno da noite do curso de direito para explicar como as vagas são divididas. Neste ano, serão oferecidas 100 vagas à noite na segunda entrada do curso. Dessas, 14 (ou 14%) estão reservadas para estudantes de escola pública. Das 14 vagas de cotistas, 50% deve ser para estudantes que comprovarem renda familiar bruta igual ou inferior a 1,5 salário mínimo per capita. Assim, sete vagas estão disponíveis para esses alunos. Dessas sete vagas, 62,4% foram selecionadas para pretos, pardos e indígenas. Essa porcentagem é correspondente ao somatório do percentual de pessoas de cada raça em Pernambuco, de acordo com o Censo 2010 do IBGE. “Todo o quadro de vagas estará disponível no site da Covest quando o candidato for fazer a inscrição. Ele vai visualizar quantas estão disponíveis para livre concorrência e quantas estão destinadas às cotas”, lembrou Cavalcanti. No processo seletivo, os **candidatos cotistas deverão**

---

<sup>2</sup><https://www.ufpe.br/agencia/clipping/>.

**comprovar que atendem a todos os requisitos para o benefício no ato. Eles precisam entregar a autodeclaração de pertinência** ao grupo de pretos, pardos e indígenas, acompanhada dos documentos de comprovação de renda. **“A UFPE pode realizar entrevistas ou visitas à casa do participante ou consultar informações socioeconômicas em cadastros públicos para a verificar as informações prestadas”, afirmou Armando Cavalcanti.** Os que optaram pelo sistema de cotas, mas não apresentarem documentação comprobatória vão automaticamente concorrer às vagas de livre concorrência. Insatisfeita com a Lei de Cotas, a estudante Mariana Batista, 17 anos, contou que iria participar de um protesto marcado nas redes sociais por alunos de escolas particulares contra a política afirmativa. **“Somos contrários à implementação da lei porque a concorrência é muito alta. Essa medida não melhora a qualidade do ensino nas escolas públicas, que seria a verdadeira solução”, opinou (UFPE, 2012, *grifo nosso*).**

É interessante observar que o artigo citado apresenta os esclarecimentos públicos da própria UFPE sobre a nova política de cotas e que, nesses esclarecimentos, fica claro que a Universidade está somente cumprindo a Lei, não havendo qualquer justificativa ou defesa da universidade em relação ao sistema de cotas, assim como não há em qualquer outro pronunciamento público da instituição. É importante destacar também que a UFPE foi uma das poucas universidades no país que optou por fazer a implantação gradual do percentual de cotas, conforme permitido pela lei, e que esse percentual somente ficou acima do mínimo estabelecido porque, como foi afirmado, era necessário “arredondar” o número de candidatos em cada caso.

Segundo os depoimentos colhidos, um grupo majoritário de docentes no interior do Conselho Universitário se mostravapositor a política de cotas. Outro grupo de docentes da UFPE, aparentemente minoritário, formado sobretudo por integrantes do NEAB (Núcleo de Estudos Afro-brasileiro) e por professores que trabalhavam com a cultura Afro-brasileira e a relação Brasil-África demonstravam ser favoráveis a implantação das cotas, por compreenderem-na enquanto uma medida reparadora das desigualdades sociais, raciais e históricas para com a população negra do nosso país.

Os discursos contrários e favoráveis à adoção de uma política de cotas raciais na UFPE seguiram praticamente as mesmas lógicas discursivas que foram articuladas nesse debate em quase todas as universidades públicas brasileiras. Especialmente os argumentos de natureza meritocrática, afirmando que estudantes cotistas iriam baixar as notas das instituições de ensino superior por não conseguirem acompanhar o desempenho dos outros universitários. Também foram comuns argumentações de que o ingresso mediante o sistema de cotas raciais privilegiaria os beneficiários das cotas na seleção do vestibular em detrimento de outros que optaram por não concorrer através da política de ações afirmativas. Enfim, esses

discursos constituem tão somente alguns que existiram na UFPE dentre tantos outros. E que conforme tem-se evidenciado em pesquisas nessa instituição, ainda existem, porém que agora passaram a ser enunciados de forma indireta ou ambígua no âmbito institucional, mas, que continuam circulando de forma até mais agressiva na comunidade acadêmica.

A argumentação contrária às cotas desenvolvida a partir da perspectiva do universalismo liberal – afirmando que todos são iguais perante a lei e que, por isso, não deveriam haver cotas em favor de qualquer grupo – depende diretamente da sustentação desse mito da democracia racial e, conseqüentemente, da negação do racismo que sustenta o próprio modelo de racismo predominante no Brasil. Outro mito vastamente difundido na sociedade brasileira se volta para a ideologia liberal que afirma que através do esforço todos podem ascender socialmente, independentemente do grupo social ou da população a que pertença, porque as oportunidades seriam oferecidas igualmente.

A chamada meritocracia preconiza que todos podem prestar vestibulares e competir de forma igualitária, não se atentando para as condições estruturais de grupos e pessoas menos favorecidas econômica e socialmente. Os discursos de docentes universitários em relação às cotas raciais normalmente recorrem a esses dois posicionamentos: tanto os favoráveis quanto contrários às cotas. Os discentes, no que é possível observar através de contatos, manifestações e conversas informais, adotam posturas e argumentações semelhantes às que adotam os educadores, caracterizando a existência de formações discursivas que atravessam a comunidade universitária.

Constatou-se, mediante a realização das entrevistas, que ambos os discursos, quer favoráveis ou contrários as cotas, se fazem presentes nessa universidade e configuram um espaço discursivo. Um espaço hegemônico de disputa pela representação de uma determinada realidade social que atravessa, de forma difusa, a atuação docente e a produção científica dos professores, as decisões, práticas e rotinas dos gestores, assim como a vida acadêmica cotidiana dos universitários, conforme observado nas entrevistas com estudantes dos cursos de Pedagogia, Medicina e Engenharia do CAA/UFPE.

Em 2015, um blog<sup>3</sup> diretamente relacionado a um grupo político-acadêmico da UFPE, que publica frequentemente debates sobre a universidade, veiculou um artigo apresentando as seguintes opiniões sobre as políticas de cotas raciais:

Cotas raciais são uma maneira de reparação histórica, são uma maneira justa de reduzir a desigualdade racial ou de combater o racismo? A resposta é

---

<sup>3</sup> <http://acertodecontas.blog.br/>.

simples: não! não! e... não! Cotas raciais não são maneiras de reparação história porque, basicamente, o tormento da escravidão é irreparável. Como se há de compensar o sofrimento do chicote, do estupro, dos grilhões e do assassinio? Não há como. A não ser, talvez, chicotear, agrilhoar, estuprar e matar os “brancos”, que outrora eram os algozes dos negros. Essa solução é absurda. Primeiro porque não é possível querer reparar institucionalmente a violência brutal com outra violência brutal. Segundo, e mais importante, porque **os “brancos” de hoje não tem absolutamente nada a ver com a escravidão de mais de 125 anos atrás**. Justiça faz-se reparando perdas pessoais e punindo indivíduos. Não se faz justiça punindo e reparando grupos. Ainda mais grupos históricos afastados por mais de século. (...) Cotas raciais não são uma maneira de combater o racismo. Simplesmente porque **é impossível explicar a um favelado branco porque o seu vizinho negro tem um incentivo estatal e ele não. E porque também é impossível explicar a um branco de classe-média porque o vizinho dele, um negro de classe-média tem incentivos estatais e ele não**. Como é impossível explicar isso racionalmente, porque, afinal de contas, leitoras magnéticas diferenciam negro e branco apenas nos cartões de gabarito, a esquerda tem que apelar para esse expediente nefasto. (...) **Catalogar as pessoas como negras e brancas, com direito a carimbo oficial, não mitiga o racismo. Apenas o estimula. Qualquer imbecil sabe disso. (...) a maioria dos esquerdistas segregacionistas e racialistas vivem da divisão e do ressentimento**. Quanto mais negros se sentindo marginalizados e discriminados, mais poder e dinheiro eles têm. Quanto mais brancos se sensibilizando com a discriminação contra os negros, mais dinheiro e poder eles têm (JÁCOME, 2015, *grifo nosso*).

A partir de 2013, a UFPE passou finalmente a efetivar uma política de cotas para o acesso a estudantes que se identifiquem enquanto negros, pardos e índios. Deve ser enfatizado o fato desse processo somente haver ocorrido após a imposição legal, através da Lei 12111/12, a qual determinou no primeiro ano a reserva de vagas de 12,5% para pessoas pretas, pardas indígenas mediante a seleção do vestibular. Em 2015 a UFPE utilizava de 37,5% da reserva de vagas, para estudantes cotistas. Desde sua efetivação até o presente momento, entretanto, não foram desenvolvidas quaisquer ações ou políticas sistemáticas de acompanhamento e apoio aos universitários cotistas por parte da universidade. Haja vista que, se quer possuem informações acerca dos estudantes, os quais seriam cotistas e também não se tem ciência se esses seguem estudando nessa instituição ou se já evadiram dela.

Concernente a atuação da Gestão desse âmbito acadêmico, no que tange as discussões para a implementação da política de cotas, a professora e militante de movimentos sociais negros na UFPE colocou como aconteceu o processo para implantação das ações afirmativas, assim destacando:

Olhe, eu não tenho nenhuma memória que a Gestão promoveu debateu tenho memória que os grupos interessados, que a universidade implementasse essas políticas promoveu debate, especificamente eu tenho memória do NEAB (...) foram seminários, palestras, discussões envolvendo a

comunidade acadêmica e os movimentos sociais. (...) Sinto que assim, não tinha uma promoção, a Gestão, ela não tinha intenção de favorecesse este ou trazê-lo à tona, porque ela não tinha intencionalidade de aprovação da política de cotas, isso é algo é...meu sentimento, minha impressão (Guerreira).

Quando se volta para mais uma das pautas de reivindicações dos movimentos sociais, outra questão emerge, que é dificuldade em se criar identidades fortalecidas e sedimentadas dos discentes cotistas, porque normalmente o fato de um estudante ser beneficiário das cotas é omitido, quase que negado por parte do educando, em virtude de não haver diálogos debates que favoreçam o processo a constituição desse processo de afirmação da identidade dos cotistas, no sentido de afirma-lo e de militar em favor das cotas, por exemplo. As lutas dos movimentos sociais negros na universidade se direcionam também para que exista uma atenção permanente e um programa de apoio, no sentido de ter conhecimento e um acompanhamento de quem são e como estão os estudantes cotistas nos cursos da UFPE.

## **2.1 Movimentos sociais e acadêmicos de defesa das cotas na UFPE**

No que refere aos movimentos sociais e acadêmicos atuantes na UFPE e que militam favoravelmente as cotas, há a presença do NEAB (Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro), o qual há mais de uma década milita em favor da população negra na Universidade Federal de Pernambuco, tendo sua nomenclatura alterado durante o seu tempo de luta, passando de NEBA (Núcleo de Estudos Brasil-África) para o que possui atualmente. O movimento participou das reuniões, dos processos em favor da implantação das cotas, contou com seus membros bastante engajados nessa luta reformou até mesmo uma estratégia administrativa, visando obter o melhor resultado. Quer dizer, visavam que as ações afirmativas pudessem ser efetivamente implantadas na UFPE.

Houve alguns docentes que apoiaram as cotas raciais mesmo não participando do NEAB ou de movimentos sociais. Em virtude de trabalharem com a temática das diferenças e das relações étnico-raciais, na maior parte dos casos, também assumiram postura de concordância com as ações afirmativas, explicitando publicamente seus posicionamentos favoráveis. Os professores militantes e apoiadores da política de cotas buscavam combater os discursos em defesa da suposta meritocracia, como os utilizados pelo Conselho Universitário e a PROACAD, os quais não se mostravam favoráveis a aprovação das cotas. Essas instâncias chegaram até mesmo a dificultar esse processo, provocando uma procrastinação das discussões sobre esse assunto, postergando-o, segundo se alegava, para o momento em que a

universidade se encontrasse “mais preparada” para essa discussão. O que, mais uma vez, denota o desinteresse institucional para que fosse aprovada as ações afirmativas e sua consequente efetivação.

A militância por parte do NEAB, de professores e educandos foi deveras intensa, havendo seminários, debates, apresentações em forma de manifestações. Isso revela que houve um engajamento através da inserção na luta, de inúmeras pessoas e movimentos, cuja atuação se voltaram para a defesa e a implantação das ações afirmativas na Universidade Federal de Pernambuco. Quando indagada se houve atuação e o modo como se desenvolveu essas atuações dos movimentos negros, a professora entrevistada respondeu:

Sim, porque o movimento social negro de Pernambuco sempre foi muito atuante aqui, né? O primeiro congresso de pesquisadores negros foi realizado aqui e na UFPE, também, a fundação do NEAB, que é o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro, onde teve vários debates e discussões, mas as contas na UFPE, só conseguiu de fato ser implementada, por conta da lei (Guerreira).

A fim de reforçar o posicionamento e a luta empreendida pelos movimentos sociais negros na UFPE, um dos professores, e também militante, que participou da entrevista, enfatiza contundentemente a forma pela qual as discussões sucederam, enfocando em suas próprias palavras, dessa maneira:

Se questionava a ideologia da meritocracia, se fala do racismo no Brasil e suas consequências do racismo que tem implicações históricas, políticas, sociais, econômicas e educacionais, a importância também pra a própria afirmação da identidade de um grupo ver, né? seus representantes assumindo também profissões de estatuto, né? Porque é muito comum, ver a população negra assumindo posições de destaque (Resistência).

Dentre inúmeras reivindicações inseridas na pauta dos movimentos negros na UFPE, uma delas merece destaque especial, as quais se direcionavam para a existência de dados, acompanhamentos através de tabelas, porcentagens, os quais servissem de indicativos que visassem dar visibilidade, a fim de implementar as ações afirmativas nessa universidade. Para reiterar o que foi exposto aqui, uma docente ouvida na pesquisa, destaca sua compreensão, enfocando:

Se você for procurar, que eu até sugiro que você tanto busque nas Pró-Reitorias, documentos, textos, não é? Porque os discursos orais é..., se não tiver uma gravação, eles vão... né? Mas, assim, cadê alguma proposta de documento, algum indicativo, das Pró-Reitorias de que esses eram elementos, que esses eram pontos que eles queriam trazer à tona, dar visibilidade, inclusive nos documentos da UFPE (Guerreira).

Conforme observado, existiram bastantes debates e tensionamentos dentro da universidade quando as ações afirmativas começaram a ser discutidas. Constituindo em processos por demais morosos, árduos e que o Conselho Universitário englobava o caráter meritocrático, postulando os aspectos como a mensuração da capacidade intelectual e também afirmavam que poderiam adiar esse assunto postergando-o para depois. Os entrevistados indicam que a UFPE tratava esse assunto com desimportância, como se esse não fosse relevante para a comunidade, para a academia e mesmo para a sociedade. A Universidade Federal de Pernambuco, conforme se observa, não dava visibilidade as ações afirmativas, tampouco considerava essa uma temática a qual devesse ser problematizada tanto que, normalmente, nas reuniões, perguntava se deveriam mesmo tratar desse tema, ou se poderiam abordar outro, que segundo os opositores das cotas, se apresentavam como sendo mais importantes e significativos para a comunidade acadêmica e também para o espaço social.

A própria Gestão da universidade afirmava que se encontrava obrigada a encaminhar porque era norma, lei, contudo, preconizava que era absurdo ter de discutir essa temática. Apontando nitidamente que, se não fosse a obrigatoriedade da lei, a UFPE sequer discutiria esse tema, pois julgava irrelevante e desnecessário para ser tratado, em detrimento de outros que, segundo eles, se apresentavam como mais necessários e pertinentes. Demonstrando, portanto, desconhecimento ideológico e racismo institucional dentro do âmbito da Universidade Federal de Pernambuco. Reiterando o que foi afirmado acima, o professor entrevistado, assim explicita sua visão do que ocorreu:

O setor que mais deveria promover, era o mais conservador. Percebi que a PROACAD é um “terreno movediço”, pois meus próprios colegas, algumas pessoas que não imaginava, se colocam contrários a essa discussão. A gestão dizia temos que encaminhar porque é a norma. É um absurdo temos que discutir esse tema (Resistência).

Foi comentado que durante um evento, o Pró-Reitor discursou favoravelmente a política das ações afirmativas, no entanto, aquele foi repreendido por meio de uma mensagem de celular, enviada à época, pelo Reitor da instituição e cujo conteúdo consistia na repreensão por parte de uma pessoa influente e responsável também por esse setor, mas, ela trabalhava contrariamente as cotas, dificultando que essas fossem aprovadas dentro da instituição.

## **2.2 As (re)configurações das políticas e o atual modelo de cotas na UFPE**

As políticas afirmativas na UFPE já vêm sendo adotadas desde 2006, entretanto, naquela época enfocava-se unicamente no aspecto social, quer dizer, não havia cotas raciais

para populações negras, pardas e indígenas. Naquele período ainda se trabalhava com a compreensão de oferecer oportunidades mais igualitárias para estudantes oriundos de escola pública e para as outras regiões do estado. Posto que a universidade recebia muitos graduandos do interior do estado de Pernambuco em virtude de que, até aquele ano, cidades como Vitória de Santo Antão e Caruaru ainda não contavam com universidades públicas federais.

Nessa época, os vestibulandos saíam de diversos municípios de Pernambuco e deslocavam-se para cidades como Recife e Garanhuns, afim de realizar o vestibular e de ingressarem nas universidades dessas cidades, o que lhes causavam gastos bastantes elevados com transporte, alimentação, materiais, etc. O que justificava, segundo se afirmava, a existência das cotas sociais para tentar auxiliar os educandos, os quais de fato careciam desse apoio institucional. A nomenclatura dada a essa política era a de “política de bônus”.

As primeiras discussões favoráveis as cotas emergem na UFPE a partir do ano 2004, contado com a presença e a militância de alguns professores, dentre eles, alguns professores que sempre lutaram favoravelmente a implantação das cotas nessa universidade. A UFPE sequer discutia essa questão oficialmente, dando total invisibilidade quanto a uma temática de imensurável relevância para a sociedade e para os graduandos desse espaço acadêmico.

Mediante a aprovação da Lei 12.711/12, a UFPE teve de adequar-se a uma nova realidade, visto que, por causa da Lei de Cotas, a universidade passou a funcionar com outra configuração, implementando a partir de então, a reserva de vagas para vestibulandos que se identificassem enquanto negros, pardos e indígenas. Todo esse processamento, começou a suceder, a partir do ano de 2012, quando o Governo Federal instituiu a Lei, contudo, o que ocorreu a partir de então foi somente os processos de adequação, visto que a efetivação da Lei, sucedeu apenas no vestibular do ano posterior, ou seja, em 2013. A UFPE foi se enquadrando progressivamente ao percentual máximo fixado em Lei, que definia a reserva de 50% das vagas, cuja efetivação deveria ser realizada em até quatro anos, da data da promulgação da Lei de Cotas.

O modelo atual de funcionamento da política de cotas na Universidade Federal de Pernambuco segue formalmente perspectiva consagrada pela legislação federal. Prepondera o fator do educando ser oriundo de escola da rede pública de ensino, em detrimento do aspecto identitário, quer dizer, de ser pertencente a população negra, parda e indígena. Podendo o discente optar pela opção de ser cotista através da característica de ser egresso de escola pública ou secundariamente, pode optar pelas escolhas ao grupo de identificação no qual se

insere. Apesar da reserva de vagas ser direcionada para pessoas negras, pardas e indígenas, essas populações devem comprovar que possuem renda econômica compatível igual ou inferior a um salário mínimo e meio, mediante estipulado pela Lei 12.711/12.

No tocante a quantificação do percentual destinado aos cotistas, a UFPE optou por ir se adequando gradualmente até alcançar a porcentagem estipulada em Lei, que é de 50%, quantitativo esse alcançado nesse corrente ano de 2016. Mesmo não contando com o apoio institucional, no sentido de acompanhamento psicológico e sobretudo financeiro para os universitários provenientes da reserva de vagas, todavia, alguns professores realizam aulas fora de períodos letivos, com o viés de reforço para discentes com dificuldades em seus cursos beneficiando, dentre esses, alguns cotistas, que se sentem de certa forma apoiados, ainda que minimamente, pela universidade. O fato, todavia, é que a UFPE ainda não dispõe de uma política de ações afirmativas de forma estruturada, algo que deveria haver, dada sua vital importância para a universidade.

### **2.3 Problemas e limites do atual modelo de política de cotas praticado na UFPE**

No que se refere ao modelo atual de funcionamento da política de cotas na UFPE, algumas críticas podem ser destacadas, dentre elas, as mais comumente indicadas pelas pessoas entrevistadas direcionam-se para o (não) acompanhamento dos estudantes na universidade. Os graduandos normalmente reclamam da ausência de acompanhamento psicológico e financeiro. Por não haver um acompanhamento aos estudantes, muitos acabam por desistir do curso em virtude, muitas vezes, dos gastos com alimentação, transporte e materiais. Outra questão é que a UFPE não sabe se os educandos cotistas continuam estudando ou já se evadiram de seus cursos. O que aponta para uma desorganização sistemática da universidade quanto a política de cotas, como se houvesse descomprometimento no que tange essa política.

Uma política afirmativa mais sistemática, ampla e atuante seria imprescindível para a construção da universidade enquanto um espaço privilegiado de debates e discussões voltadas a problematizar seriamente a questão das diferenças e desigualdades na realidade brasileira. Como enfatiza a Profa. Guerreira:

Para você ter uma ideia, a gente tá, é... fazendo uma pesquisa sobre as ações afirmativas na UFPE, a UFPE não tem um programa de ações afirmativas, não existe políticas de ações afirmativas, na UFPE, ainda, materializado (Guerreira).

Nos moldes em que a política de cotas é materializada, sem a existência desse programa mais amplo, muitos universitários se evadem dessa entidade sem que essa sequer saiba que eles se evadiram, ou quais foram os cursos em que isso ocorreu com maior frequência, ou quais as razões que desencadearam essas evasões. Essa perspectiva é claramente corroborada pelas entrevistas com a maioria dos/das estudantes cotistas como, por exemplo, na fala da Estudante 05, do 5º período de Medicina:

Vou lhe dizer, eu tô no terceiro ano de faculdade, e nunca na universidade tivemos uma discussão voltada pra esse tema, entende? Eu acho que elas não ocorrem, justamente porque o brasileiro, é como se o brasileiro, é..., fosse, tivesse um preconceito, mas um preconceito velado, eles não assumem que são preconceituosos, e simplesmente é..., o negro é como se o não existisse, mas a gente sabe que existe, entende? É como se houvesse uma autonegação, entende? (ESTUDANTE 06, cotista Medicina).

De acordo com o observado no parágrafo anterior, a discente elenca alguns elementos por que as discussões e debates não ocorrem, mesmo em um espaço que tem por obrigação debater a realidade do país e que deveria fazê-lo. A estudante atribui essa deficiência à forma pela qual se configura o racismo no Brasil, veladamente, o que segundo (Sales Jr,2006), constitui o não dito, impedindo a problematização da discriminação racial, no sentido de desconstruí-la. Por esse viés, gera uma não constituição ou afirmação política da identidade negra, quer seja na universidade, quer seja no país, refletindo destarte na ausência de problematização no que tange a política de cotas raciais.

Por ser esta uma temática bastante problemática, por vezes polêmica, e certamente por não esperar a indagação que lhe fora formulada, nota-se que a estudante se utiliza de uma pausa de curta duração para adequar seu pensamento e sua resposta ao que lhe fora questionado, demonstrando, portanto, que a universitária não possuía um discurso pronto, acabado, bem sedimentado nesse assunto, por isso, a necessidade de sua construção no decorrer de sua fala. Seguindo no que concerne as reclamações voltadas ao modelo institucional da política de ações afirmativas existente na Universidade Federal de Pernambuco, a mesma estudante também defendeu necessidade da UFPE realizar o acompanhamento e o apoio ao cotistas, focando que:

Seria importante que existisse esse acompanhamento, até seria uma forma de negar, de desfazer esses mitos que existem, e que as pessoas falam tanto, que já citei acima, acho que seria muito importante, até pra fazer reportagens, documentários e tal, pra poder tá divulgando pra a sociedade e pra desfazer essa visão (ESTUDANTE 06, cotista Medicina).

A estudante foi ainda mais incisiva e enfática ao reverberar a necessidade de que houvessem programas e debates visando atender os diversos grupos inseridos na universidade, para respeitar e criar-se processos de valorização para com as diferenças constantes na sociedade e que adentram na UFPE. A discente defende que:

Acredito que seriam importantes programas que defendessem a cultura, assim como defendesse o movimento LGBT, como um todo. Deveria ter um local pra os estudantes conversarem, pra fazer denúncias, e que a partir disso, as discussões pudessem ser inseridas na grade curricular” (ESTUDANTE 03, cotista Pedagogia).

Outro problema é que, por não existirem debates e discussões no que se refere a esse tema, os estudantes cotistas acabam por não se constituírem enquanto sujeito político são levados a negar, ou não afirmar sua identidade enquanto cotistas, com receio de serem discriminados e inferiorizados dentro da própria instituição. Instituição que deveria fomentar o espaço reflexivo e construtivo do conhecimento, enfocando e respeitando as diferenças. A ambiguidade dessa situação é claramente explicitada na fala do Prof. Resistência:

Um dos problemas com a política, é que a Universidade não a explicita, as pessoas não sabem quem é ou não cotista, o que é bom, porque os estudantes não passam por discriminação, mas também é ruim pelo fato, de que esses discentes não afirmam sua identidade e podem no futuro, vir a negar isso, mesmo sendo contrário, como se jamais houvesse se beneficiado com a política de cotas (Resistência).

Parece existir desinteresse, até mesmo descomprometimento da UFPE em dialogar com essa problemática gerando, portanto, um silenciamento da instituição em assuntos que são de suma importância para o cotidiano do próprio espaço acadêmico. Como indica uma estudante, em seu depoimento, o debate chega a ser feito em algumas disciplinas a partir de seu interesse enquanto temática acadêmica, mas esses debates parecem não ter qualquer implicação para as práticas desenvolvidas pela própria instituição de ensino:

Alguns professores que a gente ver debater, são os professores que vão ensinar Educação Popular, os Movimentos Sociais, a gente debate essas questões por se tratar já de uma questão que lida com os negros, com a educação do campo, então a gente acaba debatendo um pouquinho, mas em relação aos outros professores, não (ESTUDANTE 01, cotista Pedagogia).

Outra crítica importante a ser destacada, nesse sentido, diz respeito à desarticulação entre os órgãos responsáveis, ou que deveriam regular e efetivar o funcionamento de programas voltados às ações afirmativas. A professora entrevistada neste trabalho também tem realizado pesquisas sobre a temática e queixa-se enfaticamente sobre essa questão,

recriminando inclusive a falta de documentação e de informações sobre essa política na universidade:

Atualmente a UFPE, ela não tem nenhum programa, nenhuma proposta, nenhum documento que se refira, a é... tipo, a Pró-Reitoria de assuntos acadêmicos, a Pró-reitoria de Pesquisa, ou, é... o que a gente localiza é na Pró-Reitoria de Extensão, mas eu digo, as políticas de ações afirmativas são um programa, o tá relacionada unicamente a Pró-Reitoria da Extensão e Cultura, né?, ela tem que estar vinculada a pesquisa, ensino e extensão, o tripé, acho que isso é até sintomático né?, que merece até um ponto de observação (Guerreira).

De forma geral, fica totalmente claro que a UFPE não realiza levantamentos e avaliações sobre o andamento das políticas de cotas e/ou ações afirmativas. Um dos argumentos frequentemente utilizados para tentar justificar inexistência de acompanhamento institucional para os cotistas para a política de cotas, de modo mais amplo, se apoia na questão de que a UFPE não dispõe de recursos financeiros suficientes para efetua-lo, ou mesmo não conta com um quantitativo de pessoal suficiente para que realize o apoio necessário, quer seja de cunho psicológico e (ou) financeiro. O professor entrevistado em nossa pesquisa, no entanto, contra-argumenta:

(...) a Universidade tem o Plano Nacional de Apoio para os cotistas, que giram em torno de 25 milhões de reais. (...) O que eu acho também que a Universidade, mesmo não tendo muitas pessoas para isso, já poderia fazer se desejasse, mas, há uma falta de interesse de fazê-lo, por ser trabalhoso e também porque não querem ser comprometer, já que julga isso como não sendo importante (Resistência).

Para os sujeitos ouvidos na pesquisa, a universidade deveria saber quem são os graduandos cotistas, visando facilitar esse acompanhamento, buscando conhecer obviamente a realidade e as dificuldades que vivenciam os beneficiários das cotas na UFPE, inclusive se continuam ou se abandonaram seus cursos. Por isso, a atuação dos movimentos sociais negros na UFPE se orienta para que haja a materialização de uma efetiva política de ações afirmativas, em seu sentido amplo, nessa instituição acadêmica.

Toda a discussão do NEAB é a construção do programa, e um programa que de fato possa ser efetivado, não só construído, que construir já é um passo, pelo menos é trazer a público, assumir de uma forma institucional que esse é um tema importante, que a universidade se responsabiliza, quer, né? Vai dar visibilidade e trazer institucionalmente esse debate, depois efetivar essa demanda (Guerreira).

Existe, obviamente, uma quantidade grande de pontos falhos na política de cotas empregada na UFPE. É a partir da crítica a esses equívocos e deficiências que tem se articulado uma militância político-acadêmica para que seja efetuada uma reestruturação no sentido de uma ampliação da compreensão e do alcance da política de cotas, dando atenção a aspectos que até então não foram suficientemente levados em consideração na efetivação dessa política e que se configuram como sendo de imensa relevância para a comunidade universitária, tais quais: a elaboração de um programa sistemático de atenção aos estudantes cotistas, o estabelecimento de metas a serem atingidas, a produção, registro e disponibilização transparente de informações sobre o andamento e os resultados da política de cotas, a efetivação de um processo de avaliação e aperfeiçoamento contínuo da política e, não menos importante, a promoção de uma reflexão acadêmica e institucional sistemática e aprofundada sobre as políticas de cotas, incluindo a realização de debates e o desenvolvimento de estratégias de combate ao racismo e aos discursos de intolerância e ódio na UFPE.

É uma política que a gente vai ter que implementar, discutir, é um novo debate, uma nova luta, se implementou as cotas, as cotas é uma parcela das políticas de ações afirmativas, cotas por si só não garantem políticas de ações afirmativas, né? , na verdade, a gente precisa desenvolver um programa, pensar metas, ações, e aqui, especificamente para a população negra, que ela se insira e que ela tenha sucesso, que ela se insira na universidade, mas que ela tenha sucesso, né?, gozando dos direitos plenos de um estudante, sem sofrer..., que os estudantes não sofram assédio, que eles possam ter toda uma ajuda da instituição para se manter, e isso ajuda em vários âmbitos, inclusive através de auxílio mesmo, financeiro, etcetera e tal(Guerreira).

Como explicitou escancaradamente essa docente, a luta do NEAB e dos movimentos negros, bem como de estudantes e professores defensores das cotas, se volta para a existência de uma política de acompanhamento adequada para atender de fato a necessidades dos discentes, bem como de que se realize levantamentos, dados, visando proporcionar a avaliação das cotas, de modo a melhorá-la cada vez mais e com maior rapidez dentro dos campi da UFPE.

### **CAPÍTULO 3**

## **DISCURSOS SOBRE COTAS RACIAIS, RACISMO E PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADES ENTRE ESTUDANTES DO CAA/UFPE**

Na perspectiva pós-estruturalista, a realidade social é considerada como sendo constituída discursivamente. As diversas formas de discriminação, nesse sentido, são também construídas através de discursos e práticas discursivas. Os sujeitos que realizam as práticas de discriminação e racismo são eles mesmos constituídos, desse modo, nas formações discursivas racistas, as quais configuram a sociedade. Para exemplificar isso, é possível evocar a existência de uma infinidade de frases de efeito, “brincadeiras”, estereótipos, estratégias de desvalorização e inferiorização de pessoas negras que são atualizadas nas práticas discursivas comumente presentes na sociedade brasileira e que funcionam para constituir lugares sociais, assim como para estabelecer, legitimar e naturalizar práticas e relações estruturais de discriminação e subalternidade.

Fanon (2008), ao abordar os efeitos do racismo, enfoca que esse leva as pessoas a não pensarem e se relacionarem a partir da simples lógica dual, que consiste na relação entre o Eu e o Outro. Em decorrência de todo processo colonial de dominação, que foi também incorporado pela população negra, o racismo produziu uma relação que o autor denominou de “complexo de dependência”, fazendo o grupo dominado questionar a sua própria humanidade.

Ao debruçar-se acerca da noção ou conceito de identidade, Munanga (1999) afirma que o modelo de racismo que ocorre no Brasil gera uma significativa dificuldade para a organização política dos negros e negras. O ideal de branqueamento e a construção da noção fictícia de democracia racial bloqueiam fortemente o reconhecimento e afirmação de uma identidade negra, estimulando sua fragmentação e sua conseqüente dissolução. Pondera ainda que a sociedade brasileira está permeada por dois fenômenos sociais que atingem amplamente a população negra, a desigualdade econômica e o racismo disfarçado.

Stuart Hall (2003) traz uma significativa contribuição ao tratar das identidades locais tradicionais em um contexto de globalização, denominando-as de “velhas identidades” que, por tempos, se mantiveram enquanto estruturantes da sociedade e que, devido as mudanças sociais, se encontram em derrocada. Preconiza que não há identidades fixas, predeterminadas, porém, que essas estão em incessante processo de mudanças, transformações e que, por isso, uma identificação pode encontrar-se em processo de colisão com outra.

### 3.1 Racismo e negação do racismo nos discursos sobre cotas

É importante observar que grande parte da argumentação contrária às cotas raciais em universidades públicas está frequentemente permeada por ou articulada a lógicas e discursos racistas. As pessoas, para não se caracterizarem como racistas, costumam adotar uma série de justificativas de conotação aparentemente neutra para o posicionamento anti-cotas, mas, com frequência, lógicas racistas emergem na medida em que essas justificativas são postas em questão. Como observa Sales Jr. (2006):

A cordialidade, por meio do não-dito racista, faz com que a discriminação social não seja atribuída à “raça” e, caso isso ocorra, a discriminação seja vista como episódica e marginal, subjetiva e idiossincrática. Todavia, a cordialidade não se confunde com gentileza, mas se expressa nas próprias formas de agressividade, reduzindo as relações de poder a relações pessoais e informais, relações privadas. A relação entre cordialidade e agressividade é importante na constituição dos laços pessoais, como processo de individuação e diferenciação que conduz ao laço pessoal nas relações familiares e ao de amizade nas relações de trabalho, dentre outras. O não-dito, por exemplo, se efetiva não apenas nas piadas ou nos eufemismos, mas também na injúria racial. Em termos lingüísticos, a cordialidade, como veremos mais adiante, se expressa em modalizações afetivas, por meio de valores e práticas personalistas, privadas e informais que ocupam os espaços e aparelhos institucionais formais e públicos (SALES JR, 2006).

Em decorrência da efetivação das ações afirmativas, vem ocorrendo uma maior auto-identificação dos estudantes enquanto pertencentes à população negra. As cotas podem, nesse sentido, passar a contribuir para fortalecer o processo de afirmação identitária desses discentes, levando-os a valorizar a cultura e a tradição afrodescendente. As políticas de ação afirmativa, como o próprio nome sugere, visam também reconhecer e afirmar a identidade de sujeitos discriminados e estigmatizados histórica e socialmente. Ao mesmo tempo, essas políticas tem o potencial de modificar a identidade e a “cor” das próprias instituições sociais, como as universidades, já que mais pessoas negras passam a adentrar em um espaço no qual historicamente lhes foi impedido o acesso.

Diversos autores têm se dedicado, em anos recentes, a desenvolver estratégias de análise e teorizações em relação aos processos de estruturação e funcionamento dos discursos racistas. Destacam-se, nesse contexto, as sínteses realizadas por Lin e Kubota (2011) e Wodak e Reisigl (2001), os trabalhos de Van Dijk (2007) a partir da Análise Crítica do Discurso (ACD), e os trabalhos sobre o racismo brasileiro de Sales Jr. (2006) a partir da referencial da Teoria Política do Discurso de Laclau e Mouffe. Nosso trabalho busca apropriar-se das contribuições metodológicas e teóricas desses autores, lendo-os na perspectiva da Teoria

Política do Discurso, para investigar como se constituem e atuam os discursos sobre as cotas raciais na UFPE e até que ponto é possível observar a articulação de lógicas racistas na produção e funcionamento desses discursos.

Van Dijk (2007) afirma que os tipos de estratégia discursiva mais frequentemente empregados por grupos racistas são: indicar a negatividade presente no outro, indicar a positividade presente no grupo do nós (de dentro, dominante) e a não valorização as características do outro (etnia, país, costumes, cultura etc.). Por esse mesmo viés, os textos e discursos enaltecendo o racismo apregoam que os imigrantes, por exemplo, são preguiçosos, violentos, atrasados e, portanto, retrógrados em relação à civilização mais evoluída, moderna, tolerante, progressista, etc. O pesquisador elenca, ainda, uma lista de características de discursos racistas, tais como: a repetição de pontos negativos pertinentes à historicidade dos outros, o distanciamento para com os outros grupos étnicos, materializados através de pronomes demonstrativos como aquelas pessoas, essa gente, esses grupos, pessoas desse tipo etc. Utilizam-se ainda de comparações, especialmente metáforas, nas quais enfatizam aspectos negativos, como se os imigrantes fossem “hordas” ou “nuvens” de “invasores” cuja chegada se dá mediante “ondas” nos países europeus. Há também a superlativação de qualidades negativas atribuídas ao outro, que se materializam em expressões qual “criminosos”, “monstros”, “selvagens” etc. Por fim, porém não menos importante, também são comuns a utilização de eufemismos que tentam amenizar o viés racista das afirmações (VAN DIJK, 2007).

No Brasil, os discursos racistas manifestam-se das mais variadas formas, sendo muito comum sua formulação através de piadas, brincadeiras, ironias, provérbios, trocadilhos etc. (SALES JR, 2006). A população negra é estigmatizada e segregada através de inúmeras estratégias. No momento, por exemplo, em que uma pessoa é denominada de “negro sujo”, essa afirmação produz um efeito objetivo. Em decorrência de todo um processo negador da identidade negra, os sujeitos, os quais pertencem explicitamente à população a que se atribui essa classificação, acabam por negar e rejeitar a si mesmos sendo, portanto, “obrigados” a “embranquecer-se” (entendido como buscar a aproximação com características físicas atribuídas aos brancos como, por exemplo, alisamento ou pintura dos cabelos). Tendem a tentar aproximar-se do ideal propagado violentamente pelos colonizadores europeus em nosso país. Evidencia-se a (auto) negação dos sujeitos negros desde a infância já que, na mais tenra idade, as crianças aprendem pelos modelos hegemônicos, elitistas, que sua cor e características físicas a tornam inferior e que, portanto, devem ser negadas, escondidas e

desvalorizadas. Defender as políticas de cotas raciais, nesse sentido, pode ser algo incômodo e doloroso para as próprias pessoas consideradas negras, pois elas implicam em reconhecer e destacar como relevantes politicamente traços físicos e processos psicológicos e sociais que muitas vezes, ao longo de suas vidas, elas foram instadas a encobrir e/ou secundarizar para evitar os conflitos e angústias decorrentes da problematização explícita das relações raciais.

### **3.2 As principais características dos discursos contra as cotas raciais na UFPE**

Como já foi observado, nem todas as lógicas e argumentos articulados nos discursos de crítica às políticas de cotas nas universidades públicas têm, necessariamente, uma conotação racista. É possível reconhecer a existência, a virulência e o efeito nefasto do racismo na história e na realidade social do Brasil e, mesmo assim, questionar a adequação e a eficiência das políticas de cotas como estratégias de combate a esse problema. Na prática, entretanto, a pretensa crítica “técnica” e “estratégica” da eficiência das políticas de cotas está muito frequentemente articulada a formações discursivas que tem como núcleo a negação do racismo estrutural no país – a qual é, como afirmado anteriormente, uma das principais características do chamado “mito da democracia racial” – assumindo, no máximo, a existência do racismo como representações ou práticas individuais e pontuais, não como uma forma de relações enraizada na própria constituição de nossa sociedade.

Em nossa pesquisa, apenas um dos estudantes que aceitaram conceder entrevistas manifestou-se explicitamente contra as políticas de cotas raciais, sendo essa pessoa cotista. Outros dois se disseram em dúvida ou divididos em relação à questão das cotas. É interessante observar que se tratam exatamente dos três estudantes da Engenharia, uma das áreas em que os discursos como os do empreendedorismo individual e da meritocracia são mais fortes. Todos os demais entrevistados assumiram uma posição favorável às cotas, todavia, mesmo os estudantes e docentes que se colocam favoráveis às mesmas reconhecem claramente e identificam enfaticamente, em seus discursos, os argumentos que são frequentemente utilizados no cotidiano da UFPE para criticar e questionar a validade dessas políticas.

Os principais argumentos que são comumente evocados nos discursos contrários às políticas de cotas na UFPE, segundo observado em nossa pesquisa, estão relacionados às seguintes concepções: a) Que as cotas são injustas porque privilegiam as pessoas consideradas negras e prejudicam as pessoas brancas; b) Que as cotas para ingresso na universidade não funcionam porque os estudantes cotistas não seriam capazes de acompanhar

os cursos e os outros estudantes; c) Que as políticas de cotas reforçam e oficializam a crença de que as pessoas negras são inferiores e menos capazes que as pessoas brancas e não conseguiriam entrar na universidade por seus próprios méritos; d) Que a política de cotas promoverá uma diminuição do nível de qualidade e da avaliação das universidades, dos cursos e dos profissionais formados no país; e) Que as políticas de cotas promovem a divisão racial e provocarão o aumento do racismo e a emergência de conflitos raciais antes inexistentes no Brasil. A citação a seguir, retirada da entrevista com uma estudante de Engenharia do 4º período do CAA/UFPE, representa um bom exemplo de como os discursos contrários às cotas raciais são geralmente articulados no cotidiano da universidade:

Vejo as políticas de ação afirmativas, primeiramente desrespeitosa, porque sugerem, que as pessoas negras, baixas rendas ou outras minorias são incompetentes, fracas ou vítimas da sociedade. (...) Não concordo com cotas raciais na UFPE, pelos motivos já citados anteriormente. (...) Os argumentos mais contundentes que eu ouvi a favor da política de cotas foi que após a libertação dos negros, esses estavam abandonados e sem patrimônio, mesmo depois de tanto trabalho. (...) Este argumento é inválido, visto que brancos também foram escravizados, além de não nascerem ricos e por muito tempo, os brancos foram escravizados por negros. (...) Além disso, faz mais de um século que a escravidão acabou no Brasil, e os negros tem as mesmas chances de ingressar no curso superior como qualquer pessoa, aliás, com a política de cotas, tem até mais chances que pessoas brancas (ESTUDANTE 05, cotista Engenharia).

No trecho citado é possível observar claramente tanto o argumento de que a política de cotas subentende e reafirma a inferioridade dos pretos, pobres e minorias quanto o argumento de que as cotas são injustas por favorecerem indevidamente os negros. Fundamentados ainda, nesse caso específico, por uma concepção totalmente distorcida e desinformada sobre a realidade histórica da escravidão no Brasil e sobre suas implicações na formação da sociedade brasileira. É interessante perceber, entretanto, como essa crítica aparentemente racional às políticas de cotas está indiretamente relacionada a uma negação e mesmo a uma justificação tácita do racismo que vem a aparecer em outros trechos da mesma entrevista. Deve-se observar também como o uso da ironia – pessoas “verdes” – demonstra a irritação e o incômodo com o tema:

No geral eu não vejo maus tratos a negros a pessoas, brancas ou verdes, mas casos pontuais existem, mas são pontos fora da curva (...) Quantos aos atos de racismo nas escolas brasileiras, eu nunca presenciei atos de discriminação ou racismo, porque na época, não havia esses atos ou não presenciei. (...) Não acho que exista racismo concreto na UFPE (...) Mas não seria absurdo alguns pensar que alguns acham que cotistas negros, baixas rendas, indígenas ou outras ditas minorias, são inferiores, ou menos preparadas tecnicamente, esse pensamento é justo, devido à pobreza da educação brasileira (ESTUDANTE 05, cotista Engenharia).

Como observado, são poucos os estudantes que se dispõem a assumir pública e diretamente a afirmação pessoal desses enunciados. Todavia, através das entrevistas, foi possível perceber que essas lógicas e discursos estão claramente em circulação e têm um grande apelo na comunidade acadêmica da UFPE. Como o “não dito racista”, que se remete aquela constituição de um discurso velado, em que o sujeito não se assume, mas coloca-no enquanto formado por outras pessoas, por pessoas de “fora” daquela formação discursiva, não assumindo a responsabilidade por tê-lo enunciado. Entretanto, esses discursos aparecem normalmente atribuídos a um sujeito oculto, difuso ou não identificado, do tipo: “eles”, “se diz”, “dizem”, “se sabe”, “tem que ver”, “não se pode negar” etc. Os dois entrevistados que se afirmam como parcialmente indefinidos em relação às políticas de cotas – embora ambos sejam cotistas – nos permitem observar como esses diferentes enunciados se confrontam no campo hegemônico dos debates não somente sobre as ações afirmativas mas, de forma mais ampla, sobre a questão racial no Brasil. Nesse sentido, um dos grandes méritos das políticas de cotas parece ser, exatamente, forçar a visibilização e problematização dessa temática.

Sobre as questões dessas políticas de cotas raciais eu acho que denota um certo preconceito e destaca os negros como inferiores. Mas não há de se negar que eles adquiriram um status, ao longo da história de inferioridade pois durante muito tempo foram tidos como escravos e sempre submissos a outras classes da sociedade. Acho as cotas uma medida tardia e de tentativa de reparação pois se todos tivessem o mesmo acesso e nível de educação não seria necessário esse tipo de adoção por parte de instituições, incluindo a UFPE. Enfim, tudo isso é fruto de um sistema de educação fraco e falho (ESTUDANTE 02, cotista Pedagogia).

Sobre as cotas raciais eu fico um pouco em cima do muro, mas sou mais a favor do que contra. Os principais argumentos que vejo são, de um lado: “Cotas raciais são injustas e preconceituosas, porque todos são iguais e é como se estivesse considerando o negro com menos capacidade”. Versus: “A participação dos negros dentro da universidade é de uma porcentagem muito baixa e essa medida poderia fazer uma distribuição mais igual, aumentando o número de negros na universidade”. (ESTUDANTE 07, cotista Engenharia).

Conforme é possível observar, alguns dos principais pontos nodais que articulam os discursos contra as cotas na UFPE são os conceitos de: mérito, competência, capacidade, rendimento, igualdade, justiça, concorrência leal etc. Vocábulos ou conceituações que se fizeram presentes e formaram o conjunto dos discursos anti-cotas, representando, portanto, significantes, os quais são os pontos, ideologias, nos quais possibilitam a aproximação de um grupo, movimento social com o outro, ou seja, porque estão se unindo em virtude das pautas,

que são relevantes para aqueles. Permitindo entender as razões, as lógicas que atuam na formação dessas compreensões, as quais se encontram frequentemente presentes quer seja na academia, quer seja na sociedade. Desse modo, é possível reconhecer que os discursos contrários às cotas na universidade estão diretamente relacionados e atravessados pelo grande campo discursivo dos debates sobre as cotas e sobre a questão racial na educação, na mídia e na sociedade brasileira atual. Como já havia indicado a Profa. Guerreira em relação aos debates anteriores à implantação da Lei de Cotas na UFPE:

Quando tinha os debates, esses grupos, se fazia é ... traziam argumentos porque não eram a favor das políticas de cotas na UFPE, e o que eu acho interessante é que os argumentos que eles traziam, são os mesmos que outros professores e universidades apresentavam, que as políticas de cotas iam tá favorecendo um grupo e não outro, que os alunos não iam conseguir acompanhar, esses mitos que existe das cotas (Guerreira).

Nesse mesmo sentido, é curioso perceber também o claro interdiscurso, que se refere aos discursos “exteriores”, de fora, produzidos por outros grupos ou pessoas, que um sujeito utiliza ou pode empregar em sua fala, mesmo que não concorde com ele. Nota-se claramente, o exemplo do interdiscurso na enunciação referido através do depoimento do Estudante 06, cotista de Engenharia, citado anteriormente, e o texto do blog<sup>4</sup> de docentes e estudantes da UFPE mencionado no capítulo anterior que afirma, peremptoriamente: “porque os “brancos” de hoje não tem absolutamente nada a ver com a escravidão de mais de 125 anos atrás” (JÁCOME, 2015). Também pode ser claramente percebido o interdiscurso com o debate político intensamente polarizado que vem ocorrendo no país nos últimos anos, conforme observa-se na citação a seguir:

A positividade da política de cotas raciais na UFPE é relativa, para os partidos de esquerda e para os cidadãos de esquerda é positivo esse tipo de política. Para os cidadãos e políticos de direita, prevalecem a competência e meritocracia (ESTUDANTE 05, cotista Engenharia).

O campo discursivo dos debates sobre as cotas na UFPE, como se observa, não é somente o campo dos corredores, salas de aula, auditórios e espaços físicos da universidade. Esse campo discursivo se amplia atualmente, conforme demonstrado, para os debates na mídia, na internet, nas redes sociais e em outros espaços sociais e políticos. Nesse sentido, a resistência da gestão da UFPE em assumir uma posição clara em relação às políticas de cotas e em promover o debate institucional sobre o tema assume os contornos de um silêncio que torna a universidade cúmplice da disseminação da desinformação e dos discursos de

---

<sup>4</sup><http://acertodecontas.blog.br>.

preconceito e inferiorização racial que circulam de forma cada vez mais intensa na universidade. Se a universidade não constrói um debate explícito, sistemático e bem fundamentado sobre o tema, os discursos e práticas sociais não somente da comunidade acadêmica, mas, também da própria instituição – inclusive em relação ao funcionamento prático da política de cotas – tendem a ser cada vez mais sobre determinados pelas concepções racistas que ameaçam fortalecer ainda mais sua hegemonia na sociedade brasileira.

A insatisfação em lidar diretamente com o tema, por parte da gestão, pode ser percebida no fato de que as gestoras entrevistadas informalmente ressaltam que a política de cotas é realmente relevante e pertinente, entretanto, que essa deveria ser limitada e não permanente, de modo que os estudantes beneficiários dela não se acomodassem e estudassem menos que os outros, em virtude da existência das cotas.

### **3.3 As principais características dos discursos favoráveis às cotas raciais na UFPE**

Se os principais argumentos utilizados nos discursos contrários às cotas raciais na UFPE estão relacionados ao mito da democracia racial e à afirmação e defesa de um suposto modelo meritocrático de educação no país, as principais lógicas sociais articuladas pelos/nos discursos de defesa das políticas de cotas na universidade estão associados às seguintes concepções: a) Que as políticas de cotas raciais representam uma forma de reparação das injustiças históricas cometidas contra as populações negras e indígenas, as quais fizeram com que até hoje elas permanecessem praticamente excluídas da educação superior; b) Que as políticas de cotas raciais são estratégias importantes para combater o forte racismo que existe na sociedade brasileira e que dificulta de forma injusta e desigual o acesso das populações e pessoas negras às universidades; c) Que as políticas de cotas raciais contribuem para diversificar, pluralizar e enriquecer a vida cultural e o ambiente acadêmico das universidades brasileiras, tornando-as mais próximas do perfil diversificado da própria população brasileira.

Os principais pontos nodais que articulam os discursos favoráveis às cotas são as noções de: reparação, compensação, justiça, oportunidade, igualdade, diversidade, inclusão, mudança, avanço, dentre outros. É interessante observar como alguns dos pontos nodais dos discursos favoráveis às cotas – como “igualdade” e “justiça” – são também pontos nodais dos discursos contrários às cotas. Isto demonstra como as premissas que estruturam os dois discursos são fundamentalmente distintas e como o sentido desses significantes vem se tornando cada vez mais disputado nos embates hegemônicos que buscam estabelecer uma compreensão socialmente dominante das políticas de cotas.

As principais lógicas discursivas estruturantes e reguladoras dos discursos apoiantes das cotas, são geralmente voltados para a reparação social, econômica e histórica para grupos que há séculos foram subalternizados e preteridos de determinados lugares, dentre eles, a universidade. Portanto, defendem que através das ações afirmativas pessoas negras, pardas e indígenas possuem mais oportunidades de entrarem em instituições públicas de ensino superior, o que antes não ocorria. Postulam ainda, que a UFPE está se tornando mais colorida, no sentido de romper com o grupo socialmente dominante dentro de uma instituição acadêmica pública, que historicamente até a atualidade segue sendo a população branca. Defendem que, historicamente, as populações negras, pardas e indígenas foram excluídas do ensino superior. E que ainda hoje são prejudicadas no processo educacional, apresentando índices negativos, decorrentes dos problemas sociais, econômicos, históricos e culturais aos quais essas populações vivenciam. E que o espaço escolar não é igualitário para todos, uma vez que, mesmo estudando em uma mesma escola, sujeitos negros e pardos e indígenas tem sua educação diferenciada e inferiorizada se comparada aos brancos. Pois, dentre outros fatores, o racismo e o preconceito atrapalham a aprendizagem desses educandos, fazendo até mesmo que eles se evadam dos âmbitos escolares, uma problemática por demais séria e preocupante para nosso país. Em relação aos debates sobre a implantação da política de cotas, a professora Guerreira indicou que estes mesmos argumentos já vêm sendo apresentados desde então:

Aí todo o argumento era pautado na discriminação, e se era discriminação, era uma discriminação positiva, mas é uma discriminação pra dizer que historicamente essas populações negras, pardas e indígenas foram excluídas do ensino superior, aí se mostravam os índices, o percentual dos poucos estudantes negras e negros e indígenas presentes na universidade, se questionam as questões da meritocracia (Guerreira).

Versando acerca da importância das políticas de ações afirmativas, a docente trouxe um discurso muito frequentemente empregado pelos integrantes e militantes de movimentos negros, demonstrando mais uma vez a importância da dimensão do interdiscurso, ou seja, das comunidades discursivas utilizadas por determinados grupos, sujeitos, movimentos, espaços sociais e que foram muito relevantes nesse debate, de modo explicitado nessa enunciação que diz:

Eu acho bom é... oportunizar o acesso ao ensino superior, a essa parcela da população excluída historicamente, né? Ao ensino superior, de uma forma geral. Que ela possa ter ao acesso ao ensino superior, a poder cursar diferentes cursos, para além das licenciaturas, e pra própria autoestima, para o reconhecimento, para afirmação né? Dessa população (Guerreira).

Além do interdiscurso em relação a outros enunciadores e espaços discursivos, ou seja, aos discursos utilizados em um determinado lócus, como foi observado a formação discursiva mais frequentemente empregada e com grande importância na UFPE. Outro aspecto a ser novamente destacado é como os discursos em defesa das cotas tendem a se constituir a partir do embate hegemônico direto com os discursos contrários às políticas de cotas e, nesse sentido, acabam fortalecendo a percepção e o posicionamento de crítica, denúncia e enfrentamento do racismo. Esse aspecto pode ser claramente observado na citação a seguir:

Muita gente dizia que quem entra pelas cotas vai baixar o rendimento da universidade e que não é capaz de quem entra pelas cotas não tem capacidade, vai baixar o nível da universidade. Colocam por exemplo, como se a gente não tivesse capacidade de estudar e se preparar, pra passar em uma universidade (ESTUDANTE 01, cotista Pedagogia).

Percebe-se o modo como outros discursos e vozes entram nas suas respostas, formando interlocução, diálogo, mesmo que seja para rechaçar as formações discursivas que a educanda não concorda e, portanto, não partilha.

Algumas pessoas tem o discurso de que não há racismo no país. Há sim. E é muito comum de ser presenciado. Ficam claras algumas atitudes racistas e preconceituosas que podem aparecer no dia-a-dia na rua, assim como na internet onde as pessoas "se soltam" mais, por terem a sensação de serem anônimas, e até mesmo em eventos esportivos onde é comum torcidas desprezando um atleta por ele ser negro (ESTUDANTE 07, cotista Engenharia).

Conforme apontado acima, o universitário demonstra ter ciência do que ocorre para com a população negra no Brasil, preconizando a existência do racismo, o qual se situa nos mais variados espaços, e que em alguns, os racistas se sentem mais livres para atuarem, como a internet e nas redes sociais. Entretanto, no esporte os casos de discriminação racial não deixam de emergir, mesmo com tantas vitórias e alegrias proporcionadas por pessoas negras, como no futebol, basquete, vôlei, atletismo, maratona, artes marciais, etc. Ainda assim, os sujeitos negros seguem sendo discriminados, por vezes preteridos de determinados lócus sociais. Ou seja, onde se poderia aproveitar as façanhas para se dialogar acerca da importância da cultura negra, quer dizer, das peculiaridades importantes e constitutivas da formação desse país, isso não é realizado, bem como na própria educação, haja vista que normalmente, as escolas não trabalham nesse viés, ou se trabalham, geralmente isso ocorre de modo distorcido e equivocado, porque não se aborda criticamente os processos sociais e históricos que sucederam e que ainda sucedem para com os negros no nosso território.

### **3.4 Os discursos sobre as cotas e as posições de sujeito dos estudantes cotistas**

Conforme indicado no início desse capítulo, a teoria do discurso assume a perspectiva de que os sujeitos são constituídos nos discursos e pelos discursos. Isso significa que são os discursos construídos e disputados hegemonicamente, de forma aberta e contingente, que atribuem o lugar e o sentido dos sujeitos na realidade. Significa também que é a partir dos limites, contradições e fraturas do próprio discurso que o sujeito emerge enquanto ato de identificação capaz de deslocar e transformar, coletivamente, a estrutura da realidade e seu próprio lugar nessa realidade. Como ressaltam vários autores (LOPES e MACEDO, 2011; OLIVEIRA et al. 2013), a educação tem sido um espaço privilegiado de disputas discursivas e de constituição de subjetividades nas sociedades modernas. Como então é possível pensar a produção da subjetividade dos estudantes universitários cotistas em um contexto em que o sentido e o valor das políticas de cotas tem sido tão fortemente disputados por discursos opostos, amplamente articulados a concepções e projetos de sociedade intensamente divergentes? Como os estudantes cotistas podem constituir-se enquanto sujeitos, compreender seu lugar na realidade contemporânea e até mesmo desafiar o lugar que lhes é atribuído nessa realidade?

De acordo com o que observamos em nossas entrevistas, três diferentes tendências podem ser predominantemente destacadas nas tentativas dos estudantes de articular e colocar-se em um discurso sobre a realidade universitária. Mesmo sendo conflitivas, essas tendências não são excludentes entre si e, muitas vezes, parecem se sobrepor nas falas dos mesmos sujeitos. Desse modo, não seria possível nem é objetivo desse estudo tentar identificar ou classificar os sujeitos de acordo com “tipos” ou “modelos” de subjetivação. Nosso objetivo é simplesmente observar quais as possibilidades e tendências que se apresentam de acordo com o que é possível perceber em nossas entrevistas e investigações, revelando assim, que podem coexistir duas faces de discursos em um mesmo sujeito. Nesse sentido, as principais tendências de posicionamento subjetivo dos estudantes cotistas que temos observado no cenário atual tem sido: a) A tendência de envergonhar-se de ter sido “beneficiado” pela política de cotas e de negar, esconder ou relativizar a condição de cotista; b) A tendência de assumir uma posição pragmática em relação à entrada na universidade através das cotas, tratando-a como uma questão de oportunidade prática, totalmente desvinculada de sua posição ou condição como sujeito; c) A tendência de assumir e afirmar positivamente a condição de cotista, afirmando-se como sujeito de um processo de promoção da justiça e da igualdade

social. Na fala da Estudante 01, apresentada a seguir, percebe-se claramente uma sobreposição das duas últimas tendências indicadas:

Eu vejo como totalmente justa, porque querendo ou não, um negro que mora em uma favela e uma pessoa branca, que estudou a vida toda em colégio particular, que tem renda, dinheiro pra fazer cursinho, até mesmo na vivência, ela tá envolvida, tem o capital cultura, a gente não vai poder cobrar de uma pessoa que no percorrer de sua vida nunca facilitaram nada (...) Como eu te falei é isso, veio a somar e contra, tem... colocam por exemplo, como se a gente não tivesse capacidade de estudar e se preparar, pra passar em uma universidade (...) Pra mim significa oportunidade, porque eu entrei pelas cotas, e talvez, se eu não tivesse entrado por ela, eu não estivesse aqui hoje. Então pra mim é uma questão de oportunidade e de agarrar a oportunidade e continuar estudando, mostrando que eu sou capaz, que eu posso me esforçar, que eu posso vencer os obstáculos (ESTUDANTE 01, cotista Pedagogia).

O mesmo tipo de sobreposição pode ser observado na fala da Estudante 05, do 5º ano de Medicina:

Pra mim, a política de cotas é muito justa, acho que deve ser cada vez mais valorizada, por permitir dar igualdade, a igualdade pelos direitos a todo mundo. (...) Na UFPE, ela é sim um ponto positivo, porque, é uma forma, sabe? De dar oportunidade para o negro e fazer com que outras culturas, tenha contato com a população negra e a partir desse contato, veja que são pessoas com a mesma capacidade cognitiva, com a mesma capacidade funcional, são pessoas tão boas quanto as brancas, digamos assim, entendeu? (...) Ser cotista, significa é ..., como eu posso te dizer, é uma grande oportunidade, porque senão fossem as cotas, talvez eu não estaria aqui cursando medicina, que é um curso respeitado e com uma carga social muito grande, então, pelo padrão do profissional médico, então acredito que é uma grande forma de inclusão (ESTUDANTE 06, cotista Medicina).

É interessante destacar, todavia, sobretudo a partir da fala da Estudante 01, cotista de Pedagogia, que a valorização positiva da entrada na universidade através das cotas não significa necessariamente uma ruptura absoluta com o discurso da meritocracia. Após entrar na universidade, a estudante continua a ser interpelada pela necessidade de “mostrar que é capaz” e que “pode vencer os obstáculos”. Em contrapartida ao discurso afirmação pragmática ou mesmo de valorização do significado da entrada na universidade através das cotas, há ainda uma significativa dimensão de vergonha relacionada à condição de cotista. A Profa. Guerreira narra ter percebido diretamente esse sentimento de vergonha ao entrevistar, em outro momento, estudantes cotistas na UFPE:

(...) muitos deles traziam no discurso, que se envergonhavam de ser cotistas, e que eram cotistas sociais e não raciais, então assim, até a própria afirmação dessa identidade, então a politização para o cotista, a politização e a compreensão desses fatores políticos de exclusão no qual eles viveram, então tem vários elementos aí que a gente precisa aprofundar (Guerreira).

Mesmo havendo, em sua maioria, sempre mais de um cotista por curso na UFPE, geralmente não há identificação desses estudantes, em virtude inclusive de eles ficarem receosos de sofrerem racismo, atitudes pejorativas e discriminações. Escondem ou mesmo negam sua identidade de “beneficiário” das cotas reforçando, desse modo, o isolamento, a vergonha e o sentimento de inferioridade desses educandos. Devido ao menor poder aquisitivo que possuem, assim como e em virtude da cor da pele e do grupo social a que pertencem, bem como decorrente de toda carga de preconceito, negação e inferiorização vivenciadas por essas pessoas, e que constituíram o processo indentitário desses graduandos. É importante, nesse sentido, registrar o depoimento da Estudante 01:

Em relação ao racismo nas escolas e no campo da Educação, eu acredito que haja racismo, é... eu tô falando na universidade, na minha sala mesmo, tem 5, 6 pessoas que são negras e alguns nem entraram pelo sistema de cotas, outras entraram. Não tô falando do meu curso, mas algumas pessoas se isolam por serem negras. E quando junta a classe social baixa mais a cor da pele, é como se a pessoa aceitasse aquilo por ser negro, entende? (ESTUDANTE 01, cotista Pedagogia).

Em decorrência dessa ausência de debates, discussões e quiçá até mesmo de um acompanhamento para educandos que ingressaram mediante as cotas, pode ocorrer e por vezes tem ocorrido, a negação da identidade por parte do sujeito cotista, realizando isso o discente, não porque ele negue a si próprio ou meramente por envergonha-se das cotas, e sim, sobretudo pelo fato dele saber que será discriminado, minorizado, mesmo em um espaço acadêmico, o qual deveria fomentar a compreensão e o respeito as diferenças e aos diversos grupos sociais que constituem a sociedade. Infere-se mediante as entrevistas e outros dados, que há uma hierarquização entre cotistas, ou seja, que os estudantes preferem se assumir enquanto cotistas sociais a raciais, o que denota também, que se envergonham e não se assumem enquanto pretos, temerosos de discriminação, racismo e subordinação que essa identidade pode acarretar, o que é deveras lamentável. Nessa mesma linha, a Estudante 01 destaca explicitamente o que sucedeu na UFPE e que ela pode presenciar, através de suas próprias palavras, assim enfatiza:

A gente lembra um caso que aconteceu, é..., ano passado, acho que foi ano passado, que a própria pessoa tinha vergonha de dizer que ela entrou aqui pelas cotas (...) quando um professor perguntou quem tinha entrado pelas cotas, um graduando respondeu que ele não tinha entrado pelas cotas e que só era negro na hora de fazer a inscrição (ESTUDANTE 01, cotista Pedagogia).

E segunda a educanda, o docente perguntou visando ter ciência de quem era usuário da política, mas no sentido pejorativo, negativo para com esses graduandos, como se os julgassem inferiores, menos capazes e que por essa razão, tiveram de ser aprovados mediante as cotas, revelando portanto, o motivo de a comunidade discursiva da UFPE ser resistente a essa política, visto que os sujeitos que da instituição fazem parte, normalmente atravessam e são atravessados por seus discursos opostos as cotas, fazendo com que as formações discursivas atuem e constituam as pessoas e a realidade social, nessa relação imbricada e indissociável.

Em relação a esse ponto da estigmatização e discriminação no ambiente educativo, merece mais uma vez, destaque a reflexão desenvolvida por Sales Jr. (2006), que nos ajuda a pensar sobre as relações entre racismo e subjetividade:

A estigmatização, em termos psicanalíticos, conduz o negro a um corpo masoquista (cf. Deleuze, 2006, p. 10), na produção de um eu ideal a partir de um ideal branco de eu que faz da autonegação objeto de desejo. A constituição do sujeito passa pela negação do corpo, ou de parte dele, pelo “branqueamento”. O corpo masoquista é resultante da busca de emancipação daquilo que aparentemente aprisiona ou exclui – o corpo negro como o próprio lugar da subordinação ou da exclusão. Na armadilha racista, a emancipação passa, assim, pela própria negação do corpo, na busca de descodificá-lo. A descodificação é uma metamorfose dolorosa do corpo com uma dose de espiritualidade violenta. É preciso “cortar da própria carne”, pois se “sofre na pele. Multiplicam-se os casos de crianças negras na escola que, quando solicitadas a desenhar-se, produzem meninos ou meninas pintados como crianças brancas; crianças negras que dizem, enquanto se beliscam, que é feio ser negro, pois, quando querem magoá-las, as outras crianças referem-se à sua cor (SALES JR., 2006, p 234).

Se as lógicas dos discursos contra as cotas na UFPE forem consideradas verdadeiras, os estudantes cotistas são pessoas menos preparadas e dedicadas, senão menos capazes, que vem sendo beneficiadas indevidamente por uma política injusta, promovida por grupo político perverso, a partir da tentativa de alimentar o vitimismo de um grupo racial para gerar a divisão e o conflito social em um contexto anteriormente harmônico e pacífico. Nesse caso, os estudantes cotistas tornam-se realmente fadados a carregar a culpa e a vergonha de estarem sendo beneficiados por política social nefasta que estaria prejudicando a toda a sociedade. Uma culpa e uma vergonha que, mais uma vez, estão diretamente associadas ao corpo e à pele negra.

Se os discursos em defesa da legitimidade das cotas são considerados verdadeiros, entretanto, os estudantes cotistas podem ser vistos como sujeitos de uma geração que está vencendo preconceitos raciais e conquistando os direitos que sempre foram negados à

população negra na sociedade brasileira. Um motivo de orgulho e não de vergonha. O problema dessa disputa pela definição do papel e do lugar do sujeito estudante cotista na realidade atual da UFPE é que, enquanto a universidade não promove a reflexão e se exime de assumir uma posição institucional sobre as políticas de cotas, os estudantes cotistas continuam a entrar na universidade e a se deparar, como indivíduos, com um discurso agressivo de abominação das políticas de cotas que se fortalece, cada vez mais, juntamente com o crescimento dos grupos conservadores na sociedade brasileira. Nesse sentido, a afirmação do lugar e do papel positivo dos sujeitos cotistas na universidade depende diretamente da possibilidade de articulação dessa subjetividade como uma subjetividade coletiva e política. Caso contrário, a posição desses sujeitos continuará sendo a posição de um estigma atribuído socialmente.

Percebe-se, portanto, que a ausência de uma política afirmativa mais ampla na UFPE constitui-se em um problema grave. Por não existirem debates e discussões no que se refere a esse tema, os estudantes cotistas acabam por não desenvolverem uma identidade positiva e são impelidos à vergonha e à negação, com receio de serem discriminados e inferiorizados dentro da própria instituição. É nessa perspectiva que a Profa. Guerreira defende a necessidade de criação de uma verdadeira política de ações afirmativas na UFPE:

No que se refere as dificuldades, pelo que nós já identificamos nas pesquisas, é a permanência, porque muitos desses sujeitos têm dificuldades financeiras, dificuldades com passagens, dificuldades com xerox, então a gente já tem alguns índices de evasão, então eu gostaria de investigar. Fora isso, além dessa... a questão financeira, tem a questão psicológica, a questão de se ver enquanto cotista e de não sofrer assédio, assédio cognitivo, percepção de discriminação, sabe? Então acho que esse elemento, perpassa também pelo desconhecimento de que é um dever da universidade oferecer esse espaço, é uma dívida que a universidade tem com essa parcela da população, então se eu identificasse sob esse prisma, né? Eu talvez tivesse um fortalecimento pra enfrentar a aridez que é ser cotista em uma universidade racista (Guerreira).

Prosseguindo nessa discussão, a professora ressalta as implicações dessa problemática para a própria formação dos estudantes cotistas enquanto profissionais. Reforça também a diferença entre a compreensão da política de cotas como um mero artifício de modificação do perfil de entrada de estudantes na universidade e uma compreensão mais ampla das políticas de ação afirmativa como políticas de transformação cultural e social, de efetivo combate ao racismo:

Então eu acho que esse é um elemento também muito importante, que a ausência de um programa de ações afirmativas, se insere nos pontos das dificuldades, pois, se não tem um programa, uma política, se não há um grupo assim, toda uma proposta pra acolhimento, né? Acompanhamento e

incentivo desses sujeitos tanto pra permanecer e inserir no mercado de trabalho, é como se, cumpre-se a lei por uma questão de obrigação, mas deixa o sujeito ao abandono de tanto racismo, preconceito e do próprio racismo institucional na universidade, que vai trazer vários elementos que dificultarão a permanência dele(...) Políticas de ações afirmativas não se encerram em cotas, cotas é uma parte, porque as políticas são bem mais abrangentes, e é importante que se dê visibilidade nisso nos discursos, porque as pessoas as vezes reduz as cotas como sinônimo de políticas afirmativas, e achar que isso daí dá conta. Então o desafio é trazer pro campo do discurso, e das ações, a visibilidade, o que vem a ser bem as políticas de ações afirmativas e implementar políticas de ações afirmativas na Universidade Federal de Pernambuco (Guerreira).

Acima, destrincha-se mais uma vez, acerca da realidade existente na Universidade Federal de Pernambuco e de que as cotas só foram implantadas para cumprimento legal, devido a sua imposição, tanto que ainda hoje, não há um programa real de acompanhamento com os estudantes, de modo a auxiliá-los em sus dificuldades. Portanto, os movimentos negros, e os professores lutam ainda, pela efetivação de fato de um programa de ações afirmativas na UFPE, de modo que esse possa ser avaliado, melhorado, tenhas metas e objetivos bem definidos para que possam ser alcançados, e conseqüentemente melhorem a vivencia cotidiana dos universitários cotistas nessa instituição.

### **3.5 Cenas enunciativas, ethos e processos de subjetivação**

Apesar do embate imenso e agressivo em torno da definição do lugar o e do papel dos sujeitos cotistas no contexto universitário brasileiro e, em especial, no contexto da UFPE. Apesar das implicações desse embate para a produção das subjetividades dos sujeitos cotistas e da fragilidade desses sujeitos diante da omissão da universidade, da ausência de apoio institucional e da falta de espaços e condições de articulação e organização política. É necessário também reconhecer e enfatizar que a simples oportunidade de entrada, em número significativo, de uma nova geração de jovens negros e negras na universidade pública brasileira, inclusive na UFPE, tem aberto espaço e criado condições não somente para uma transformação inédita na própria universidade, mas, também, para uma ampliação significativa das possibilidades de subjetivação dessa nova geração de jovens. Na medida em que esses jovens assumem a posição de estudantes universitários, eles passam a ter acesso um novo lugar e a uma nova forma de se colocar na realidade social. Ressaltar isso é necessário para afirmar a grande importância das políticas de cotas em si, apesar de todas as suas limitações e deficiências. Uma forma interessante de perceber essas dinâmicas de subjetivação entre os estudantes cotistas é observar a forma como eles constroem e projetam

seu “ethos”, sua imagem como enunciativos, nas cenas enunciativas das entrevistas realizadas para a nossa pesquisa.

As cenas da enunciação, para Maingueneau (1997), podem ser diferenciadas em três tipos. A cena englobante diz respeito ao contexto mais amplo de um discurso, suas condições de produção, de enunciação, as posições sociais dos enunciativos e coenunciativos, o tempo e as formas de disseminação do discurso. A cena genérica diz respeito ao modelo de relações definido pelo gênero do discurso. O gênero é condicionante da obra, do conjunto, no momento em que a cena ocorre. Sujeita-se, portanto, a um certo número de regras, parâmetros, dispositivos de comunicação definidos, os quais não podem ser modificados ou interrompidos e que são concebidos através da linguagem metafórica do “contrato”, “do ritual” ou “do jogo” que a compõe. A cenografia é a cena da fala, o local em que essa sucede e que se remete no texto. A cenografia constrói na produção textual, que a interpõe. Simultaneamente se apresenta enquanto aquilo por que se configura o discurso e aquilo que esse discurso é capaz de constituir, legitimando, tornando-os válidos. O Ethos pode ser focado através da cenografia, na qual aparece o “eu”, o mundo do sujeito falante, pois aquela se volta justamente por ser o espaço da construção ou da representação do posicionamento do enunciativo.

A cena englobante de uma pesquisa de mestrado estabelece as posições do pesquisador/estudante, do programa, do orientador e dos sujeitos da pesquisa, entre outros, como participante do contexto no qual o discurso da pesquisa, inclusive no que diz respeito à produção dos dados empíricos, é constituído. Nesse sentido, os estudantes cotistas apresentam-se como coenunciativos enquanto colegas estudantes – mesmo que ao nível de graduação – ao mesmo tempo em que são os sujeitos que tem sua realidade investigada na pesquisa.

A cena genérica da produção desses dados, entretanto, foi estabelecida pela utilização do gênero “entrevista de pesquisa acadêmica”. Embora, em nosso caso, tenhamos utilizado diferentes formas de interação para a realização das entrevistas. Os elementos de coenunciação se fizeram atuantes nessa conversação pois, por diversos instantes, os entrevistados “convocaram” o entrevistador para o diálogo, realizando com esse, interlocuções significativas para a pesquisa, se utilizando para tanto de expressões, como: “você sabe”, “você entende”, “como eu te falei” etc. Na segunda entrevista, o participante preferiu responder em sua casa, em virtude de sua falta de tempo e ocupação gerando, desse modo, um outro espaço da cena enunciativa, que foi o espaço virtual. No qual os sujeitos,

embora não estivessem presentes pessoalmente, ainda assim realizaram determinadas espécies de interações, mesmo que essas não tenham sido tão frequentes quanto as ocorridas de forma presencial. Contudo, essa encenação da linguagem (legitimação do discurso) não implica somente uma articulação de proposições, mas, também, conforme Maingueneau (2000:11):

(...) investimento imaginário do corpo, a adesão ‘física’ a um certo universo de sentido. Conclui-se, pois, que a cenografia, na sua inter-relação com o processo de construção da imagem de si refletida no discurso, por meio da adesão do sujeito ao seu discurso – o ethos discursivo – é responsável pelo modo de organização do próprio discurso, que pode “mostrar e atestar sua legitimação – sua conformidade com o critério de Verdade” (MAINGUENEAU, 2000, p.11).

Para Maingueneau (2006), os enunciados causam a adesão do leitor através de um modo de dizer que é também um modo de ser. Isso significa que a forma como um sujeito (co)enunciador se apresenta, através não somente do que diz sobre si, mas, especialmente, através do modo como diz e se coloca em uma cena enunciativa, somente é reconhecida como legítima e faz sentido na medida em que se investe imaginariamente o corpo, como parte da cenografia, do sentido que ele busca assumir. O que e como o entrevistado, enquanto (co)enunciador diz, portanto, (res)significa seu próprio ser.

O ethos do enunciador, na perspectiva de Maingueneau, se refere ao modo pelo qual o entrevistado materializa sua “personalidade”, seu “eu” na pesquisa, mediante a entrevista, se colocando nela, enquanto sujeito. A fala do entrevistado, portanto, revela esse posicionamento. É muito interessante, nesse sentido, observar algumas falas da Estudante 05, estudante não-cotista de Engenharia:

Não me declaro branco ou negro, devido a miscibilidade e diversidade cultural do Brasil. E também por minha família ser composta de negros, no caso dois irmãos mais velhos e meu pai (...). Considero-me neutro quanto a enquadrar-me em grupos étnicos, com características fortes e bem específicas, apesar de possivelmente estar enraizado em alguns desses grupos (ESTUDANTE 05, cotista Engenharia).

Nitidamente, nota-se que esse universitário, assim como a maioria da população brasileira não sabe, ou prefere não se identificar enquanto branco, preto ou pardo, o que demonstra também, um receio que ao afirmar determinada identidade, possa ser considerado racista, excludente ou inferiorizador para com determinado grupo “racial”. Por isso, optou pela neutralidade, não se enquadrando em nenhum dos grupos, revelando ainda que, sua pretensão neutralidade já denota que essa pessoa possui sim uma identificação com algum

grupo, contudo que não deseja informar, por outras razões ou pelas mesmas que foram mencionadas nesse parágrafo.

A tentativa de assumir uma posição de “neutralidade” em relação a uma “identidade racial” ganha um claro paralelo quando a mesma estudante busca afirmar uma similar neutralidade da sociedade em relação à questão racial e também uma neutralidade da posição dos estudantes cotistas:

A fonte de renda mais antiga que eu me lembre, veio da minha irmã mais velha, que é deficiente auditiva (...). Minha trajetória escolar básica sempre foi em escolas públicas e tive sorte de ter cruzado com alguns bons professores e sempre me destaquei na sala de aula e na família nesta questão (...)

No geral eu não vejo maus tratos a negros a pessoas, brancas ou verdes, mas casos pontuais existem, mas são pontos fora da curva (...)

Quanto aos atos de racismo nas escolas brasileiras, eu nunca presenciei atos de discriminação ou racismo, porque na época, não havia esses atos ou não presenciei (...)

Não me lembro de nenhum caso grave ou leve de racismo na minha formação escolar. Estou descartando algumas brincadeiras e piadas, entre amigos do colégio (...)

Consegui entrar na UFPE no primeiro ano após o fim do ensino médio e, apesar de outras opções, vim à UFPE por ter um dos melhores cursos de engenharia civil e por ser mais próxima à minha cidade (...)

O significado de ser um estudante cotista na UFPE, em termos práticos é o mesmo que ser um estudante não cotista. O que prevalecerá será a competência e o desempenho de cada tipo de aluno, estudante (ESTUDANTE 05, cotista Engenharia).

Uma posição bem diferente é assumida pela Estudante 01 quando tenta estabelecer uma imagem de si em seu discurso. Obviamente demarca seu lugar no mundo, em um determinado espaço social, ao assumir uma postura, explicitando seu “eu” no discurso, dando-lhe um viés mais personalizado, pessoal.

Eu sempre morei no sítio, eu sou do sítio, toda minha família é do sítio (...) eu não fiz educação infantil, não tinha né, na época? Aí eu fui logo pra “primeira série”, como se chamava antigamente e aí eu fiz o ensino fundamental no campo, até a quarta série, (...) Ah eu me identifico, porque como eu acabei de falar, eu sou filha de um negro, meu pai é negro e minha mãe é loira, inclusive eu tenho duas irmãs, tenho uma bem pretinha, bem pretinha, inclusive a gente costuma dizer mulata, aí tem uma loira e tem... e sou eu né? Que sou uma mistura dos dois (...). Sim é uma forma de não calar, é uma forma de exigir, é uma forma de correr atrás, entendeu? Porque se a gente é..., se não existir união, senão existissem os movimentos pela luta, tampouco serão reconhecidos, porque é..., se a gente não se mobiliza, é... vou falar igual minha mãe, “se a gente não fizer aparecer, ninguém verá a gente”, então é uma forma de mostrar que a gente tá aqui (ESTUDANTE 01, cotista Pedagogia).

Novamente nessas falas, o aspecto pessoal da entrevistada se revela e é reiterado. A educanda aponta para a relevância dos movimentos sociais, empregando um discurso de enaltecimento deles, de modo a se incluir naqueles. Descreve os movimentos como se militasse neles, pois, eles representam no seu caráter subjetivo e denotam um espaço que a ela lhe pertence e que possui significado.

Os exemplos mostrados acima servem para reiterar o aspecto da personificação dos sujeitos, já que revela o modo pelo qual as pessoas buscam ser (re)conhecidas, indicando as identificações que as constituíram em seus aspectos de subjetivação, sendo, portanto, relevantes para serem destacadas, formando o caráter do “eu” do enunciador, cujo momento esse se apresenta, demonstrando a si próprio em sua fala.

Ao adentrar na universidade, alguns estudantes passam por processos de deslocamento e rearticulação de sua própria subjetividade sendo capazes, portanto, de assumir uma identidade que anteriormente eles mesmo negavam. Isso é o que podemos observar no caso da Estudante 03, do curso de Pedagogia:

Quando eu ingressei na universidade, eu tinha vergonha de dizer que era do Movimento Sem Terra, até pelos preconceitos que eu já havia, é..., vivenciado, eu fiquei muito arredia, eu preferi excluir isso da minha vida. Quando eu entrei na universidade, eu comecei a perceber a importância dos movimentos sociais no campo (ESTUDANTE 03, cotista Pedagogia).

Muitos graduandos adotavam uma postura diferenciada das que costumam utilizar atualmente em virtude da entrada na UFPE, isso gerou um deslocamento, quer dizer, uma mudança de posicionamento e dos processos de subjetivação desses universitários. A universidade é essencial e intrinsecamente, um espaço de deslocamentos, de mudanças e rupturas na vida dos universitários, pois esse também é um dos papéis das instituições de ensino superior. Como ocorreu na vivência dessa graduanda, também sucede para com muitos estudantes, que ao se depararem com a universidade, se reconstróem, se afirmam enquanto sujeitos que buscam construir seu próprio lugar no mundo. Processos semelhantes podem ser observados nas falas da Estudante 01 e da Estudantes 06:

Eu sempre ouvi que os estudantes cotistas são os que tiram notas mais baixas, que tem dificuldades para acompanhar os não cotistas, que baixam o rendimento da universidade e outras coisas. Mas eu percebo que não é assim, quando eu entrei, comecei a ver que isso não era verdade, porque os cotistas, conseguem notas excelentes, tantos quanto os não cotistas. Eu mesmo sou cotista e minhas notas são equivalentes aos outros, consigo acompanhar os outros estudantes (ESTUDANTE 01, cotista Pedagogia).

Vejo que a criação de políticas de ação afirmativa e também a criação de políticas de cotas raciais, vejo como um grande avanço, principalmente em relação a população brasileira. Porque, segundo as estatísticas, a maior parte da população brasileira é negra, e também de baixa renda, então eu acho que isso se torna uma forma de compensar a má qualidade da educação pública, compensa dessa forma, entende? Porque, anos atrás quem conseguia entrar numa faculdade pública, eram aquelas pessoas que estudaram em escolas particulares, agora não (ESTUDANTE 06, cotista Medicina).

É interessante observar como a própria forma de argumentação desenvolvida nas entrevistas, como observado no exemplo da Estudante 04, demonstra a construção de um Ethos e torna-se indicativo dos processos de subjetivação vivenciados por esses estudantes. Observa-se que a graduanda conhece os fatores sociais que justificam a efetivação e o funcionamento da política de cotas, se valendo para tanto de argumentações defendidas pelos movimentos negros, acadêmicos e militantes da igualdade racial etc. que demonstra, como já ressaltado, o conhecimento da pessoa entrevistada sobre os discursos de diversos grupos e sujeitos defensores dessa causa.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo traçado inicialmente para esta pesquisa foi o de investigar os discursos de docentes universitários, estudantes e gestores sobre a política de cotas na UFPE, tendo por perspectiva reconhecer de que modo esses discursos foram articulados nos processos de resistência e defesa da efetivação de uma política de cotas raciais nessa universidade, até a implantação da Lei 12.711/2012 e, também, analisar de que modo esses discursos se apresentam no contexto atual e atuam na forma como gestores, docentes e estudantes lidam com a realidade das cotas dentro da instituição. Consideramos que esse objetivo foi atingido de modo satisfatório, posto que se tornou possível debruçar-se sobre a forma pela qual os discursos de docentes, graduandos e gestores foram constituídos na UFPE, tanto no processo de resistência quanto na luta pela aprovação, implantação e consolidação das políticas de ações afirmativas. Durante a imersão no campo pesquisado, houve a possibilidade de conhecer melhor as comunidades discursivas relativas a esse debate existentes e atuantes na Universidade Federal de Pernambuco. Identificando as lógicas estruturantes desses discursos tanto no período anterior quanto no posterior a adoção da Lei de Cotas. Percebeu-se que as formações discursivas, quer dizer, as referentes ao “mito da democracia racial”, a de que pessoas pretas, pardas e indígenas são menos capazes cognitivamente e que, portanto, só adentram no ensino superior mediante as cotas. Que iriam abaixar o nível da universidade, e que todos possuam as mesmas condições para ingressar em uma universidade, como se vivêssemos em uma sociedade equânime, e sabemos ser, exatamente o espaço social no qual vivenciamos. E esses discursos, revelam que as lógicas discursivas e as comunidades discursivas, continuam muito semelhantes às que foram constituídas anteriormente ao ano de 2012. Compreende-se também que mesmo após a efetivação dessa política, e de mais de três anos da sua efetivação, a UFPE segue adotando os mesmos discursos, sendo que esses sofreram poucas e insignificantes modificações. Embora novos aspectos, elementos e ênfases tenham sido incorporados ao debate, como por exemplo de que os próprios universitários não se assumem enquanto beneficiário das cotas, e que se envergonham de sua identidade, como se o fato de esses educandos omitirem esse processo identitário, fosse unicamente por culpa e receio desses estudantes, e não em razão da UFPE não discutir com esses sujeitos, tampouco de realizar debates, palestras, enfocando no cotidiano deles e em suas especificidades, de forma a inseri-los na universidade, como pessoas, grupos que dele fazem parte e a constitui.

Em relação ao percurso metodológico, buscou-se realizar uma análise descritiva do corpus de entrevistas utilizando-se, pontualmente, de alguns conceitos, recursos e estratégias analíticas desenvolvidas por Maingueneau (2005, 2013), no contexto da escola francesa de Análise do Discurso, e rearticuladas a partir da perspectiva pós-estruturalista da Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe (2015). A análise buscou identificar os principais discursos sobre as cotas raciais atuantes no contexto da comunidade acadêmica da UFPE, as principais lógicas de estruturação e funcionamento de cada um desses discursos, os movimentos de disputa e/ou articulação entre esses discursos nos processos decisórios e na configuração da política de cotas na UFPE, assim como os movimentos de disputa e/ou articulação entre esses discursos nos processos de configuração das identidades e nas dinâmicas de subjetivação de estudantes cotistas e negros/as na UFPE.

Percebeu-se ainda que os discursos sobre as cotas na UFPE são constituídos através de um diálogo direto e contínuo com as lógicas discursivas que circulam nos movimentos sociais, partidos políticos, organizações de classe e, sobretudo, na indústria midiática e nas mídias alternativas. Os textos das entrevistas demonstram intensamente sua relação com o interdiscurso, visto que outras vozes se fizeram permanentemente presentes nas respostas dos entrevistados, constituindo deste modo suas enunciações e demonstrando que a UFPE se encontra atravessada por esse debate, mesmo que ele não seja abordado explicitamente.

No que tange aos discursos explicitamente contrários às cotas raciais, observa-se que a grande maioria desses discursos se pautam em perspectivas elitistas e tecnicistas, direcionadas pela ideologia da meritocracia, da valorização de uma hierarquia fundamentada em uma alegada escala de competência, em que se afirma que todos poderiam ser bem-sucedidos, conforme os padrões capitalistas vigentes, independentemente das condições sociais e econômicas nas quais os sujeitos vivem. Como indicado em nossa pesquisa, os principais argumentos que fundamentam os discursos contra as cotas na UFPE estão relacionados às seguintes concepções: a) Que as cotas são injustas porque privilegiam as pessoas consideradas negras e prejudicam as pessoas brancas; b) Que as cotas para ingresso na universidade não funcionam porque os estudantes cotistas não seriam capazes de acompanhar os cursos e os outros estudantes; c) Que as políticas de cotas reforçam e oficializam a crença de que as pessoas negras são inferiores e menos capazes que as pessoas brancas e não conseguiriam entrar na universidade por seus próprios méritos; d) Que a política de cotas promoverá uma diminuição do nível de qualidade e da avaliação das universidades, dos cursos e dos profissionais formados no país; e) Que as políticas de cotas promovem a divisão racial e

provocarão o aumento do racismo e a emergência de conflitos raciais antes inexistentes no Brasil.

Os discursos favoráveis às políticas de cotas, por sua vez, baseiam-se principalmente nas seguintes lógicas sociais: a) Que as políticas de cotas raciais representam uma forma de reparação das injustiças históricas cometidas contra as populações negras e indígenas, as quais fizeram com que até hoje elas permanecessem praticamente excluídas da educação superior; b) Que as políticas de cotas raciais são estratégias importantes para combater o forte racismo que existe na sociedade brasileira e que dificulta de forma injusta e desigual o acesso das populações e pessoas negras às universidades; c) Que as políticas de cotas raciais contribuem para diversificar, pluralizar e enriquecer a vida cultural e o ambiente acadêmico das universidades brasileiras, tornando-as mais próximas do perfil diversificado da própria população brasileira.

Há de se ressaltar que a UFPE ainda segue sendo um espaço elitista. Os padrões europeus coloniais dominantes continuam a ser preponderantes dentro desse ambiente de ensino superior. Percebe-se claramente isso ao se observar a dificuldade das lutas que foram travadas até a aprovação e recepção da Lei 12711/12 uma vez que, em sua maioria, os docentes eram indiferentes ou desfavoráveis à implantação dessa política, omitindo até mesmo discussões e debates referentes a esse assunto, já que o consideravam desnecessário e impertinente em virtude de outras questões. Ou seja, preferiam omitir-se do debate sobre essa temática, o que provocava seu silenciamento na Universidade Federal de Pernambuco. Se não fosse a imposição advinda da Lei de Cotas, a universidade seguiria detratando e não focando nessas questões, de tal forma que provavelmente não haveria a adoção das ações afirmativas raciais na UFPE.

Esse é, certamente, um dos aspectos que ajudam a compreender porque a Universidade Federal de Pernambuco não dispõe de uma política de apoio institucional voltadas para os estudantes cotistas, de modo a acompanhar seus usuários. A estruturação da forma em que a Lei de Cotas é efetivada na UFPE não permite a formação e valorização de uma identidade coletiva dos estudantes cotistas, fazendo com que os graduandos sintam receio de assumirem que são sujeitos das políticas de cotas. Esse fato impede o diálogo, a troca de experiências e mesmo os debates críticos em torno do tema e da realidade que esses estudantes vivenciam na UFPE. Mesmo havendo discussões realizadas por professores que abordam as questões raciais e a educação popular, essas são pontuais e não representam ou substituem um debate e um posicionamento institucional.

Conforme indicado ao longo da dissertação, a crítica aos equívocos e deficiências observados nos processos de tentativa de construção e implantação de uma política de cotas raciais na UFPE tem, assim, estimulado o surgimento de uma militância político-acadêmica ativa em prol de uma reestruturação no sentido de uma ampliação da compreensão e do alcance da política de cotas, dando atenção a aspectos que até então não foram suficientemente levados em consideração na efetivação dessa política e que se configuram como sendo de imensa relevância para a comunidade universitária. Algumas das principais demandas dessa militância tem sido: a) A elaboração de um programa sistemático de atenção aos estudantes cotistas; b) O estabelecimento de metas a serem atingidas; c) A produção, registro e disponibilização transparente de informações sobre o andamento e os resultados da política de cotas; d) A efetivação de um processo de avaliação e aperfeiçoamento contínuo da política; e) A promoção de uma reflexão acadêmica e institucional sistemática e aprofundada sobre as políticas de cotas, incluindo a realização de debates e o desenvolvimento de estratégias de combate ao racismo na UFPE.

Diante da situação observada, não se torna surpresa o fato de que os educandos usuários das ações afirmativas percebem um tratamento diferenciado para com os universitários cotistas e, mesmo aqueles que não se utilizaram dessa política, mas que sejam negros, são vistos e tratados de modo distinto em relação aos outros, ainda que implicitamente e não abertamente. Uma estudante relatou diretamente que alguns docentes se relacionam de forma distinta com os discentes vistos como cotistas. Os tratam com desconsideração, como se estivessem na UFPE mediante favorecimento e não possuíssem capacidade intelectual para acompanhar o restante da turma. Isso é especialmente constatado através da surpresa que revelam quando esses graduandos apresentam desempenhos equivalentes ou mesmo superiores aos dos estudantes que não são vistos como beneficiários das ações afirmativas.

Em virtude da UFPE não problematizar especificamente as cotas raciais, de modo a valorizá-las, explicitar sua relevância tanto social quanto acadêmica, os discentes cotistas muitas vezes tem receio de assumir sua identidade enquanto sujeitos das ações afirmativas, de tal forma que universitários inseridos em curso de maior prestígio social acabem muitas vezes por reproduzir lógicas discursivas advindas das classes e grupos sociais elitistas, negando sua própria trajetória como sujeitos oriundos de camadas populares. Como ocorreu com um dos entrevistados o qual, embora fosse cotista, se posicionou desfavoravelmente a essa política, adotando um discurso meritocrático similar aos discursos empregados pelos grupos sociais dominantes. Esse fato sucede mais frequentemente em cursos de perfil mais elitista,

frequentados por estudantes oriundos de grupos mais favorecidos economicamente, que tendem a corroborar com os discursos em defesa da manutenção do *status quo* vigente.

Foram observadas, em nossas entrevistas, três diferentes tendências de posicionamento subjetivo entre os estudantes cotistas: a) A tendência de envergonhar-se de ter sido “beneficiado” pela política de cotas e de negar, esconder ou relativizar a condição de cotista; b) A tendência de assumir uma posição pragmática em relação à entrada na universidade através das cotas, tratando-a como uma questão de oportunidade prática, totalmente desvinculada de sua posição ou condição como sujeito; c) A tendência de assumir e afirmar positivamente a condição de cotista, afirmando-se como sujeito de um processo de promoção da justiça e da igualdade social. Como já foi dito anteriormente, entretanto, não seria possível nem é nossa finalidade buscar classificar, de forma simplista, os diferentes sujeitos de acordo com “tipos” ou “modelos” de subjetivação. Nosso objetivo perceber somente quais as possibilidades e tendências que se apresentam de acordo com o que percebemos em nossas entrevistas.

A política de cotas já gerou efeitos positivos para a UFPE. Pessoas provenientes de escolas públicas, negras, pardas e indígenas agora, em virtude da materialização das ações afirmativas, ocupam espaços que lhes foram negados historicamente e que, sem a efetivação das cotas, permaneceriam praticamente fechados a esses grupos. Não em virtude de sua incapacidade, mas, em decorrência de todo um processo histórico, social e econômico que os dificulta ou quase que inviabiliza seu acesso aos âmbitos de ensino superior. Obviamente, a universidade tem passado por significativas mudanças com a inserção de pessoas que antes eram vastamente preteridas. De forma que docentes, gestores e estudantes tiveram com conviver com grupos com os quais não estavam habituados a lidar. Isso possibilitou o surgimento de novas formas de relações sociais, quer por parte de professores, discentes e o pessoal da gestão, que passaram a ter convivência com distintos posicionamentos e subjetividades gerando, portanto, rupturas de paradigmas, concepções e de formações discursivas no interior da universidade.

Constata-se que a Universidade Federal de Pernambuco não se estruturou adequadamente para receber os graduandos cotistas. Ao invés de dialogar e combater o racismo e suas manifestações, a universidade silencia essa luta, tornando-se, portanto, omissa e indiferente, permitindo desse modo que os discursos de cunho racista sejam perpetuados. Perpetuam-se também as discriminações raciais e as consequências nefastas que elas produzem, principalmente para quem sofre com o fato de ser discriminado e inferiorizado.

Apesar de a universidade ter sido forçada a implantar a política de cotas, tendo feito em virtude de Lei, ainda assim, a UFPE desde o início até a atualidade adota um modelo de política que funciona inadequadamente, de modo a não atender, acompanhar e apoiar satisfatoriamente os estudantes que se valem dessa política. Demonstrando, portanto, desinteresse e descomprometimento institucional para com pessoas e para com uma questão de grande relevância para o ensino superior brasileiro, posto que esses grupos representam a maior parcela da população brasileira.

A instituição ainda trabalha improvisadamente com essa política e não organizadamente, prova disso se dá pelo fato de que a UFPE não dispõe de uma sistematização no sentido de ter ciência de quem são os discentes cotistas, se ainda continuam na universidade ou se já evadiram dela, tampouco existe o interesse em saber se os beneficiários das cotas estão se defrontando com dificuldades para a continuação de seus estudos, de forma a auxiliá-los, ainda que minimamente em suas debilidades mais agudas como, por exemplo, os óbices financeiros por que eles vivenciam diariamente nessa âmbito de ensino.

A dificuldade em se ter acesso a documentos, atas oficiais das reuniões e debates sucedidos na instituição é outro problema encontrado tanto por professores quanto por discentes e pesquisadores que realizem trabalhos com esse fim. Tanto que uma docente pesquisada confidenciou as barreiras que vivenciou buscando obter documentações da universidade com dados dos cotistas. O que foi citado acima se constituiu como um dos grandes obstáculos deste trabalho, visto que não foi possível a obtenção de documentos e tampouco o diálogo com algumas pessoas responsáveis pelos debates e ações estudados. Muitos dados importantes para este estudo não foram obtidos em decorrência de todas as dificuldades focadas anteriormente. Esta é uma perda não somente para esta produção científica, mas, sobretudo, para a sociedade, a qual poderia ter acesso a informações de suma relevância acerca da UFPE e das políticas de ações afirmativas, desde as discussões para sua materialização até o modo pelo qual ela se configura atualmente.

Outro ponto preocupante é o fato de podermos constatar, ao longo da pesquisa, que boa parte dos professores, estudantes e funcionários não conhecem o modo pelo qual a política de cotas se estrutura na UFPE. Não possuem ciência do percentual reservado para os cotistas, se existem e como se inserem e estudam na universidade, denotando um silenciamento, um processo de invisibilização desses graduandos. A forma na qual se está

configurada a política de cotas e seu funcionamento são desconhecidos pela maioria dos universitários, sendo conhecida quase apenas pelos usuários dessa política.

Em virtude de foi observado nesta pesquisa, constata-se que não há indícios de mudança na postura da UFPE sobre as cotas. A fim de que esses modelos sejam rompidos e modificados na UFPE, é indispensável que sejam realizadas transformações significativas quer no formato em que a política de ações afirmativas ocorre, quer no nível de informação, interesse e engajamento da comunidade acadêmica quando se aborda as cotas raciais, visto que essa política não pode mais ser compreendida enquanto suposto favorecimento para seus usuários e portanto, que pode ser efetuada de qualquer forma, improvisadamente, como ainda sucede desde sua implementação. A continuar nesse modelo, a UFPE perpetuará a pobreza e a superficialidade das discussões e perpetuará a improvisação também, no modo de funcionamento dessa política, reproduzindo por isso o problema estabelecido.

Indubitavelmente as ações afirmativas e a política de cotas sociais e raciais em universidades públicas brasileiras, incluindo a UFPE, contribuíram e continuam a contribuir para a transformação social, a superação das estruturas injustas e a possibilidade de acesso de populações geralmente preteridas, em virtude da cor de sua pele e de sua classe econômica, na entrada em instituições de ensino superior. Possibilitam a maior e melhor inserção desses grupos no mercado de trabalho, permitindo que possam interagir mais igualitariamente e ter acesso a funções de maior destaque e prestígio. Contudo, não se pode deixar de reconhecer somente a reserva de vagas não é suficiente. É preciso mudar a cultura e as estruturas e práticas burocráticas da universidade para que ela se torne um espaço acolhedor e fértil para a mobilização do potencial de transformação desses estudantes. Não um espaço hostil, repressivo, estigmatizante e desmobilizador, que leve os estudantes cotistas a abandonarem a universidade e/ou a se esconderem, sentirem vergonha e negarem sua trajetória. Infelizmente, isto está ocorrendo na UFPE devido a inexistência de uma política comprometida, ampla e sistemática de ações afirmativas que ofereça, entre outros aspectos, um apoio institucional bem firmado, com adequada estruturação, a fim de contribuir para a permanência desses educandos no ensino superior e para sua afirmação enquanto sujeitos sociais e políticos seguros, criativos e socialmente engajados. Enquanto isso não ocorre, as elites e a porcentagem economicamente mais favorecida da população seguem concluído seus cursos e fortalecendo sua posição de poder.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, Arivaldo. A legitimação do intelectual negro no meio acadêmico brasileiro: negação de inferioridade, confronto ou assimilação intelectual? **Afro-Ásia**, n. 25-26, p. 281-312, 2001.
- ALVES, José. A L. A Conferência de Durban contra o Racismo e a responsabilidade de todos. **Rev. Bras. Polít. Internacionais**, v. 45, n. 2, p. 198-223, 2002.
- AMARAL, Lorene et al. **A convivência entre estudantes cotistas e não cotistas na universidade federal da Bahia**. Anais do XIV Colóquio Internacional de Gestão Universitária. Florianópolis: UFSC, 2014.
- ANDRADE, Francisco. Perfil dos cotistas da universidade de Pernambuco: uma primeira análise. **Política e Trabalho: Revista de Ciências Sociais**. n. 33. Outubro de 2010.
- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da Criação Verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- BHABHA, Homi K. **O Local da Cultura**. Belo Horizonte: EDUFMG, 2005.
- BIONDI. Antônio. Ana. MIELKI. Daniel. HAMMES. Amanda. ROSSI. **Cotas avançam nas Universidades Públicas de Norte a Sul do País**. São Paulo. Revista Adusp. 2008.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 29. ed. atual. amp. São Paulo: Saraiva 2002.
- BRASIL. Ministério da Justiça. **Programa Nacional de Direitos Humanos**. Brasília, 1996.
- BURITY, Joanildo. Discurso, descolonização do saber e diversidade étnica e religiosa na educação. **Espaço do Currículo**, v.7, n.2, 2014.
- BURITY, Joanildo. Teoria do Discurso e Educação: reconstruindo o vínculo entre cultura e política. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, n. 11, v. 22, p. 7-29, 2010.
- CALDAS, Alcides. SANTOS, Antônio. M. dos; SANTOS; Ramos dos Santos. **CONFERÊNCIA DE DURBAN: Implementação e Desenvolvimento das Políticas de Promoção da Igualdade no Brasil**. In: XI Congresso Luso- Afro Brasileiro de Ciências Sociais. Diversidades e (Des) igualdades, 07 a 10 de Agosto de 2011. Salvador. Universidade Federal da Bahia (UFBA). Campus de Ondina. PAF e PAF II.
- CARVALHO, José J. de. **Exclusão racial na Universidade brasileira: um caso de ação negativa**. In: Queiroz, Dalcelene Mascarenhas (Org.). O negro na universidade. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA. Salvador: Novos Toques, 2002, p. 79-99.
- \_\_\_\_\_, José J. de. **REVISTA USP**, São Paulo, n.68, p. 88-103, dezembro/fevereiro 2005-2006.
- CAVALLEIRO, Eliane. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar. Educação e Poder-Racismo, preconceito e discriminação na Educação Infantil**. São Paulo: Summus, 2000.

DEUSDARÁ, Bruno; Décio ROCHA. **Análise de Conteúdo e Análise do Discurso: aproximações na (re) construção de uma trajetória.** Alea: Estudos Neolatinos, vol. 7, núm. 2, julho-dezembro, 2005, p.305-322, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil.

DIJK, Van. **Racismo e Discurso na América Latina.** São Paulo: Contexto, 2007

DOMINGUES, Petrônio. **Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos.** Tempo, Niterói, v. 12, n. 23, 2007. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-77042007000200007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-77042007000200007&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 28 de março de 2015.

FANON, Frantz. **Pele negra Máscaras Brancas.** T. D. Prefácio de Lewis R. Gordon. Salvador: EDUFBA, 2008.

**FOLHA DE SÃO PAULO.** Manifesto pró-cotas: Manifesto em defesa da justiça e constitucionalidade das cotas. 14 mai. 2008. <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1405200808.htm>. Acesso em 06 abr. 2015.

FONTES: CESARINO JÚNIOR, A. Direito; LOUZADA, A. **Legislação**; PRADO, R. Tratado; SAMPAIO, A. Dicionário; SERSON, J. Curso; VIANA, J. Nacionalização

GOMES, Joaquim B. Barbosa. **A recepção do instituto da ação afirmativa pelo direito constitucional brasileiro.** Revista de Informação Legislativa. Brasília: Senado, a.38 n. 151, jul/set 2001b.

GUILLEN, Isabel; GRILLO, Maria. **Cultura, cidadania e violência. Encontro de história da ANPUH-PE.** Recife, Ed. UFPE. 2009. Capítulo 01.

HALL, Stuart. **Da diáspora.** Belo Horizonte: UFMG, 2003, p. 101-128.

LACLAU, Ernesto. MOUFFE, Chantal. **Hegemonia e estratégia socialista: por uma política estratégica radical.** São Paulo: Intermeios - Casa de Artes e Livros, 2015.

\_\_\_\_\_, Ernesto. **Emancipação e Diferença.** Rio de Janeiro: Eduerj, 2011. 222 p.

LIMA, M; NEVES, P; SILVA, P. A implantação de cotas na universidade: paternalismo e ameaça à posição dos grupos dominantes. São Cristóvão, SE. Universidade Federal de Sergipe. **Revista Brasileira de Educação**, v. 19 n. 56 jan.-mar. 2014.

LIN, Angel; KUBOTA, Ryuko. Discourse and Race. In: HYLAND, Ken; PALTRIDGE, Brian. **Continuum companion to discourse analysis.** London/New York: Continuum, 2011.

LOPES, Alice; MACEDO, Elisabeth. **Teorias do Currículo.** São Paulo: Cortez, 2011.

LOPES, Vânia. **O futuro é Agora: A Concretização da Lei de Cotas Universitárias no Brasil.**

MACEDO, Fausto. Unipalmares resgata dívida social do País, diz Alckmin. **O Estado de São Paulo**, 13 mar 2008. <<http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,unipalmares-resgata-divida-social-do-pais-diz-alckmin,140028,0.htm>>. Acesso em 09 de Abril de 2015. .

MAINARDI, Diogo. O quilombo do mundo. **Veja** 23 abr. 2008. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/230408/mainardi.shtml>> Acesso em 06 de abril de 2015.

MAINGUENEAU, D. L'Analyse du discours. Introduction aux lectures de l'archive. Paris: Hachette, 1991,

\_\_\_\_\_. Dominique. **Análise de Textos de Comunicação**. São Paulo: Cortez, 2013.

\_\_\_\_\_. Dominique. **Gênese dos discursos**. São Paulo: Parábola, 2008.

\_\_\_\_\_. **Cenas da Enunciação**. São Paulo: Parábola, 2008a.

MARCUSCHI, Luiz. **Análise da Conversação**. São Paulo: Ática, 2003, p. 5-52.

MOEHLECKE, Sabrina. Ação afirmativa: história e debates no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, n. 117, novembro/ 2002.

MUNANGA K. **Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil: um ponto de vista em defesa de cotas**. Sociedade e Cultura, vol. 4, núm. 2, julho-diciembre, 2001, pp. 31-43, Universidade Federal de Goiás

**O ESTADO DE SÃO PAULO**. Brasil defende ações afirmativas contra racismo na ONU. 16 abr. 2009. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,Brasil-defende-acoes-afirmativas-contra-racismo-na-onu,355711,0.htm>> Acesso em 13 de abril de 2015.

OLIVEIRA, Juliana. Estudantes negros ingressantes na universidade por meio de reserva de vagas: um estudo sobre processos educativos de construção de identidade negra e pertencimento étnico-racial no ensino superior. **Dissertação (Mestrado)**. Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de São Carlos, 2013.

OLIVEIRA; Gustavo; OLIVEIRA; Anna; MESQUITA; Rui. **A teoria do Discurso da Laclau e Mouffe e a Pesquisa em Educação**. Porto Alegre, v. 38, n.4, out/dez. 2013.

ORLANDI, Eni. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 2005.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Campinas: Pontes, 1997.

PRODANOV, Cleber. C. & FREITAS, Ernani C. **Metodologia do Trabalho Científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2.ed. Novo Hamburgo, Feevale, 2013.

PORTARIA Nº 18 de 11 de Outubro de 2012. Disponível em: [www.ufpe.br](http://www.ufpe.br).

PORTARIA Nº 05 de Novembro de 2012. Disponível em: [www.ufpe.br](http://www.ufpe.br).

LEI Nº 12711/2012. Disponível em: [www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br).

RECONDO, Francisco. Ministro do STF dá 1º voto a favor do sistema de cotas. **O Estado de São Paulo**, 2 abr. 2008. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,ministro-do-stf-da-1-voto-a-favor-do-sistema-de-cotas,150167,0.htm>> Acesso em 14 abr. 2015.

ROCHA, Décio; DAHER, Maria; SANT'ANNA, Vera. **A entrevista em situação de pesquisa acadêmica**: reflexões numa perspectiva discursiva. *Polifonia*, v. 8, n. 8, p. 1-19, 2004.

SALES JR. Ronaldo. Democracia racial: o não-dito racista. **Tempo Social, revista de sociologia da USP**, v. 18, n. 2, 2006a.

SALES JR. Ronaldo. **Raça e Justiça: O mito da democracia racial e o racismo institucional no fluxo de Justiça**. Tese de doutorado em Sociologia, PPGE/UFPE, 2006b, 476f.

SANTOS, Diana. V; MASCARENHAS, Aílla. L. J. SCHMITZ. Heike. **Implantação das Cotas Étnico-raciais nas Universidades**. São Cristóvão. V Colóquio Internacional de Educação e Contemporaneidade.

SANTOS, Hélio. et al. **Políticas públicas para a população negra no Brasil**. ONU, 1999. [Relatório ONU].

SEGATO. Rita. L. **Cotas: por que reagimos?** São Paulo, REVISTA USP n.68, p. 76-87, dezembro/fevereiro 2005-2006.

SELL, Sandro. **Ação afirmativa e democracia racial**: uma introdução ao debate no Brasil. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2002.

SILVA. Valdélcio S. de. **Políticas de ações afirmativas na UNEB**: memórias de um acontecimento histórico. Vol. 1, nº 1, julho de 2010.

SILVA, Mozart Linhares da. Biopolítica e espaço escolar: subjetividade e racismo no Brasil. **Horizontes**, [S.l.], v. 32, n. 1, jun. 2014. ISSN 2317-109X

WODAK, Ruth; REISIGL, Martin. Discourse and Racism. In: Schiffirin et al. **The Handbook of Discourse Analysis**. Massachusetts: Blackwell, 2001.

## APÊNDICES

### A – ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA DIRECIONADA AOS UNIVERSITÁRIOS

TÓPICOS DA ENTREVISTA:	COMENTÁRIOS E OBSERVAÇÕES:
<b>Parte Narrativa:</b>	
<p>Conte como foi sua história de vida, desde a infância, a vida familiar, a trajetória escolar, até a escolha do curso e a entrada na universidade;</p> <p>(Estimule com sinais e expressões de incentivo para que a entrevistada/o desenvolva bem sua história; tome nota, ao longo da fala, dos pontos da narrativa possivelmente incompletos, pouco desenvolvidos ou confusos e, ao final, retome esses pontos - um por vez - e peça que a entrevistada fale um pouco mais sobre ou esclareça cada um deles)</p>	
<b>Parte semiestruturada:</b>	
<p>Explique à entrevistada/o que agora você vai levantar algumas questões e pedir para ela falar um pouco sobre elas. Esteja livre para interagir com a entrevistada/o e pedir que comente ou aprofunde qualquer aspecto que você achar necessário.</p>	
<p>1. Como você percebe a forma como as pessoas negras são vistas e tratadas no Brasil?</p> <p>1.1 Você acha que existe racismo, preconceito ou discriminação racial no Brasil? Por quê?</p> <p>1.2 Você acha que existe racismo, preconceito ou discriminação racial no campo da educação e nas escolas brasileiras? Por quê?</p> <p>1.3 Você acha que existe racismo, preconceito ou discriminação racial na UFPE? Por quê?</p> <p>1.4 Você já sofreu, presenciou ou teve conhecimento de algum caso de racismo, preconceito ou discriminação racial em sua trajetória de vida e formação escolar? Se sim, como foram essas experiências?</p>	
<p>2. Você acha que existe uma cultura negra brasileira?</p> <p>2.1 Quais as principais características dessa cultura?</p> <p>2.2 Você acha que essa cultura é valorizada no Brasil, em Pernambuco e na UFPE? Por quê?</p> <p>2.3 Você se identifica de alguma forma com essa cultura? Por quê?</p>	
<p>3. Como você vê as políticas de ação afirmativa e as políticas de cotas raciais na educação brasileira?</p> <p>3.1 Você concorda com a existência de cotas raciais na</p>	

<p>UFPE? Por quê?</p> <p>3.2 Quais os principais argumentos que você já ouviu ou leu a favor e contra as políticas de cotas? O que você pensa desses argumentos?</p> <p>3.3 Você acha que a política de cotas raciais é justa? Por quê?</p> <p>3.4 Você acha que a política de cotas raciais é positiva ou negativa para a UFPE? Por quê?</p>	
<p>4. Para você, o significa ser um “estudante cotista” na UFPE?</p> <p>4.1 Esse tema das cotas raciais costuma ser discutido por gestores, docentes e/ou estudantes da UFPE? Se sim, como são essas discussões? Se não, por que você acha que elas não ocorrem?</p> <p>4.2 Você acha que os estudantes cotistas sofrem ou podem sofrer algum tipo de discriminação ou preconceito na UFPE? Como? Por quê?</p> <p>4.3 Você tem conhecimento da existência de algum tipo de acompanhamento ou apoio aos estudantes cotistas na UFPE? Como?</p> <p>4.4 Você acha que deveria existir esse acompanhamento? Como ele poderia ou deveria ser?</p>	
<p>5. Você conhece, já teve contato ou já ouviu falar de alguma organização ou movimento que atue na defesa dos direitos das pessoas negras? Quais? Como?</p> <p>5.1 O que você acha da atuação desses movimentos? Qual sua importância? Sua atuação tem sido positiva ou negativa? Por quê?</p> <p>5.2 Você considera importante existirem movimentos que atuem na defesa dos direitos das pessoas negras na UFPE? Como você acha que esses movimentos deveriam ser e atuar?</p>	

**B – ENTREVISTA DIRECIONADA AOS PROFESSORES**

<b>TÓPICOS DA ENTREVISTA:</b>	<b>COMENTÁRIOS E OBSERVAÇÕES:</b>
1.Quando surgiram as primeiras discussões sobre políticas de cotas na UFPE de acordo com sua memória ou conhecimento? E como foram essas discussões?	
2.Existiu algum grupo ou liderança na UFPE que atuou diretamente na resistência ou na luta contra a política de cotas raciais?	
3. Que grupos ou grupos (liderança) foram essas? E como foi essa atuação?	
4.Quais os principais argumentos utilizados em defesa da política de cotas?	
5.Quais os principais argumentos utilizados contra a política de cotas?	
6.Como foram os debates sobre a política de cotas realizados pelo Conselho Universitário?	
7.Como foram os debates sobre a implantação da política de cotas realizados pela Gestão da UFPE de acordo com a sua memória ou conhecimento?	
8.Como você vê a realidade atual do funcionamento da política de cotas na UFPE? Quais são seus principais pontos positivos, problemas e desafios?	
9.Como você vê a realidade atual dos estudantes cotistas na UFPE?	
10.Você tem ou poderia indicar documentos históricos ou atuais que tratem da política de cotas na UFPE? Posso copiar, ou fazer fotocópia?  11. Você indicaria uma outra pessoa? Com quem seria importante realizar uma entrevista sobre esse tema	

### C – ENTREVISTA DIRECIONADA A GESTÃO

TÓPICOS DA ENTREVISTA:	COMENTÁRIOS E OBSERVAÇÕES:
1. Antes da política de cotas, havia alguma espécie de política semelhante?	
2. Você se lembra de alguma discussão travada pela UFPE em prol ou contrária a política de cotas?	
3. Que grupos ou grupos (liderança) foram essas? E como foi essa atuação?	
4. Quais os principais argumentos utilizados em defesa da política de cotas?	
5. Como a Gestão da UFPE trabalha com a política de cotas?	
6. A porcentagem estabelecida pela Lei 12711/2012 estipulava a quantidade mínima de 12,5% para a reserva de vagas. A UFPE trabalhava com a porcentagem mínima promulgada, ou efetivava a política de ações afirmativas com um quantitativo superior ao mínimo estipulado?	
7. Como foram os debates sobre a implantação da política de cotas realizados pela Gestão da UFPE de acordo com a sua memória ou conhecimento?	
8. Como você vê a realidade atual do funcionamento da política de cotas na UFPE? Quais são seus principais pontos positivos, problemas e desafios?	
9. Como você vê a realidade atual dos estudantes cotistas na UFPE?	
10. Você tem ou poderia indicar documentos históricos ou atuais que tratem da política de cotas na UFPE? Posso copiar, ou fazer fotocópia?  11. Você indicaria uma outra pessoa? Com quem seria importante realizar uma entrevista sobre esse tema	

## **ANEXOS**

Edição Número 214 de 06/11/2012

**Ministério da Educação**

**Gabinete do Ministro**

**PORTARIA NORMATIVA Nº 21, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2012**

Dispõe sobre o Sistema de Seleção Unificada -Sisu.

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único inciso II, da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, na 12.711, de 29 de agosto de 2012, no Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012 e na Portaria nº 18, de 11 de outubro de 2012, resolve:

**CAPÍTULO I**

**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º Sistema de Seleção Unificada - Sisu, sistema informatizado gerenciado pela Secretaria de Superior do Ministério da Educação, instituído pela Portaria Normativa MEC nº 2, de 26 de 2010, passa a ser regido pelo disposto nesta Portaria.

Art. 2º O Sisu é o sistema por meio do qual são selecionados estudantes a vagas em cursos de graduação disponibilizadas pelas instituições públicas e gratuitas de ensino superior que dele participarem. O processo de seleção dos estudantes para as vagas disponibilizadas por meio do Sisu é autônomo em relação a aqueles realizados no âmbito das instituições de ensino superior, e será efetuado exclusivamente com base nos resultados obtidos pelos estudantes no Exame Nacional do Ensino Médio - Enem. § 2º A Secretaria de Educação Superior – SESU dará publicidade, por meio de editais, aos procedimentos adesão das instituições públicas e gratuitas de ensino superior e aos processos seletivos do Sisu. O Sisu utilizará as informações constantes no Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos Superiores do Ministério da Educação, competindo às instituições de ensino assegurar a regularidade das informações que dele constam.

**CAPÍTULO II**

**DA ADESÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E GRATUITAS**

**DE ENSINO SUPERIOR**

I - O número de vagas reservadas em decorrência do disposto na Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, observada a regulamentação em vigor, quando se tratar de instituições

federais de ensino vinculadas ao MEC, destacando, quando for o caso, o número de vagas reservadas exclusivamente para os indígenas;

III - o número de vagas e as eventuais bonificações à nota do estudante no Enem decorrentes

Art. 15. Ao se inscrever no processo seletivo do Sisu, o estudante deverá optar por concorrer:

I - às vagas reservadas em decorrência do disposto na Lei nº 12.711, de 2012, observada a regulamentação em vigor;

II - às vagas destinadas às demais políticas de ações afirmativas eventualmente adotadas pela instituição no Termo de Adesão; ou

III - às vagas destinadas à ampla concorrência.

### **RESOLUÇÃO Nº 15/2013 DO CCEPE DA UFPE**

O Magnífico Reitor da Universidade Federal de Pernambuco no uso das atribuições que lhe confere o artigo 33, alínea “p” do Estatuto da Universidade e,

CONSIDERANDO: - que a regulamentação do assunto deve ser estabelecida em regime de urgência de forma que não ocorram prejuízos relativos ao cronograma previsto para a operacionalização do Processo Seletivo Vestibular 2013.2 - Engenharias CTG, oferecido pela Unidade Acadêmica de Recife, e Engenharia Civil, oferecido pela Unidade Acadêmica do Agreste. RESOLVE aprovar ad referendum do Conselho Coordenador de Ensino, Pesquisa e Extensão a Resolução nº 15/2013, que estabelece critérios para implantar a reserva de vagas prevista pela Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012 no Processo Seletivo Vestibular 2013.2 - Engenharias CTG, modalidade presencial, oferecido pela Unidade Acadêmica de Recife, e Engenharia Civil, modalidade presencial, oferecido pela Unidade Acadêmica do Agreste, de que trata a Resolução nº 14/2013-CCEPE. Publique-se. REITORIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO, em 20 de junho de 2013. Prof. Anísio Brasileiro de Freitas Dourado Reitor SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO CONSELHO COORDENADOR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

RESOLUÇÃO Nº 15/2013 EMENTA: Estabelece critérios para implantar a reserva de vagas prevista pela Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012 no Processo Seletivo Vestibular 2013.2 - Engenharias CTG, oferecido pela Unidade Acadêmica de Recife, e Engenharia Civil, oferecido pela Unidade Acadêmica do Agreste, de que trata a Resolução nº 14/2013-CCEPE. O CONSELHO COORDENADOR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 45 do Regimento Geral da Universidade Federal de Pernambuco, CONSIDERANDO: - a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, a qual dispõe sobre o ingresso nas universidades federais por meio de reserva de vagas e dá outras providências, bem como o Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012, e a Portaria Normativa nº 18, de 11 de outubro de 2012, do Ministério da Educação; 2 - o disposto no artigo 7º da Resolução nº 14/2013-CCEPE, o qual trata do quantitativo de vagas a ser oferecido no Processo Seletivo de Ingresso Vestibular 2013.2, RESOLVE: CAPÍTULO I DA RESERVA DE VAGAS Art. 1º Serão reservadas, no mínimo, 12,5% (doze vírgula cinco por cento) das vagas de que trata o art. 7º da Resolução nº 14/2013, por curso e turno, aos candidatos que: I – tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas, em cursos regulares ou no âmbito da modalidade de Educação de Jovens e Adultos; ou II – tenham obtido certificado de conclusão com base no resultado do Exame Nacional do Ensino

Médio – ENEM, do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos – ENCCEJA ou de exames de certificação de competência ou de avaliação de jovens e adultos realizados pelos sistemas estaduais de ensino.

III – renda familiar bruta mensal per capita: a razão entre a renda familiar bruta mensal, calculada segundo a metodologia estabelecida no art. 7º da Portaria Normativa nº 18, de 2012, do Ministério da Educação, e o total de pessoas da família.

Art. 3º Serão reservadas aos candidatos que, no momento da inscrição, autodeclararem-se pretos, pardos ou indígenas, 62,40 (sessenta e dois vírgulas quarenta por cento) das vagas de que trata o art. 1º, correspondente ao somatório da população de pretos, pardos e indígenas do Estado de Pernambuco, conforme dados obtidos no Censo Demográfico 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Art. 4º Quando a aplicação dos percentuais previstos neste Capítulo resultar em números com decimais, será adotado o número inteiro imediatamente superior. Art. 5º O candidato que, no ato de inscrição, solicitar concorrer às vagas previstas no art. 1º deverá comprovar, no período indicado no Manual do Candidato, os requisitos previstos nos seus incisos I ou II, mediante apresentação do Histórico Escolar do Ensino Médio, do Certificado de Conclusão do Ensino Médio e de declaração, firmada sob as penas da lei, de que não cursou o ensino médio, ainda que parcialmente, em instituições particulares.

§ 1º O candidato que tiver concluído o ensino médio mediante Exame Supletivo, nas condições previstas no art. 1º, II, deverá comprovar seu Número de Identificação Social (NIS), relativo ao Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), de que trata o Decreto n. 6.135, de 26 de junho de 2007. § 2º O candidato que não apresentar a documentação prevista neste artigo no período definido pela instituição executora do certame concorrerá apenas às vagas submetidas à livre concorrência. Art. 6º O candidato que, no ato de inscrição, solicitar concorrer às vagas previstas no art. 2º deverá comprovar, no período indicado no Manual do Candidato, a renda familiar bruta mensal per capita, mediante preenchimento dos formulários pertinentes, acompanhados dos documentos arrolados no anexo II da Portaria Normativa nº 18, de 2012, do Ministério da Educação. § 1º A renda mensal dos trabalhadores inseridos no mercado informal será comprovada mediante declaração firmada pelo trabalhador e por, no mínimo, duas testemunhas não incluídas no grupo familiar. § 2º Estão excluídos do cálculo previsto no art. 7º da Portaria Normativa nº 18, de 2012, do Ministério da Educação, além dos valores mencionados em seu §2º, os rendimentos percebidos a título

de benefício de prestação continuada, de que trata o art. 34 da Lei Orgânica da Assistência Social (Lei n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993).

§ 3º A Universidade, por seus servidores ou pela instituição executora do certame, poderá consultar informações disponíveis em bancos de dados, mantidos por instituições públicas ou particulares, que permitam avaliar a veracidade e a precisão das informações prestadas pelo candidato. § 4º A instituição executora do certame poderá, à vista das informações apresentadas pelo candidato e das diligências previstas no parágrafo anterior, solicitar-lhe a complementação dos documentos apresentados e/ou a prestação de esclarecimentos, nos prazos e na forma prevista no Manual do Candidato.

§ 5º O candidato que não demonstrar renda familiar bruta mensal per capita compatível com o previsto no art. 2º concorrerá apenas às vagas submetidas à livre concorrência e à metade das vagas de que trata o art. 1º. § 6º Da decisão da instituição executora do concurso que considerar o candidato inelegível para as vagas de que trata o art. 2º caberá um único recurso à própria instituição, no prazo de 2 (dois) dias úteis, contados da sua divulgação.

§ 7º O recurso de que trata o parágrafo anterior deve ser formulado pelo candidato, por escrito e devidamente fundamentado, perante a instituição executora do concurso, que deverá emitir decisão em igual prazo. § 8º Os documentos apresentados pelo candidato serão arquivados até o ano seguinte ao do término de seu vínculo institucional com a Universidade, observado o limite mínimo de cinco anos. Art. 7º A autodeclaração prestada pelo candidato para os fins do art. 3º não se sujeita a controle ou revisão por parte da instituição executora do certame ou da Universidade.

Art. 8º A prestação de informação falsa pelo estudante ensejará o cancelamento de sua matrícula, sem prejuízo das sanções criminais cabíveis, observados o contraditório e a ampla defesa. Parágrafo Único – A Universidade poderá, a qualquer momento, de ofício ou por provocação de qualquer interessado, proceder a diligências para confirmação da veracidade dos dados apresentados pelo estudante durante o processo seletivo.

Art. 9º A alocação dos candidatos nas vagas de que trata o art. 1º atenderá ao Capítulo III – Das Vagas e Inscrições e ao Capítulo II – Da Classificação da Resolução nº 14/2013 e ao disposto nos arts. 14 e 15 da Portaria Normativa nº 18, de 2012, do Ministério da Educação.

§ 1º Aos candidatos que optarem por concorrer às vagas previstas no art. 1º desta Resolução é assegurado o direito de concorrer às demais vagas do certame.

§ 2º O candidato cujo argumento de classificação permitir o acesso a uma das vagas previstas no art.1º, bem como a uma das vagas sujeitas à livre concorrência, será alocado nesta última, de modo a permitir o acesso de outro beneficiário da ação afirmativa à vaga reservada.

§ 3º Caso o candidato, alocado em uma das vagas previstas no art. 1º, em virtude do resultado dos remanejamentos, passe a fazer jus a uma das vagas sujeitas à livre concorrência, será realocado nesta última, de modo a permitir o acesso de outro beneficiário da ação afirmativa à vaga reservada.

Art. 10. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua aprovação, revogadas as disposições em contrário.

Presidente:

Prof. Anísio Brasileiro de Freitas Dourado

Reitor

**Presidência da República**  
**Casa Civil**  
**Subchefia para Assuntos Jurídicos**

**LEI Nº 12.711, DE 29 DE AGOSTO DE 2012.**

[Mensagem de veto](#)

Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.

[Regulamento](#)

**A PRESIDENTA DA REPÚBLICA** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º As instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham integralmente o ensino médio em escolas públicas.

Parágrafo cursado único. No preenchimento das vagas de que trata o caput deste artigo, 50% (cinquenta por cento) deverão ser reservados aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio) per capita.

Art. 2º (VETADO).

Art. 3º Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas, em proporção no mínimo igual à de pretos, pardos e indígenas na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Parágrafo único. No caso de não preenchimento das vagas segundo os critérios estabelecidos no caput deste artigo, aquelas remanescentes deverão ser completadas por estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

Art. 4º As instituições federais de ensino técnico de nível médio reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso em cada curso, por turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que cursaram integralmente o ensino fundamental em escolas públicas.

Parágrafo único. No preenchimento das vagas de que trata o caput deste artigo, 50% (cinquenta por cento) deverão ser reservados aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio) per capita.

Art. 5º Em cada instituição federal de ensino técnico de nível médio, as vagas de que trata o art. 4º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas, em proporção no mínimo igual à de pretos, pardos e indígenas na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Parágrafo único. No caso de não preenchimento das vagas segundo os critérios estabelecidos no caput deste artigo, aquelas remanescentes deverão ser preenchidas por estudantes que tenham cursado integralmente o ensino fundamental em escola pública.

Art. 6º O Ministério da Educação e a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, da Presidência da República, serão responsáveis pelo acompanhamento e avaliação do programa de que trata esta Lei, ouvida a Fundação Nacional do Índio (Funai).

Art. 7º O Poder Executivo promoverá, no prazo de 10 (dez) anos, a contar da publicação desta Lei, a revisão do programa especial para o acesso de estudantes pretos, pardos e indígenas, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas, às instituições de educação superior.

Art. 8º As instituições de que trata o art. 1º desta Lei deverão implementar, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) da reserva de vagas prevista nesta Lei, a cada ano, e terão o prazo máximo de 4 (quatro) anos, a partir da data de sua publicação, para o cumprimento integral do disposto nesta Lei.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 29 de agosto de 2012; 191º da Independência e 124º da República.

DILMA ROUSSEFF  
*Aloizio Mercadante*  
*Miriam Belchior*  
*Luís Inácio Lucena Adams*  
*Luíza Helena de Bairros*  
*Gilberto Carvalho*